



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**JOÃO BATISTA DE ANDRADE FILHO**

**PADRES LAZARISTAS NO CEARÁ E A FORMAÇÃO EDUCACIONAL  
CONFESSIONAL: SEMINÁRIOS E COLÉGIOS (1864 - 1914)**

**FORTALEZA**

**2012**

**JOÃO BATISTA DE ANDRADE FILHO**

**PADRES LAZARISTAS NO CEARÁ E A FORMAÇÃO EDUCACIONAL  
CONFESSIONAL: SEMINÁRIOS E COLÉGIOS (1864 e 1914)**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de Concentração: Educação Brasileira.**

**Orientador: Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Junior**

**FORTALEZA**

**2012**

**JOÃO BATISTA DE ANDRADE FILHO**

**PADRES LAZARISTAS NO CEARÁ E A FORMAÇÃO EDUCACIONAL  
CONFESSIONAL: SEMINÁRIOS E COLÉGIOS (1864 e 1914)**

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós -  
Graduação em Educação Brasileira da Faculdade  
de Educação da Universidade Federal do Ceará  
como parte dos requisitos para obtenção do título  
de Mestre em Educação. Área de Concentração:  
Educação Brasileira.**

**Aprovada em 18/04/2012**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Raimundo Elmo de Paula Vasconcelos Junior (Orientador)**  
**Universidade Estadual do Ceará (UECE)**

---

**Prof. Dr. José Álbio Moreira de Sales**  
**Universidade Estadual do Ceará (UECE)**

---

**Prof. Dr. Rui Martinho Rodrigues**  
**Universidade Federal do Ceará (UFC)**

**A Deus**

**A meus Pais**

**A minha Esposa**

**A meu filho**

## **AGRADECIMENTOS**

**A Deus, de onde emana o poder que nos fortalece.**

**A meus pais, João Batista de Andrade (*In Memoriam*) e Francisca Rodrigues de Andrade que tiveram o discernimento de apostar na educação dos filhos como caminho seguro a ser trilhado e levado a sério, na construção de um futuro melhor.**

**A minha esposa Mara Celli Arruda de Andrade, Companheira da vida inteira.**

**A meu filho, Antonio Augusto, motivação a mais de meus esforços.**

**A meus irmãos Antônio, Ari, Auricélio, Marcos, Ana, Ray, pela história em comum que partilhamos.**

**Ao professor mais que irmão Ari Andrade pelo incentivo constante**

**A D. Eurides Dantas, “Vó Lelé” (*In Memoriam*) por uma vida empenhada pelo sucesso dos netos.**

**Ao professor Dr. Raimundo Elmo de Paulo Vasconcelos Junior, amigo e orientador zeloso da autonomia de seus alunos.**

**À Secretaria da Educação do Estado do Ceará pela oportunidade que me proporcionou, viabilizando minha qualificação profissional.**

**Ao Padre Gerald Frencken pela gentileza e por valiosas sugestões documentais e bibliográficas.**

**A Ramberg Rodrigo Arruda e Ana Roberta Farias Arruda pelo empenho e amizade fraterna.**

**A Luciana Arruda, Bibliotecária da Faculdade Católica de Fortaleza, pelo valiosíssimo auxílio e extrema paciência.**

**À Universidade Federal do Ceará e, em particular, ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira e a seu corpo docente bem como aos funcionários, pelo zelo com que o sustentam.**

## RESUMO

No rol das ações efetivadas para continuar mantendo o controle social, a Igreja Católica postou-se como guardiã da sociedade e, a partir de uma visão tradicionalista, efetivou ações que desencadearam mudanças na maneira de ser dos diversos atores sociais dos diversos segmentos da sociedade, sejam em termos políticos, econômicos, propriamente religiosos, educacionais e comportamentais. Dentre as ações encampadas, o Processo de Romanização ocupou lugar central porque serviu de diretriz ao propósito disciplinador da referida instituição católica. O Estado do Ceará inseriu-se nesse contexto na medida em que foi instituído seu bispado e instituído o Seminário Episcopal de Fortaleza. A presente proposta, que teve a pretensão de ser compreensiva, buscou delinear o conjunto de fatores que permitiram que os padres Lazaristas permanecessem por quase um século à frente da referida instituição de ensino influenciando hábitos educacionais, intervindo, mesmo que indiretamente, na formação de professores bem como na disseminação da educação confessional secundária. Destarte, a Igreja Católica montou trincheiras na sociedade no intuito de garantir o monopólio da violência simbólica, estendendo seu poder e disseminando-o através da educação da juventude.

**Palavras Chaves :** Igreja Católica. Padres Lazaristas. Educação Confessional.

## **ABSTRACT**

Effect in the list of actions to continue maintaining social control, the Catholic Church stood as the guardian of society, from a traditionalist view, effected actions that triggered changes in the way of being of different social actors of the various segments of society, are in political, economic, strictly religious, educational and behavioral. Among the actions taken over the process of Romanization took central place because it served as a guideline to the purpose of disciplining said Catholic institution. The state of Ceara was inserted in this context as it was set up his bishopric and the Episcopal Seminary of Fortaleza. This proposal, which was meant to be comprehensive, sought to delineate the set of factors that allowed the Vincentians Fathers remained for nearly a century ahead of that educational institution influencing educational habits, intervening, even indirectly, in teacher training and the spread of secondary education confessional. Thus, the Catholic Church set up trenches in society in order to secure the monopoly of symbolic violence, extending its power and spreading it through the education of youth.

**Keys Work:** Catholic Church; Vincentians Fathers; Education Confessional

## SUMÁRIO

|   |            |
|---|------------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>  | <b>8</b>   |
| <b>CAPÍTULO 01 – CONSIDERAÇÕES SOBRE A REALIDADE SOCIAL E POLÍTICA DA IGREJA CATÓLICA E DO ESTADO BRASILEIRO NO SÉCULO XIX.....</b> | <b>14</b>  |
| <b>1.1 – Aspectos Gerais .....</b>  | <b>15</b>  |
| <b>1.2 – O Brasil no Contexto Mundial do Século XIX.....</b>  | <b>19</b>  |
| <b>1.3 – Configuração Política do Brasil Rumo à Formação do Império.....</b>  | <b>27</b>  |
| <b>1.4 – A Reconfiguração Política da Igreja Católica no Cenário do Segundo Reinado</b>   | <b>33</b>  |
| <b>CAPÍTULO 02 – O CEARÁ PROVINCIAL DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX .....</b>   | <b>40</b>  |
| <b>2.1 – Aspectos Gerais .....</b>  | <b>41</b>  |
| <b>2.2 – A Província Cearense no Contexto da Reforma da Igreja Católica.....</b>  | <b>49</b>  |
| <b>2.3 – Criação e Estruturação da Diocese Cearense .....</b>   | <b>56</b>  |
| <b>2.4 – A Criação do Seminário Episcopal do Ceará .....</b>  | <b>62</b>  |
| <b>CAPÍTULO 03 – OS PADRES LAZARISTAS NO CONTEXTO EDUCACIONAL CEARENSE DO SÉCULO XIX .....</b>                                      | <b>68</b>  |
| <b>3.1 – Origem e Propósitos da Ordem da Congregação da Missão .....</b>  | <b>69</b>  |
| <b>3.2 – A Congregação da Missão em Terra Brasileira .....</b>  | <b>70</b>  |
| <b>3.3 – Os Padres Lazaristas e os Antecedentes na Criação e Administração de Escolas e Seminários no Brasil .....</b>              | <b>81</b>  |
| <b>3.4 – O Bispo D. Luís Como a Primeira Influência dos Lazaristas no Ceará .....</b>   | <b>89</b>  |
| <b>3.5 – Os Primeiros Padres Lazaristas no Ceará e o Corpo Docente Lazarista do Seminário Episcopal do Ceará .....</b>              | <b>96</b>  |
| <b>3.5.1 – Docentes Lazaristas sob o Reitorado do Padre Pierre Auguste Chevalier.....</b>   | <b>100</b> |
| <b>3.5.2 – Docentes Lazaristas sob o Reitorado do Padre Júlio Simon .....</b>   | <b>102</b> |

|   |            |
|---|------------|
| <b>3.5.3 – Docentes Lazaristas sob o Reitorado do Padre Vincent Perroneille .....</b> | <b>107</b> |
| <b>3.6 – Os Lazaristas e a Educação Confessional no Ceará.....</b>                    | <b>111</b> |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>   | <b>120</b> |
| <b>FONTES CONSULTADAS .....</b>   | <b>125</b> |
| • <b>Arquivos .....</b>   | <b>126</b> |
| • <b>Documentos .....</b>   | <b>126</b> |
| • <b>Jornais .....</b>  | <b>127</b> |
| • <b>Referências Bibliográficas .....</b>   | <b>128</b> |

## INTRODUÇÃO

O cenário político, econômico e cultural no Ceará, na segunda metade do século XIX, possivelmente tenha pretendido acompanhar a tônica dos cenários internacional e nacional que, pelo que se sabe, foram marcados por tensos e turbulentos momentos de embates ideológicos e, ao mesmo tempo, acompanhados por visões ufanistas da ocidentalidade científicizada e que trazia as marcas de um pessimismo em relação aos bastiões de uma antiga ordem que sucumbia. Portanto, um momento histórico que elegia a modernidade e o progresso como diretrizes que elevariam as jovens nações aos patamares desenvolvimentistas daquelas que mais cedo experimentaram o surto científico, tecnológico e industrial.

Diferentemente das outras nações do continente americano, os anseios de inserção do Brasil nesse circuito deu-se com o estabelecimento de um império, contrariando o mote republicano então predominante. Mesmo assim, não há que negar o abraçar da propalada causa dita liberal, pois, para o período em questão, de acordo com Olinda (2004, p.7), “os anseios de modernização e progresso orientaram leis e discursos, impulsionando a formação de setores médios intelectualizados capazes de conduzir o ideal formativo humano necessário ao projeto civilizatório”.

Alguns poucos grupos de intelectuais dos mais representativos centros comerciais e urbanos do Império brasileiro, como era o caso do Rio de Janeiro, Recife, Olinda, Salvador, já experimentavam dessas ideias, disseminando-as no intuito de plasmar a construção de uma nacionalidade, desejosos por inserir nosso país no circuito mundial do “desenvolvimentismo” político e econômico que acompanhara o capitalismo.

Sabe-se que o Brasil, à época, por conta de suas dimensões continentais, apresentava descontinuidades no espaço e no tempo, dado o grau de heterogeneidade de seu amplo território entre os centros mais desenvolvidos e aqueles que ficaram ilhados, apresentando aspectos os mais variados, onde uma mínima parcela de letrados, por exemplo, convivia com uma maioria de iletrados. Mesmo no âmbito daqueles centros urbanos, em adiantado processo de inserção na modernidade, a contradição era latente,

porque o acesso à cultura era privilégio de uma minoria aristocrática, única a possuir as condições materiais necessárias para obtê-la.

Diante desta face, o tradicionalismo, cuja defesa a Igreja Católica considerou imprescindível, conseguiu armar suas trincheiras em muitos pontos do vasto território mencionado face aos avanços dos ideais modernizadores que varriam o mundo. Para a referida instituição, lutar contra as matrizes que instituíam um novo momento histórico, resguardando certos valores morais diante daquilo que considerava “anarquia social”, era possibilidade de autopreservação, mantendo-se na esteira do poder e no monopólio da fé.

A referida reação tradicionalista promovida por membros da Igreja Católica, geralmente conhecida como Romanização, buscou eliminar, dentro do próprio clero de mentalidade liberal, fortemente influenciado pelo “Esclarecimento”, as tendências eclesiais patrióticas, estabelecendo, segundo Josaphat (2004), o predomínio do princípio de ordem, da retomada do processo conservador inaugurado na colônia e que o império brasileiro buscou levar em frente.

O Ceará do século XIX foi um dos entrepostos em que a Igreja reformada assentou suas bases. Isto certamente devido ao atraso cultural que ainda apresentava. Por esse motivo, nas palavras de Reis (2004), prestou-se muito bem aos propósitos da reforma religiosa do Brasil em curso no século XIX.

Portanto, a referida e então província funcionou como uma das sedes da nova eclesiologia proposta pelo episcopado nacional, cujas diretrizes seguiram na estrita obediência à hierarquia eclesiástica, rendendo obediência ao Romano Pontífice, reconhecendo-o exclusivamente como a autoridade máxima da Igreja em termos de religiosidade.

Diante do quadro acima, uma particularidade em relação à realidade cearense deve ser ressaltada, pois, por mais paradoxal que seja, muito mais fortemente sua modernidade chegou pelas mãos da tradicionalidade. A fundação de seu bispado, em 1854, desmembrando-o da jurisdição de Pernambuco, e a nomeação do primeiro bispo, transforma a então província em uma das peças de sustentação da Romanização. Tal fato ganha maior notoriedade quando, logo ao tomar posse da direção da Igreja no Ceará, em 1861, D. Luís Antônio dos Santos concebeu a ideia da criação de um seminário episcopal para a formação dos padres e, de certa forma, tornou possível a inserção da elite cearense

no rol “modernizador” das letras, das luzes, do saber, da escolarização, em um tempo em que, em pleno século XIX, parafraseando Padre Josaphat em artigo já referenciado, iniciam-se as agitações e movimentos por aspirações, “anseios e projetos de escola para o país”. Segundo Castelo (1970), o nosso Seminário surge quando forças pedagógicas novas são introduzidas no jogo da vida educacional do país, devido à iniciativa privada<sup>1</sup>.

Mas, numa capital de província em que havia, à época da fundação do referido seminário, algo em torno de 18 a 20.000 almas, e que, portanto, possuía apenas duas escolas públicas,<sup>2</sup> possivelmente os fortalezenses e, de uma maneira geral os cearenses, notadamente os membros da elite, ansiaram, bem mais que outros, por escolas, por inserção no mundo da cultura, das letras, da mesma forma como se dava a tendência nos centros do Império. O estabelecimento de um seminário possivelmente suscitou, na alma da elite cearense, a real possibilidade de uma instituição de ensino bem mais próxima daquilo que já compartilhava através da mentalidade formada sob os auspícios da fé católica. O que, então, teria suscitado o modelo de educação do referido seminário, europeu, notadamente francês?

O aludido seminário, popularmente conhecido como Seminário da Prainha, não resta dúvida, figurou como um dos ícones da cultura no Estado, pois, além dos padres, foi responsável também pela formação de parte da elite intelectual cearense.

Por esse motivo, ao longo de sua história, o Seminário Episcopal de Fortaleza recebeu atenção por parte de diversos estudiosos que buscaram analisar sua importância na história do Ceará. Dentre os estudos acadêmicos, seria interessante dar destaque a duas produções, dissertações de mestrado: **Pro Animarum Salute: a diocese do Ceará como vitrine da romanização no Brasil (1853-1912)**, de autoria de Edilberto Cavalcante Reis, e **A Inserção do Seminário Episcopal de Fortaleza na Romanização do Ceará (1864-1912)**, de Luiz Moreira da Costa Filho.

Ressalte-se que, das obras indicadas acima, ambas focam sua atenção, mais fortemente, no referido seminário, procurando reconstituir sua dinâmica no intuito de compreendê-lo como instrumental do processo de Romanização. O enfoque dado aos

---

<sup>1</sup> CASTELO, Plácido Aderaldo. **História do ensino no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Oficial, 1970. Col. Instituto do Ceará.

<sup>2</sup> Dados de acordo com o Padre Chevalier em carta de 24 de Novembro de 1864, publicada nos Annales de la Congregation de la Mission

mestres que por lá passaram, em nosso entender, ainda é insuficiente e, portanto, consideramos necessário, a partir da presente proposta, o resgate da memória dos professores, padres Lazaristas, e da pedagogia que defenderam, considerando que possivelmente influenciaram hábitos, práticas escolares, relações de poder e diretrizes políticas para o controle social. Mesmo o Seminário da Prainha sendo a instituição chave no processo de reforma da Igreja, deve-se ressaltar que (BOURDIEU E PASSERON, 1975) “a linguagem do magistério é a mais eficaz e a mais sutil” e, portanto, teria permitido a eficácia das ideias moralizantes da Igreja através da educação.

Não esquecendo o vínculo do Seminário da Prainha com o processo de reforma ou Romanização da Igreja Católica e a consolidação deste processo no Ceará através da referida casa de ensino na formação do clero, entende-se que, para a história educacional cearense, sua abertura representou, para a elite, muito mais do que um projeto de reforma do clero, algo bem mais significativo do que a própria Romanização, dado que ela provavelmente estivesse alheia a tudo isto. O que estava em jogo, na mentalidade da elite, era a concretização educacional de seus filhos, principalmente no tocante em plasmar o sonho do filho padre.

Porém, ao ser dado enfoque no Seminário, pouco se tem escrito a respeito dos mestres daquela instituição de ensino, que foram os padres Lazaristas, inicialmente franceses, depois os holandeses<sup>3</sup>. Os filhos de São Vicente de Paulo, membros da Congregação da Missão.

Bem pouco se escreveu até agora sobre os possíveis “rebuliços comportamentais” provocados, em Fortaleza, com a vinda dos referidos professores, principalmente no campo educacional escolar.

Como falar da instituição de ensino sem falar de seus professores? Parece que se segue a tendência vigente no Brasil, ao tratar de educação, de dar-se enfoque bem mais amplo às instituições ou às legislações referentes à mesma, tirando-se o foco da atuação dos docentes, de forma a, em muitos casos, não serem lembrados pela historiografia.

---

<sup>3</sup> Bem recente, em 2010, foi lançado, pela editora UFC, o livro **Em Missão: os padres da Congregação da Missão (lazaristas) no Nordeste e Norte do Brasil**, de autoria de Geraldo Frencken. Apesar de ser uma vasta e significativa obra sobre os referidos padres, não se debruça especificamente sobre o tema apontado em nossa proposta.

Ora, que a referida casa de educação tenha sido instalada por um propósito mais amplo e tenha influenciado a história educacional cearense, não há o que contestar.<sup>4</sup> Da mesma forma seus professores não foram escolhidos a esmo, possivelmente houve uma forte razão para tal escolha. Nosso intuito, ao traçarmos os rumos da presente proposta, reside na tentativa de compreender as razões dessa escolha.

Na presente proposta de pesquisa documental, tomando como recorte a história educacional cearense no século XIX, ativemo-nos a uma cuidadosa interpretação da bibliografia relacionada ao tema e, posteriormente, procedemos no levantamento das fontes documentais que se encontram no setor histórico da biblioteca padre Luiz Gonzaga da Faculdade Católica da Prainha, antigo Seminário da Prainha, locus essencial da pesquisa. Além disso, no intuito de obter subsídios acerca das relações dos padres do Seminário com a educação cearense, consideramos textos memorialísticos que retrataram o período em questão, contemplando o problema em análise, bem como excertos de jornais que circularam na temporalidade traçada para este estudo. Muitos desses materiais referidos encontram-se nos arquivos do Instituto Histórico do Ceará, já disponibilizados na internet que, aliás, tem se mostrado um instrumento importante na busca por fontes que darão suporte à pesquisa. Exemplo são as publicações das correspondências dos lazaristas com a Congregação da Missão em Paris, no século XIX, agora disponibilizadas, em site, nos *Annales de la Congregation de la Mission*.

O texto ora apresentado estrutura-se em três capítulos de forma a possibilitar seguir o percurso histórico almejado, partindo de uma generalidade até a particularidade de nosso objeto. Assim, o primeiro capítulo, Considerações Sobre A Realidade Social e Política da Igreja Católica e do Estado Brasileiro no Século XIX, desde seus aspectos gerais situa o problema em âmbito mundial, procurando entender os embates políticos travados a partir das principais matrizes ideológicas que dominavam o cenário do século em questão, colocando em evidência dois protagonistas que consideramos relevantes, quais sejam: a Igreja Católica e o Estado Imperial brasileiro. No segundo capítulo, O Ceará Provincial da Segunda Metade do Século XIX, buscamos compreender as razões que levaram o estado do Ceará a se tornar sede de bispado, assim como se deram as relações

---

<sup>4</sup> Comprovação, aliás, muito bem exposta nos textos memorialísticos de, **Francisco Alves de Andrade** (O Seminário de Fortaleza e a cultura cearense, publicada pela editora do Instituto do Ceará em 1967) e de **Francisco Lima** (O Seminário da Prainha, publicado em 1982 pelo Banco do Nordeste). Obras que serviram de ponto de partida de meu interesse pelo tema e, portanto, de consecução da presente pesquisa.

entre o poder local do Estado e das elites com a Igreja Católica e de que armas a Igreja se utilizou na realização de seus propósitos disciplinadores, apontando o Seminário Episcopal do Ceará como o principal instrumento dos referidos propósitos bem como seu corpo docente, os padres Lazaristas. No terceiro capítulo, Os Padres Lazaristas no Contexto Educacional do Século XIX, ao apontarmos razões da vinda dos padres da Congregação da Missão para o Brasil, como propósito de Estado, buscamos compreender como a Congregação da Missão dos padres Lazaristas se tornou a Ordem quase que exclusiva na administração de escolas e seminários no Brasil nas principais dioceses do Império, dentre elas a do Ceará, iniciando com as primeiras intervenções do primeiro bispo.

**- CAPÍTULO 01 -**

**CONSIDERAÇÕES SOBRE A REALIDADE SOCIAL E  
POLÍTICA DA IGREJA CATÓLICA E DO ESTADO  
BRASILEIRO NO SÉCULO XIX.**

## 1.1. Aspectos Gerais

Sob todos os aspectos em que for observado, o século XIX aparecerá encharcado de contradições. Representou, segundo Bernardes (1983), a era da consolidação do capitalismo, da ligação entre a ciência e a indústria, da formação da classe operária, das primeiras doutrinas socialistas, do surgimento do marxismo, do imperialismo, da conquista do interior da África, da formação das nações latino-americanas.

Esta incompleta e sumária lista já é suficiente para indicar o quanto nossa contemporaneidade tem suas raízes no século passado e portanto a importância do seu conhecimento para o nosso presente. Para a história do Brasil, lembremos que foi no século XIX que se criou o Estado Nacional e que a escravidão foi abolida, dois eventos capitais, cujas consequências se inscrevem no cotidiano de todos nós. (BERNARDES, 1983, p11).

Poderíamos dizer que também foi o século do sepultamento e ao mesmo tempo do avivamento de algumas monarquias, de novas contestações ao poder da Igreja Católica bem como de reformulação de suas práticas eclesiais que lhe deram novo fôlego diante das investidas e do avanço do poder laico, dentre tantos outros acontecimentos que por ora não convém destacar.

Em oposição à afirmação da burguesia liberal, surgiu na Europa o movimento restaurador, fortalecido com a queda de Napoleão e a formação da Santa Aliança em 1815. Na França, os conservadores sonhavam com o retorno de um país cristão e monárquico, mediante nova união entre o Trono e o Altar. Seu projeto era a restauração da fé católica como crença oficial do povo, com o amparo da aristocracia e do poder real. Segundo eles, a Revolução de 1789 servira apenas para implantar no país o reinado do terror e da aniquilação religiosa, política e social.(AZZI, 1992, p.6)

Diante de tantos eventos assinalados, o referido século expressou uma fase da história da humanidade em que, principalmente sobre o solo europeu, aos poucos, o modo agrário e rural de vida via-se cada vez mais na esteira de ceder lugar a certas práticas urbanas e industriais, dado que diretrizes econômicas e orientações políticas pautadas sobre uma nova maneira de olhar o mundo, à época, forçavam a institucionalização de um novo *modus vivendi*.

Se nos afastarmos da tela e deixarmos a cena em seu conjunto modelar-se em nossos olhos numa configuração distinta, devemos de imediato nos impressionar por dois traços notáveis. Em primeiro lugar, está o fato já familiar de que, no século XIX, o ritmo da modificação econômica, no que diz respeito à estrutura da indústria e das relações sociais, ao volume de produção e à extensão e variedade de comércio, mostrou-se inteiramente anormal, a julgar pelos padrões dos séculos anteriores: tão anormal a ponto de transformar radicalmente as ideias do homem sobre a sociedade de uma concepção mais ou menos estática de um mundo onde, de uma geração para outra, os homens estavam fadados a permanecer na posição que lhes fora conferida ao nascer, e onde o rompimento com a tradição era contrário à natureza, para uma concepção do progresso como lei da vida e do aperfeiçoamento constante como estado normal de qualquer sociedade sadia... é evidente – mais do que em qualquer outro período histórico – que a interpretação do mundo econômico do século XIX tem de ser essencialmente uma interpretação de sua transformação e movimento... Em segundo lugar, vem o fato de que a cena econômica no século XIX (...) nos proporciona uma combinação de circunstâncias excepcionalmente favoráveis para o florescimento de uma sociedade capitalista. (DOBB, 1987,p.258)

E este, certamente, não poderia deixar de ser aquilo que representava o *locus* do progresso, da industrialização, do que passou a ser sinônimo de desenvolvimento, ou seja, a cidade, em oposição a tudo que representava o antigo regime, campesinamente caracterizado, que por ora entrava em franca decadência.

Nesse contexto, ganha força a enunciação da categoria “sociedade moderna” como máxima de um discurso ideológico elaborado a partir das matrizes do pensamento

européu, com destaque, enquanto gênese, no movimento iluminista francês do final do século XVIII. Tal estado de coisas, que se traduziria em “civilização”, compunha-se de um código cultural que envolveria uma nova dinâmica socioeconômica e política, onde o Estado estaria incumbido de garantir a administração dos negócios comuns da nova ordem, afirmando-se como interventor no campo social através de ações públicas, dentre elas a educacional, como meio de construção de valores para uma sociedade democrática. (ANDRADE,2008,p. 23)

Vivenciava-se, nas nações europeias mais desenvolvidas, o surto da modernidade, apoiada esta sobre os alicerces da Ciência que despontava como o rumo certo a ser seguido para o alcance das diretrizes seguras que, forçosamente, levariam aos patamares do desenvolvimento técnico já experimentado por França ou Inglaterra, a pleno vapor, na consolidação do sistema capitalista de produção. Bem mais do que isso, na formatação de uma sociedade, daí por diante, pautada na luz dos princípios liberais capitalistas, tendo à frente, agora, uma burguesia industrial, cuja mentalidade funcionava na mesma velocidade das máquinas que passaram a dar propulsão à economia industrial.

...o êxito da revolução industrial implantada em diversos países garantia a progressiva modernização dos Estados europeus. A ciência começou a ser cada vez mais valorizada, ocupando espaços significativos nas explicações sobre os fenômenos do mundo e da natureza, considerados anteriormente como privilégios da fé. Diante das luzes emanadas pelo avanço científico, a religião passou a ser considerada na sociedade moderna como fator de obscurantismo e ignorância.(AZZI,1992,p.6)

Levando-se em conta principalmente as variadas ideologias que fizeram eclodir conflitos, essa será a mais marcante característica do período, dado que este trouxe a disseminação das ideias forjadas no âmbito do movimento cultural iluminista, notadamente de cunho francês do século XVIII, cujas influências se imbricaram em diferentes regiões do planeta, nos diferentes patamares sociais e nos mais diversos segmentos que compunham a sociedade, acentuando o confronto com o “tradicionalismo”, defendido por forças políticas ainda relutantes e arraigadas ao solo do Absolutismo e, principalmente, defendidas pela Igreja Católica, que cuidava em dar permanência à estrutura social a que pertencia.

“... é possível se admitir uma intenção de formação de uma nova mentalidade europeia, a se romper com a tradição escolástica, a partir dos valores disseminados pelas ideias iluministas. Como ideologia dominante, no contexto de destruição das amarras do absolutismo, aquele movimento se consolida com a Revolução Francesa. O mundo burguês de então precisou ensaiar um novo modelo dotado de tais valores, onde prevalecesse a ideia da democracia, principalmente a partir de um modelo de escola cujo papel é fundamental na divulgação das ideias científicas, valorizando as inteligências individuais em detrimento da origem social que determinaria a condição social pelo nascimento.” (ANDRADE,2008,p.25)

Portanto, foi um século de profundas transformações, em todas as instâncias da sociedade, quer sejam elas políticas, econômicas, culturais e até mesmo religiosas, frutos do desenrolar de outros fenômenos que se processaram ainda no ocaso do século antecedente e que reservavam estreita relação com o movimento cultural acima referido, tais como a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, que faziam parte de um conjunto de anseios de um dado setor da burguesia que aspirava, há muito tempo, real efetividade no poder, pois, segundo Hobsbawm

Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da Revolução Industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o explosivo econômico que rompeu com as estruturas sócio-econômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas ideias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e a política europeia(ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 foi em grande parte a luta a favor e contra os princípios de 1789, ou os ainda mais incendiários de 1793. A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical democracia para a maior parte do mundo (...). A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu as antigas civilizações que tinham até então resistido às ideias europeias inicialmente através da influência francesa. Esta foi obra da Revolução Francesa.(HOBSBAWM, 2005,pp.83-84)

A efetividade de tais aspirações se fez acompanhar de uma reformulação numa nova pedagogia de um novo homem, construtor de uma nova ordem. Portanto, carecia-se de um novo modelo de escola enquanto instrumento eficaz de propaganda e formatação de consciências, pautado no ensino leigo, desenraizado das tramas eclesiásticas que, por manter desde muito tempo o monopólio do ensino, relutava por essa manutenção.

A emergência do debate sobre a modernidade, segundo Carlota Boto (1996), nasce do cortejo da Revolução Francesa. Ao partir do debate filosófico e estético conhecido por **Iluminismo** foi sendo esboçada a ideia de uma “pedagogia da revolução”, indispensável ao “homem novo” para o enfrentamento e decodificação dos novos códigos culturais historicamente brotados das novas forças econômicas e políticas europeias (ANDRADE,2008,p.24).

Pensar a modernidade e compreendê-la seria pensá-la a partir desse novo projeto de escola, dado que as novas ideias eram permeadas do sentido da liberdade, da democracia, da autonomia.

## **1.2. O Brasil no Contexto Mundial do Século XIX**

Os acontecimentos que se processaram atestavam, conforme já aludido acima, que estava sucumbindo um modelo econômico pautado em práticas mercantilistas que tinha como um dos pilares fundamentais o sistema de colonização escravocrata, provocando a crise estrutural, e talvez definitiva, da política absolutista monárquica, e de tudo que lhe dava sustentáculo.

A partir da segunda metade do século XVIII a colônia brasileira começa a se integrar de forma significativa no movimento iluminista, já dominante em diversos países europeus. Embora seja importante assinalar essas primeiras manifestações culturais surgidas no Brasil em termos de nova mentalidade, é também fundamental ter presente os limites marcantes dessa evolução, em consequência dos profundos condicionamentos típicos da formação social do país. Sob esse aspecto, é necessário lembrar que o Brasil era ainda constituído por uma sociedade de predomínio rural, e que os centros urbanos apenas nesse período começam a assumir relativa importância. (AZZI, 1991,p.34)

Ideais liberais republicanos, que pertenciam a um conjunto mais amplo de outras ideias disseminavam-se, principalmente naqueles países onde a industrialização surgiu mais precocemente, alentando os sonhos de liberdades, quer fossem estas econômicas, políticas, religiosas ou culturais, como plataformas de sustentação do amplo projeto da “nova burguesia”.

Também para a América Latina e, necessariamente, como consequência desse amplo projeto de sociedade acima referido, e apesar do caráter agrário da produção destinada exclusivamente à exportação, o século XIX registra, em seu alvorecer, a partir das fortes influências das ideias acima mencionadas, possibilidades de lutas pela independência em relação às metrópoles que, de acordo com Richard (1982), na maioria dos países sob colonização hispânica será marcado por instabilidades, guerras civis e pelos “caudilhismos” políticos.

A invasão da península ibérica por Napoleão enfraquece as relações coloniais da Espanha e de Portugal com as suas colônias, o que torna possível o início da luta pela independência da América Latina. As reformas liberais que deram origem ao Estado liberal e oligárquico no Continente coincidem, em vários países, com o período de crescimento e de estabilização da economia primária exportadora latino-americana, dependente do capitalismo monopolista e do imperialismo moderno nascidos da crise dos anos 70. (RICHARD,1982,pp.51-52)

Na colônia lusa americana tais possibilidades se efetivaram com a instalação da Corte no Rio de Janeiro e na abertura dos portos por D. João VI, mas, apesar disso, são inegáveis os momentos de tensão que não poucas vezes também resultaram em conflitos armados, gerando, da mesma forma, instabilidades políticas e sociais embebidas do ideário

liberal.

Portanto, foi patente a influência das ideias oriundas do Iluminismo entre os intelectuais brasileiros que geralmente as absorviam através das universidades portuguesas, locais para onde se dirigiam os filhos da aristocracia.

Tal influência também se fez através dos livros franceses que, não raro, às vezes até de maneira sorrateira, chegavam ao Brasil, apesar da censura. Da mesma forma, diversas instituições de ensino passaram a divulgar tais ideias, como é o caso do Seminário de Olinda cujo papel desempenhado o coloca em posição de destaque como o grande centro irradiador e formador do liberalismo no Brasil.

Assim como as ideias, disseminavam-se, da mesma forma, os sonhos. As mentalidades formatavam-se, alimentando a certeza da necessidade de pertença ao mundo técnico-científico, liberal e republicano que se vislumbrava no horizonte, mesmo que, às vezes, anuviado ou distante.

No Brasil, de acordo com Hauck et. all (2008), a presença da família real serviu como fator de unificação e fez do processo de independência um movimento gradativo. Nossa autonomia política não se processou em um só ato, mas por etapas marcadas quase sempre por alternativas que exigiram o risco de uma opção.

A inesperada presença da família real modificou os rumos da política brasileira, promovendo uma descolonização acelerada. Apesar do muito que puderam trazer numa fuga marcada pelo pânico, era de quase pobreza a situação dos 15.000 acompanhantes de D. João VI. Aos brasileiros ricos não faltou vontade de colaborar, mas foi por decreto que tiveram de ceder as melhores residências. Muitos preferiram retirar-se da capital, indo para fazendas do interior. Foi verdadeira calamidade este volumoso acréscimo de pessoas exigentes, numa população de cerca de 50.000 habitantes acostumados a uma vida parca e de pouco conforto. Houve também vantagens; embora retardando-a, a presença do rei foi a primeira etapa do processo de autonomia política. Sucederam-se as leis de descolonização, iniciada com a abertura dos portos, antes rigorosamente reservados aos navios portugueses; foram incentivadas indústrias que até então eram rigorosamente proibidas, como a siderurgia e a tecelagem; foi permitido o cultivo de plantas antes vedadas, como a videira; foram liberadas as tipografias, tendo o rei trazido a sua, a primeira a funcionar legalmente no Brasil. O contato com estrangeiros, principalmente ingleses, franceses e alemães, abriu as portas do Brasil para a Europa; a vinda de bons oficiais mostrou ser possível e mais proveitoso dispensar o trabalho escravo; apareceram profissões quase desconhecidas no Brasil, como copeiros, padeiros, alfaiates. Convidados ou autorizados pelo rei, chegaram sábios e artistas, geólogos, naturalistas, arquitetos,

músicos, de fama internacional.(HAUCK et All,2008,pp.20-21)

No entanto, em terras brasileiras, nenhuma das instâncias anteriormente citadas passou incólume às influências dessas novas ideias, a considerar que, já a partir das últimas décadas do século XVIII, estas passaram a nortear as mentes da intelectualidade local possibilitando a sedimentação de uma “consciência liberal” que não poucas vezes irrompeu em conflitos contra o poder central lusitano ou pelo menos àquilo a que estava associado ou lhe fazia referência.

Observe-se que, já na metade do século XVIII, houve três conspirações contra o poder lusitano<sup>5</sup> cuja fonte alimentadora foi exatamente o ideário da Revolução Francesa.

É exatamente a consciência de seu potencial de riquezas e percepção da capacidade de gerenciá-las em proveito próprio que motiva as colônias americanas a procurar a independência política e econômica, bem como a disposição de luta por uma liberdade de ação. A consciência de uma identidade nacional por parte dos colonos entra em choque direto com o antigo sistema colonial. Essa consciência se fortalece à medida que se sentem lesados em seus direitos, marginalizados pelas decisões políticas da metrópole e explorados em seus interesses econômicos (AZZI,1991,p.11)

Em verdade, os conceitos filosóficos do Iluminismo já haviam chegado ao Brasil através do projeto reformador pombalino no século XVIII que, mesmo não adotando as ideias do iluminismo francês<sup>6</sup>, devido à característica radical que este expressava e que,

---

<sup>5</sup> “Esse período de crise política e econômica foi marcado também por uma série de movimentos insurrecionais e revolucionários. Até 1822, esses movimentos tinham como finalidade específica a independência do Brasil. Já na segunda metade do século XVIII, houve três conspirações contra o poder lusitano: a inconfidência mineira de 1789, a inconfidência carioca de 1794 e o movimento baiano de 1798. todos esses surtos insurrecionais foram sufocados ainda antes de sua eclosão. Finalmente, em 1817 teve início a revolução pernambucana, o único movimento que chegou a ter êxito efetivo, embora limitado apenas a alguns meses.

“Exatamente no ano em que eclodira a revolução francesa, era sufocado em Minas o primeiro movimento visando à independência do país. Seus principais líderes pertenciam às classes abastadas da região, contando-se entre eles intelectuais como Tomás Antônio Gonzaga, Claudio Manuel da Costa e Alvarenga Peixoto.” AZZI, Riolando. **Op. Cit.** p.16.

<sup>6</sup> Segundo o autor anteriormente referenciado, “... o Iluminismo português está mais próximo do século XVII europeu do que do verdadeiro Iluminismo do século XVIII. De fato, ao menos oficialmente, o reino lusitano

portanto, não se coadunava com o espírito católico lusitano, abriu espaços, a partir das academias portuguesas, para complementaridade dos estudos superiores daqueles que tinham ampla condição material para garantir tal empreitada, com o propósito de nutrir os espíritos ávidos pelas novidades do momento, que notadamente correspondiam aos conhecimentos científicos, às novas orientações políticas e econômicas.

No século XIX, portanto no Brasil, como já aludido em parágrafo mais acima, já diversas instituições de ensino superior foram inauguradas objetivando disseminar as concepções filosóficas do iluminismo e do liberalismo. Dentre elas, instituições católicas, como era o caso do Seminário de Olinda, já a partir de 1800. Segundo Barreto apud Azzi (1991, p.30), foi no seminário de Olinda que se manifestaram pela primeira vez os princípios das reformas pombalinas. O seminário representou do ponto de vista educacional, o rompimento com a tradição pedagógica jesuítica.

Uma das instituições importantes na transmissão da cultura iluminista para o clero foi o seminário de Olinda, fundado pelo bispo José Joaquim de Azeredo Coutinho. Nascido em 1742, na cidade de Campos, Azeredo veio ainda menino para o Rio de Janeiro, onde fez os estudos de gramática, letras, filosofia e teologia. Aos 26 anos, após a morte do pai, começou a dirigir os negócios da família. Mas em 1775 deixou essa incumbência para seu irmão Sebastião, partindo para Coimbra, onde se formou em cânones e foi ordenado sacerdote. Após o término dos estudos foi nomeado deputado do Santo Ofício em Portugal. Em novembro de 1794, foi escolhido para bispo de Pernambuco, chegando à sua nova diocese apenas no Natal de 1798. Assumiu logo o governo interino da capitania, e, em seguida, o cargo de diretor geral dos estudos. Sua missão era implementar em Pernambuco a reforma da instrução realizada por Pombal. Aliás, era ele parente de Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, reitor da Universidade de Coimbra de 1770 a 1779, e em seguida bispo de Coimbra. Em fevereiro de 1800, Azeredo Coutinho inaugurou o Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça. (AZZI, 1992, pp.29-39)

---

continua mantendo restrições tanto contra o deísmo e o anticlericalismo dos enciclopedistas franceses, como em relação ao pensamento democrático e liberal que a partir de então começa a ganhar foros de legitimidade no mundo ocidental”.

“o Iluminismo lusitano, tal como é propugnado pela reforma pombalina, conserva ainda a concepção absolutista do poder. Trata-se apenas de substituir a monarquia absoluta sacralizada pela Igreja por um absolutismo ilustrado, dominado pela razão de Estado. Dentro desse regime o clero continua ainda a ter grande influência, sobretudo a nível familiar e educacional. No ensino universitário, os padres do Oratório assumem agora a liderança do país. A finalidade específica do movimento pombalino é criar um Estado nacional forte e centralizado, baseado em estruturas econômicas modernizadas.” (AZZI, 1992, p. 54).

Apesar do reduzido número, e de muitos estarem atrelados a instituições como a Igreja Católica, foram esses intelectuais os responsáveis pelos movimentos de contestação ao poder central metropolitano.

Mesmo levando em conta que tal segmento era composto por membros da classe dominante e parte significativa do próprio clero que, aliás, eram provenientes desse mesmo segmento social, eles constituíram a quase totalidade das vozes de contestação face aos abusos impetrados pelo poder lusitano.

Absortos em tais ideias participaram ativamente dos referidos movimentos. De acordo com Azzi (1992)

Até 1759, a Companhia de Jesus tinha sido uma das grandes incentivadoras da cultura na colônia, através dos diversos colégios espalhados pelos principais centros urbanos do país. Com a expulsão dos jesuítas, a cultura brasileira entrou em crise, encontrando dificuldades em amoldar-se ao projeto reformista de Pombal.

Não obstante, são criados polos de cultura em várias regiões do país. As academias literárias se difundem, reunindo a intelectualidade brasileira. Já a partir do século XIX, também as lojas maçônicas se multiplicam, exercendo um papel importante na difusão das ideias iluministas e liberais. Com a vinda da família real para o Brasil, fundou-se a escola de Medicina da Bahia e a Escola Militar do Rio de Janeiro. De singular importância foi a fundação das faculdades de Direito em Recife e São Paulo, poucos anos após a Independência. Na área mais específica do catolicismo, deve ser assinalada a criação do seminário de Olinda, a associação dos padres de Itu, bem como a reforma dos estudos eclesiásticos entre franciscanos e beneditinos, numa perspectiva marcadamente iluminista.(AZZI, 1992, p.24)

O momento exalava e, ao mesmo tempo, inspirava transformação. Ao que parece tudo estava tendente a isto. Aqui, a própria vinda da Família Real sinalizou possibilidades de efetivação de certas aspirações de “liberdade” e desenvolvimento para o caso brasileiro.

Mesmo que o intuito não tenha sido este, mas, na medida em que o Monarca ia dotando a “colônia” com certa infraestrutura, abrindo institutos, bibliotecas, jardins, aformoseando a paisagem urbana, dentre outras intervenções, segundo Pires de Almeida<sup>7</sup>,

---

<sup>7</sup> A elevação do Brasil à categoria de Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815, foi a possibilidade de Portugal participar do Congresso de Viena ao lado das potências que haviam derrotado Napoleão Bonaparte. Segundo Almeida, “Em 16 de dezembro de 1815, D. João deu ao Brasil o título de Reino e fez reconhecer o novo Estado pelas potências da Europa. Era a constituição da nacionalidade brasileira, a declaração de sua independência, ainda que a coroa de Portugal e a do Brasil permanecessem unidas na mesma cabeça, uma

iam-se mudando completamente as condições do país sob diversos aspectos e, com a “abertura” dos portos brasileiros ao “comércio internacional”, deu-se o início da constituição da nacionalidade brasileira, proclamada em dezembro de 1815 e reconhecida pouco tempo depois pela Europa.

Para o Brasil, a vinda da Corte teria consequências capitais e imediatas, embora a política do Regente, depois de D. João VI, conservasse ainda muito dos mecanismos do mercantilismo português, uma boa e fundamental parte dos quais teve de ser abandonada, o que favoreceu a muitos dos interesses da colônia e de seus habitantes. Mesmo a dependência face à Inglaterra, expressa no Tratado de 1810, mas a que na prática se procurou fugir, teve, para a colônia, um aspecto positivo pelo acesso direto às mercadorias inglesas. E o rumo posterior da Independência seria marcado pela presença da Corte, fazendo da Monarquia e de suas instituições uma das peças essenciais do futuro jogo político. (BERNARDES, 1983, p.22)

Entretanto, a partir daí, sob a batuta das diretrizes políticas e econômicas lusitanas, e talvez por isso mesmo, diversas demonstrações de insatisfação começam a dominar o cenário da segunda década do século em questão no Brasil, principalmente no Nordeste de economia açucareira e algodoeira, ambas rumando para o mesmo processo de decadência devido à concorrência com os produtos ofertados no mercado internacional.

A presença da Corte no Rio de Janeiro, portanto, acabou intensificando a promoção de um acentuado desnível regional entre aquela que foi a região anteriormente hegemônica, ou seja, o Nordeste, e o Sudeste, aquela que despontaria como a promissora região de um novo ciclo econômico pautado em outro produto, porém, da mesma forma agrário-exportador. Certamente o período evidencia uma inversão regional.

Ressalte-se que, além disso, as camadas médias e os grandes proprietários de outras regiões exportadoras do país, principalmente a nordestina, tiveram que arcar com o ônus do estabelecimento da realza na cidade carioca. Não era fácil seu sustento financeiro, custeado através de aumento de impostos sobre o que ali se produzia, bem como sobre os gêneros alimentícios, agravando-se tudo isto por conta do exagerado aumento de privilégios monopolistas em relação ao comércio, nas mãos de portugueses e certamente agora entrando em cena os ingleses.

O entusiasmo inicial, paulatinamente, vai cedendo lugar a desconfianças e insatisfações em alguns setores sociais em relação à Corte. As concepções de cunho liberal, neste ponto específico da história brasileira, foram o fermento apropriado de contestação aos mandos e desmandos do poder constituído.

A Revolução Pernambucana de 1817<sup>8</sup> é um bom exemplo do nível da insatisfação reinante entre os membros dos diversos estratos sociais, devido às condições difíceis que se avolumavam.

Grandes proprietários rurais participaram do referido levante porque tinham interesses contrários aos interesses dos comerciantes portugueses, monopolistas, com os quais estavam profundamente endividados. Desejavam, aqueles, livrar-se do jugo do monopólio comercial português outorgado pela Coroa, que os enredava em dívidas em relação aos comerciantes lusos. Além disso, reivindicavam o fim da pesada carga tributária a que eram submetidos para o sustento do séquito de D. João VI.

Mesmo assim, não há dúvidas de que a configuração política e social brasileira, a partir de 1808, não era mais a mesma e que o caminho que se seguia estreitava-se com o empenho dos colonizados em efetivar aquilo que fora mero anseio de nacionalidade, tendo como armas justamente as ideias liberais.

A corte deixara de ser um distante poder sediado no ultramar. Sua instalação no Rio de Janeiro inverte quase inteiramente a relação metrópole/colônia. A política colonial e metropolitana, as alianças e relações externas passam a ser pensadas, tramadas e decididas na colônia. Ao realizar, por força das circunstâncias com que se defronta o inevitável dismantelamento, mesmo parcial, das estruturas coloniais, a Coroa expunha-se ao mesmo tempo a uma dupla pressão. Pressão por parte dos seus súditos metropolitanos que, no Reino ou na colônia, continuavam ligados aos interesses colonizadores, tal como se apresentavam antes de 1808. e pressão dos seus súditos coloniais, avantajados agora pela transferência da Corte e que desejavam, cada vez mais, se não avançar o processo de desligamento da metrópole, pelo menos conservar as vantagens adquiridas, evitando o retrocesso. (BERNARDES,1983,p.23)

---

<sup>8</sup> Segundo Riolando Azzi, a Revolução Pernambucana de 1817 foi “a insurreição mais significativa nesse período”..., também conhecida como a revolução dos padres, pelo grande número de clérigos que nela tomaram parte ativa.

“O pano de fundo do movimento foi o declínio da produção de açúcar e algodão na região, bem como o agravamento da situação social com a seca de 1816”. Como as lojas maçônicas difundiram amplamente os ideais liberais, o governo da província decidiu decretar a prisão de alguns líderes, acusados de conspiração. eclodiu então a revolução, sob o comando de uma pequena burguesia mais esclarecida. O movimento recebeu também o apoio da Paraíba e do Rio Grande do Norte, mas foi sufocado pela repressão organizada pelo Conde dos Arcos, com o auxílio das tropas enviadas pelo governo do Rio de Janeiro. AZZI, Riolando. **Op. Cit.** p. 18

Mesmo que durante a árdua caminhada, estivessem sob riscos constantes de retorno à situação de recolonização devido às pressões por parte do poder metropolitano.

### **1.3. Configuração Política do Brasil Rumo à Formação do Império**

O desenvolvimento desses acontecimentos, do período em que a Corte portuguesa permaneceu no Brasil, foram decisivos para o estabelecimento do processo de independência propriamente dita, bem como a institucionalização do Império brasileiro. Mais decisivas ainda foram as pressões portuguesas para a recolonização do Brasil. Isso certamente despertou preocupações, principalmente daqueles intelectuais que traziam uma certa bagagem de militância política, e qualquer tentativa de retorno ao jugo português era entendido que precisava ser repellido.

Dentre estes intelectuais havia representantes do clero, que tiveram papel de destaque na contestação de qualquer intento de recondução do Brasil a mera condição de colônia portuguesa. Aliás, em várias rebeliões que aconteceram na Colônia e ao longo do Império, padres tiveram participação ativa revolucionária, inclusive no comando de tropas rebeldes.

O medo de retrocesso à condição de colônia forçou os “brasileiros” a exigir do Imperador uma posição definida em face de questão tão controversa, no sentido, claro, de não seguir as orientações de Lisboa. Fazia-se necessário o estabelecimento de um “pacto social” no sentido de garantir as aspirações políticas dos segmentos sociais envolvidos em tais querelas e espantar o fantasma que circundava o país e disseminava medo.

A elite brasileira, dividida em grupos políticos distintos, forçava D. Pedro a convocar uma assembleia constituinte como forma de dar celeridade ao rompimento do Brasil com Portugal, o que de fato aconteceu. A Constituinte foi formada, mas, devido ao acirramento dos ânimos, foi vitimada pela intervenção centralista de D. Pedro.

Apoiavam o referido processo constituinte dois grupos que dominariam o cenário

político até o fim do Império: “o Partido Brasileiro”, formado por setores dominantes e conservadores da sociedade brasileira tais como proprietários rurais, comerciantes, altos funcionários do governo, que apoiavam a independência com D. Pedro no poder, e o “Partido Liberal Radical, composto por setores das classes médias urbanas da época, em grande parte representados por médicos, jornalistas, padres, funcionários públicos dos baixos escalões, professores, dentre outros”.

Os partidários do “liberalismo radical”, que eram militantes da Maçonaria, defendiam, além do rompimento com Portugal, a implantação de uma república democrática.<sup>9</sup>

Porém, a transição, que resultou na configuração de um novo contexto político, de democrática nada teve, dado que alijou do processo as camadas mais populares da sociedade. Além disso, com a posterior dissolução dos trabalhos legislativos e a outorga da constituição, o imperador iniciou um processo de centralidade do poder político, agradando ou desagradando a certos grupos envolvidos em seu apoio político.

Agradou sobremaneira aos partidários do Partido Português, garantindo-lhes esperança de reaver alguns privilégios que por ventura haviam perdido ou estavam sob ameaça de perda.

Destarte, tal medida gerou desconfianças e rupturas em relação aos liberais, notadamente em relação aos mais exaltados e afoitos, como era o caso daqueles que deram gestação à Confederação do Equador<sup>10</sup>, liderados por Frei Caneca e Cipriano Barata que, tão logo visualizaram certos passos vacilantes do Imperador em relação a abraçar a causa da nacionalidade brasileira, recusaram-se a aceitar tal centralidade de poder, rompendo, portanto, com o governo.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> É interessante lembrar que, segundo Hauck et. all, o pensamento liberal brasileiro da época é ingênuo, quase sempre autodidata, sujeito a conclusões conflitantes. Para o alto, na resistência ao absolutismo e à autocracia, ou na generosa abertura do liberalismo econômico ao comércio inglês, os princípios liberais eram invocados em profusão; na aplicação dos mesmos princípios à situação do povo fazia-se restrições, dominava o medo das consequências. HAUCK et. all. **Op. Cit.** 2008, pp.135-136

<sup>10</sup> “A Confederação do Equador surgiu como um nítido movimento de repulsa à Constituição imposta pelo governo imperial em 1824, logo após o fechamento da Assembleia no ano anterior. Como já ocorrera em 1817, também nessa revolução nordestina houve participação significativa de clérigos”. AZZI, Riolando. **Op. Cit.** p.20

<sup>11</sup> “Lembremos que, entre 1820 e 1822, a colônia conhece uma verdadeira situação de duplo poder em um quadro político pouco claro, ou seja, o poder da Corte no Rio de Janeiro – inicialmente na pessoa de D. João VI e depois na do Príncipe D. Pedro – e o poder das Cortes Constituintes, empenhadas em submeter o poder

Desta forma, foi neste contexto que se fez ouvir a demolidora lógica de Frei Caneca, demonstrando que, ao dissolver a Assembleia Constituinte, o Imperador rompera o “pacto social” com a Nação e com isto perdia o mandato que a mesma depositara em suas mãos. A partir deste momento, justificava o referido líder que a rebelião deixava de ser crime e constituía-se em um dever patriótico.

A característica acima mencionada do governo de D. Pedro I acabou levando à intolerância dos referidos grupos liberais, e mesmo entre aqueles mais moderados, havia os que não enxergavam com bons olhos certas atitudes do imperador.

Diante da ameaça ao recém-instalado poder imperial, resta a ação intransigente do Poder Central na repressão a qualquer manifestação contrária ao poder estabelecido. Daí a explicação da Confederação do Equador ter sido brutalmente reprimida e, seus líderes, enviados à força ou ao fuzilamento. Mesmo que isso tenha custado mais um golpe fatal à popularidade imperial.

Contribuía ainda para diminuí-la, a batalha travada contra a Argentina por conta das terras na província da Cisplatina. Além de requerer recursos financeiros e humanos, em um total desperdício, também provocava descontentamentos nos setores agrários, de onde era arregimentada grande parte das tropas.<sup>12</sup>

A impopularidade da Guerra da Cisplatina, o descontentamento generalizado, a lembrança da sanguinária repressão à Confederação do Equador, o avanço da pressão republicana e a oposição entre o Imperador e os segmentos dominantes da sociedade brasileira foram os fatores que tornaram a abdicação inevitável. Nem as tropas estrangeiras engajadas pelo Imperador puderam servir-lhe de apoio; ao contrário, foram o foco de sangrentos motins, entre outros motivos, como reação à brutal disciplina com que eram tratadas. (BERNARDES, 1983, p.34).

---

real à Constituição e em recolonizar o Brasil. Tal situação contribuía para que a aspiração à independência não significasse ação unitária ou reconhecimento imediato da direção sediada no Rio de Janeiro” BERNARDES, Denis. **Op. Cit.** p. 31

<sup>12</sup> “A questão que está na base da eclosão da Confederação do Equador pode ser colocada nos seguintes termos: que vantagens tinham as províncias em permanecer unidas e submetidas ao poder do Imperador? Nenhuma. A união significava transferir para a Corte os já minguados capitais locais e enfraquecer a agricultura pelo envio de sua força de trabalho, como soldados ‘voluntários’ para as guerras do Sul. “E Frei Caneca levantara mesmo a suspeita de que, enfraquecendo os meios de defesa da província pela transferência de suas tropas para outras áreas o Imperador tornava-a presa fácil de uma esperada invasão recolonizadora”. **Id. Ibid.** p. 32

O Primeiro Reinado, fundado como fruto das lutas pela Independência, terminava segundo Bernardes (1983, p.42), igualmente pela continuidade das mesmas lutas. A abdicação do Imperador seria, então, um fato inevitável, bem como fora a salvaguarda do trono através da formação das Regências.

O período seguinte da história do Império brasileiro, sob os auspícios das Regências, trouxe, acentuadamente, as marcas profundas das mesmas contestações que almejavam reformas.

Um elemento próprio das motivações econômicas e políticas dos movimentos do período foi o antilusitanismo. As cidades foram seu campo de eleição. Até a abdicação, o acentuado duplo caráter político e econômico do antilusitanismo explica-se inclusive pela nacionalidade do Imperador, nunca de todo insuspeito do desejo de reunificar as duas Coroas. Além do mais, como vimos, na medida em que o absolutismo do Imperador se revelava, tendo como consequência seu afastamento do partido brasileiro, acentuava-se sua aproximação do elemento português. O antilusitanismo adquiria, assim, uma conotação de luta contra os portugueses. Estes, desde a Época Colonial, praticamente monopolizavam o comércio, tanto o grande comércio quanto o de varejo, sofrendo apenas concorrência mais expressiva de ingleses e franceses. (BERNARDES, 1983, p 42).

Tais vozes se fizeram ouvir através da Revolta dos Cabanos, na região do Grão-Pará, na Guerra dos Farrapos, na Região Sul do país, através da Sabinada, na Bahia, bem como da Balaiada, no Maranhão.

Essas ânsias por reformas devem ser compreendidas explicitamente no âmbito dos cenários político e econômico, dado que, como visto mais acima, em termos de reformas sociais, nossos revolucionários não eram tão liberais assim.

De qualquer forma, as classes dominantes ansiavam barrar toda e qualquer iniciativa de rebelião, pois seu intuito era alcançar estabilidade política através de uma efetiva centralidade do poder.

Diversas correntes políticas e segmentos sociais participaram da luta cujo desfecho foi a abdicação, mas seriam os chamados moderados os principais beneficiários da mesma. Recolheram os frutos das agitações do período, mas logo trataram de contê-las, de impor a ordem e de afastar as reivindicações republicanas ou, mais simplesmente, democráticas. Seus objetivos haviam sido alcançados: a saída do príncipe e a conquista

do Estado.

Para as Regências, sem considerarmos aqui suas características particulares, a instauração da ordem constitui o objetivo principal e implicou conter as reivindicações democráticas, retomar o controle policial e militar da situação e vencer os diversos movimentos armados em vários pontos do país. (BERNARDES, 1983, p.35).

Somente no período correspondente ao Segundo Império, tendo à frente D. Pedro II, o Brasil experimentou, pelo menos do ponto de vista estatal e parlamentar, uma relativa estabilidade política. Mesmo assim, não devem deixar de serem mencionadas as irrupções da Revolução Liberal em São Paulo e Minas Gerais em 1842, e da Revolução Praieira, em Pernambuco, em 1848, talvez os últimos grandes movimentos rebeldes contrários ao Poder Central Imperial.

De uma maneira geral, na História do Brasil, esse foi um momento em que se delinearam as regras do jogo político que desempenharam papel decisivo no surgimento das pressões pela instauração da república e posterior implantação da mesma.

Apagadas as chamadas da oposição restauradora e reprimidas as revoluções que pleitearam a separação da nação, o governo segue amparado pelas mesmas forças políticas e antagônicas.

Liberais e Conservadores, alternadamente, ao participarem e assumirem postos importantes no Império deixavam expressa uma habilidade política que partiu dos próprios meios conservadores e que foi crucial para a manutenção da ordem, condição imprescindível do governo que se estabelecia.

Para isso, a Política de Conciliação<sup>13</sup> adotada serviu muito aos propósitos do governo e do setor conservador no intuito de amainar os ânimos contrários inscritos tanto no Partido Liberal como no Partido Conservador. Tal medida fora adotada bem mais no sentido de minar as bases da oposição liberal, principalmente aquela de cunho mais radical.

A oposição liberal, duramente atingida pela derrota da Praieira, é em boa parte

---

<sup>13</sup>A conciliação caracterizou-se, de uma maneira geral, pela alternância pacífica entre liberais e conservadores, que adotavam a mesma política, tanto no governo quanto na oposição.

absorvida na chamada política de conciliação que vigora até por volta dos anos 60, quando surge uma nova oposição. De início ela ainda está comprometida com os conservadores, mas gradualmente conquista sua autonomia. Nova oposição, mais avançada em seu programa de reforma democrática do Império e igualmente nova oposição republicana, visando não à reforma das instituições monárquicas, mas à sua supressão. A partir daí, dois grandes temas políticos dominarão o cenário do Império: a questão da abolição da escravatura e o confronto Monarquia versus propaganda republicana. (BERNARDES, 1983, p.p.46-47)

Isso não significa a morte da oposição, muito menos da consciência liberal já firmada em diversas experiências ao longo do Império.

Porém, de acordo com a orientação conservadora, as disputas e animosidades opositoras haviam se tornado incompatíveis com um estado centralizado e forte, capaz de promover o “desenvolvimento” material e moral da nação, atraindo a credibilidade estrangeira no intuito de contrair empréstimos para abertura de estradas, instalar ferrovias e telégrafo e, certamente, dar apoio financeiro à industrialização e às lavouras de café, produto este que se constituiria em sustentáculo da economia do segundo reinado.

A partir de 1840, o café transforma-se no principal produto brasileiro de exportação, e fator da recuperação financeira do país. A economia brasileira passa a ser caracterizada pela expansão da lavoura cafeeira, que transforma progressivamente o Sudeste na região mais importante do país.(...) O ponto de partida da expansão cafeeira foi o litoral do Rio de Janeiro, mas já em meados do século o Vale do Paraíba tornou-se o principal polo produtor de café. Em seguida, nas últimas décadas do século, o Oeste paulista passou a assumir a hegemonia.(...) Em modo análogo às produções agrícolas do período colonial, também a expansão cafeeira foi organizada e dinamizada em função do mercado externo, baseando-se na grande propriedade monocultora e na utilização do braço escravo.(...) Com relação ao aspecto social, a cultura cafeeira apresentava condições propícias para a manutenção dos padrões da família patriarcal e de seu mundo de valores. Os barões do café, de fato, passam a constituir nova aristocracia rural equiparando-se aos antigos senhores de engenho. (AZZI, 1992, p.11)

Participando de um mesmo governo, tanto liberais quanto conservadores podiam garantir vultosos privilégios. Defender um estado centralizado era garantia de benefícios materiais, de prestígio, de cargos públicos e títulos nobiliárquicos.

Mas, vale lembrar que, em relação aos liberais, a aproximação do governo ou mesmo sua participação, possibilitou uma nova experiência política que posteriormente

resultaria na gestação das ideias republicanas, que paulatinamente foram minando as bases do próprio Império.

#### **1.4. A Reconfiguração Política da Igreja Católica no Cenário do Segundo Reinado**

Diante de tais acontecimentos para a História do Brasil no século XIX, ao tempo em que se desenrolavam, até mesmo promovendo e acarretando tantos outros, no âmbito político e econômico, criava-se também um pretense ponto de tensão ideológica entre o Estado Imperial brasileiro e a Igreja Católica Romana. Na avalanche das questões políticas, forçoso é relatar que no campo da religiosidade ocorreram divergências e embates, principalmente quando da ação da Igreja diante do Trono, no sentido de garantir a salvaguarda de seus interesses e de suas conveniências.

Residiu, tal ponto, e foi motivo do desencadeamento de uma série de outras querelas entre Igreja e Estado, na indisposição da própria Igreja Católica em querer dar continuidade à cessão do direito de padroado ao representante máximo do Império brasileiro. Ora, no dizer de Azzi (1987, p.25), “a doutrina do padroado sacralizou a união entre Igreja e Estado na medida em que tornou o rei, a um só tempo, figura religiosa e política”. No entanto, no período em questão, a leitura feita pela Igreja em relação ao padroado era a de que a submissão ao poder civil jamais poderia tornar-se subserviência.

O padroado havia sido a garantia eclesiástica, ainda na compreensão de um contexto medieval, através do modelo da Cristandade, de assegurar a justificação ideológica do poder político. Com o processo de conquista das terras d'além-mar, adotou-se o mesmo benefício junto às coroas ibéricas.

O direito de padroado só pode ser plenamente entendido dentro de um contexto de história medieval. Não se trata de usurpação de atribuições religiosas próprias

da igreja por parte da Coroa lusitana, mas de forma típica de compromisso entre a Santa Sé e o governo português. Consistia especificamente no direito de administração dos negócios eclesiásticos, concedido pelos papas aos soberanos portugueses. Acresce ainda que, em 1522, o papa Adriano conferiu a D. João III a dignidade de Grão-mestre da Ordem de Cristo, transmitida em seguida aos seus sucessores no trono.

Unindo assim aos direitos políticos da realeza o título de Mestre Geral dessa importante instituição religiosa medieval, os monarcas passaram a exercer ao mesmo tempo um poder de ordem civil e eclesiástica, principalmente nas colônias e domínios portugueses. (AZZI, 1987, p.21)

Com a independência das nações latino-americanas, a Igreja relutou em não mais conceder tais atribuições ao poder civil, até porque, com exceção do Brasil, os outros países do continente adotaram o modelo republicano, algo não mais vantajoso à Igreja em seus propósitos. Aliás, algo extremamente contraditório seria se ela continuasse com a referida delegação, dado que ali, naqueles países, se dava a concretização das mesmas ideias que por ora ela intentava combater.

No Império brasileiro, já no seu início, a compreensão da instituição do padroado passa por uma releitura, deixando de ser entendido como direito absoluto ao rei. Daí porque, segundo Hauck et al(2008, p.78), o imperador “Pedro I achava mais fácil o Brasil separar-se de Roma do que o imperador deixar de exercer sua autoridade soberana em assuntos religiosos”.

É inadequado, no caso do Brasil, imaginar uma organização eclesiástica autônoma, de estreitas ligações com Roma: a religião católica constituía parte integrante e necessária da sociedade brasileira, e o poder eclesiástico exercido pelo rei se relacionava com atribuições inerentes ao poder real, mais do que a antigos privilégios e concessões feitas pelos papas à Ordem de Cristo. Daí a irritação de Pedro I quando Roma exigiu formalidades para o reconhecimento do padroado régio na pessoa do imperador do Brasil. Tornou-se evidente, então, a diferença de conceito de padroado: Pedro I o tinha como direito, atribuição própria do poder absoluto dos reis, quando Roma o considerava como especial privilégio, concedido pelo papa em decorrência de função determinada: a evangelização dos territórios conquistados. (HAUCK et al, 2008, p78)

Ressalte-se que, além do direito do padroado o imperador também detinha o

direito do beneplácito que lhe garantia a aprovação ou desaprovação dos documentos papais, quer fossem bulas, encíclicas, dentre outros.

Pelo recorte abaixo, essa prerrogativa dada ao Imperador tendia a repercutir nas outras esferas do poder, nas províncias, provocando certo fisiologismo político-eclesiástico, conforme denúncia do governador do arcebispado da Bahia, Monsenhor Manoel dos Santos Pereira, em relatório apresentado à Santa Sé, em 1885.

“Era ao chefe político que se dirigia o sacerdote que pretendia colocar-se em uma paróquia. Sem o consentimento deste chefe, ele não se atrevia a inscrever-se, nem dirigir-se ao seu prelado. Obtido o consentimento para esta ou aquela, conforme a vontade e designação da política estava o sacerdote muito certo da vitória e escolha do Imperante, fosse ele o mais digno, fosse ele o mais indigno. E quando esta circunstância se dava, e o prelado na proposta expunha a verdade ao governo sobre a indignidade do candidato, era este não obstante o escolhido, e apresentado ao benefício, se assim convinha à política”. (AZZI, 2001, p.95)

Diante de tantos interesses, tais ideais de recuperação do poder eclesiástico por parte da Igreja Católica passou a fazer parte da mentalidade de sua hierarquia já desde o início do século XIX, por conta dos reveses sofridos e das perseguições provocados por parte do poder civil na Europa.

Em 1808, ao tempo em que a corte portuguesa se transferia para o Brasil, Roma estava subjugada por Napoleão, que destratava o papa como bem lhe aprazia. Em 1815 uma das grandes preocupações de Roma foi o restabelecimento dos estados pontifícios, e para isso contou com o benévolo patrocínio da Inglaterra. Sob o ponto de vista do governo eclesiástico, a mentalidade antiliberal, tradicionalista, se firmava e se radicalizava como reação ao período liderado pelo Cardeal Hércules Consalvi. A memória das recentes convulsões da Revolução Francesa alimentava um temor quase obsessivo pelas novidades, termo que incluía os movimentos republicanos, as nascentes reivindicações sociais e o liberalismo em todas as suas acepções, principalmente nos campos político e religioso. (HAUCK et al, 2008, p.77)

Nesse contexto de “revoluções” em gestação e em processo, a Igreja Católica

anteviu a possibilidade de desatrelar-se do poder civil, requerendo, conseqüentemente, maior autonomia nas questões de ingerência espiritual. Havia uma desconfiança generalizada, por parte da Igreja, em relação aos avanços de ideias consideradas hereges.

Dentro do Império brasileiro tais ideias constituíam a mentalidade de muitos que participavam do próprio governo, influenciados e orientados pela Maçonaria. O real embate ideológico travou-se com a Maçonaria, que disseminava as ideias liberais, organização onde parte do próprio clero nacional encontrava ecos à ânsia de construção do modelo de uma igreja nacional, desapegada, portanto, dos ditames da hierarquia romana.

Ao tempo em que se faziam avanços no intuito de experimentar o surto desenvolvimentista de alguns países, notadamente aí incluído os Estados Unidos da América, havia também uma preocupação muito persistente da Igreja no sentido do avanço da ideologia protestante que acompanhava tal desenvolvimentismo. Havia o risco do avanço do protestantismo e a suplantação do catolicismo enquanto religião exclusiva de estado.

A igreja, ao buscar autonomia face ao poder civil, aproximando-se da autoridade pontifical, na verdade estava procurando ocupar espaço mais efetivo no novo cenário que se vislumbrava. Daí por que foi encampada uma defesa ferrenha dos preceitos eclesiásticos a partir do princípio de autonomia face às questões espirituais e os bispos, portanto, tiveram a incumbência de serem os agentes promotores da reforma da Igreja Católica.

A referida instituição, depois das diversas situações que passou na Europa a respeito das perseguições por parte do poder político pós-Revolução Francesa, e no Brasil por conta da adesão dos clérigos às ideias liberais, agora se via envolta nas tramas do poder imperial, perdendo seus privilégios, não só espiritual bem como material financeiro, dado que, por conta do mesmo sistema de padroado, obrigava-se a viver a expensas do erário.

Lembrar-se-á que a Igreja não fazia oposição ao Estado. Mas entendia que era momento oportuno de desligar-se da submissão ao mesmo. Pretendia continuar moldando os espíritos tendo o Estado Imperial brasileiro como aliado, dado que compreendia que a ação de governar jamais poderia prescindir da religião e, de preferência e de forma exclusiva, fosse a religião católica, que por ora tendia a retornar aos moldes romanos. Do mesmo modo, objetivava que o Estado continuasse a ser o provedor material financeiro e

protetor de suas ações.

É desta forma que será engendrada a reforma da Igreja no intuito de espantar qualquer iniciativa de tolher-lhe a autonomia, que agora teria as diretrizes traçadas por Roma, tendo o sumo pontífice como inteligência máxima da gestão espiritual. A Igreja Católica instaura uma disputa política tanto internamente, na remodelação de seus quadros e de suas ações, quanto externamente, diante das forças civis instituídas.

Da forma como foi conduzida pela Igreja, tal ideia não fora bem acolhida pela coroa, pois significava tirar o poder e privilégio do imperador de nomear e destituir os bispos de acordo com as circunstâncias. Ora, nomeá-los ou destituí-los era manter sob seu controle o poder espiritual, bem como a possibilidade de barganha política junto à elite quando da indicação de seus filhos para ocuparem tais cargos. Os membros da igreja praticamente eram funcionários do Império, recebiam subvenções do Estado para poder manter-se na lida eclesiástica.

Conforme assinalado mais acima a respeito do pretense embate ideológico entre Estado Imperial brasileiro e Igreja Católica, sabe-se que a necessidade de moralização e reforma do clero partiu do próprio governo imperial, pois a consequência da inobservância das atribuições próprias requeridas para o sacerdócio se perderam no tempo. A condição dos membros do clero praticamente como funcionários de Estado levou-os ao envolvimento com a política e à negligência dos costumes sacerdotais.

Comum é o relato histórico, no Brasil, de padres envolvidos e encabeçando revoltas e rebeliões provocando a preocupação constante do poder central. A resposta, indicada no recorte abaixo, de 13 de outubro de 1856, do Ministro do Império, Nabuco de Araújo, a um deputado baiano, Casimiro Madureira, que advogava em favor do abade de São Bento acerca do veto à admissão de noviços nas ordens religiosas, bem demonstra a real preocupação e atestam as primeiras ações do governo imperial em relação ao comportamento rebelde e conseqüente distanciamento da função sacerdotal do clero, levando-nos a inferir que tais preocupações e princípio de intervenções que resultariam na reforma do clero, depois encampada pela Igreja Católica em um propósito claro e exclusivo da mesma, em princípio, consistiram em uma política de Estado, questão de segurança nacional.

“Esse favor derogaria a ideia que tenho sustentado, e pela qual estou comprometido: esta ideia é para mim de tal importância que dela faço questão de gabinete. Para mim a regeneração do clero e a reforma dos conventos são necessidades essenciais para o futuro do país.”(ARAÚJO apud AZZI, 2001, p.124)

A Igreja talvez tenha visto isso como consequência da falta de centralidade. Possivelmente tenha entendido que as consequências de não possuir as rédeas nas mãos, na condução de seus pastores, seria a própria dispersão do rebanho. A negligência nos costumes, notadamente a não observância e conservação do celibato tornou-se ponto crucial também a ser enfrentado nesse conjunto de preocupações da Igreja.

O clero mal instruído, politizado, militando ideais liberais e participando de revoltas, passou a ser um problema do próprio Império e da alta hierarquia católica. Dom Pedro II, por exemplo, ao buscar apoio na referida hierarquia dava demonstração de que a reforma do clero também era uma necessidade do Estado.

Daí, no início da seção, termos feito alusão a um pretense ponto de tensão entre Igreja Católica e Estado Imperial brasileiro. A própria Questão Religiosa, fato ocorrido nas últimas décadas do século XIX, por conta da prisão dos bispos de Olinda e Pará, deve ser entendido desta maneira porque, como já salientado, a Igreja não tinha pretensões de fazer oposição ao Estado. Era ela sua aliada e de seus cuidados não pretendia abrir mão. O que ela almejava era maior ou total autonomia em relação aos assuntos religiosos.

Certamente a reforma que a Igreja encampou, a partir daí, a fez ter um zelo desmesurado quanto à ortodoxia católica.

É igualmente uma característica deste período ser a Igreja mais “intransigente quanto à ortodoxia”. A autoconsciência de “Mestra da verdade” culminará com a proclamação da infalibilidade, defendida ardorosamente pelo episcopado brasileiro. Nesta autoconsciência, exacerbada pela contestação dos liberais e dos protestantes que paulatinamente se vão inserindo em nosso contexto nacional, o episcopado brasileiro sustenta que só a Verdade (católica) e não o Erro (liberal e protestante) tem direito de existência e de divulgação.

A Igreja do Segundo Império mostra-se acentuadamente “militante”. A

mística da luta contra “as portas do inferno” é exacerbada pela forte contestação liberal, que da França e da Itália é transplantada para o Brasil. Há em nossos bispos a quase-psicose de uma conspiração organizada contra a Igreja, que na Questão Religiosa chega a uma verdadeira mística do martírio.

A Igreja é neste período fundamentalmente “conservadora”. Toda uma atitude de reação contra o liberalismo, que culmina no Syllabus e no Vaticano I, é transferida para o Brasil. De Roma escrevia então D. Macedo Costa: “A tese ultramontana daqui a pouco se chamará simplesmente católica. (HAUCK et all, 2008, p.143)

Significou a oposição às ideias contrárias aos dogmas católicos, talvez seja pertinente se falar que a ação eclesiástica consistiu em uma “nova Conta Reforma”, para que tais ideais não assumissem o lugar privilegiado, por tanto tempo, em todos os setores da sociedade, setores chaves que garantiam, inclusive, a perpetuação desses privilégios e de seu lugar de destaque junto ao Trono.

É significativo salientar que, dos setores chaves acima referenciado, a educação da juventude figurou como principal bandeira ideológica de defesa da reforma eclesiástica e, conseqüentemente, da sociedade. É empunhando-a que se lançará, por todo término do século XIX e por grande parte do século XX, no esforço de manter-lhe o monopólio.

**- CAPÍTULO 02 -**

**O CEARÁ PROVINCIAL DA SEGUNDA METADE DO  
SÉCULO XIX**

## 2.1. Aspectos Gerais

De acordo com a crônica histórica disseminada, até a segunda metade do século XIX, a província do Ceará era ainda uma terra distante da realidade caracterizada pelo ideal de progresso que principiava a se disseminar nos principais centros urbanos do Império. Antes disso, muito gradativamente, aqui ou ali, verificava-se o eclodir de fenômenos e medidas que poderiam ser inseridos no conjunto do que se passou a chamar de progresso.

O governo provincial liberal do Padre José Martiniano de Alencar, segundo fontes históricas já consagradas (BRÍGIDO apud GIRÃO, 1962, p.196) semeou, ainda no período Regencial, “os fundamentos do progresso moral e material do Ceará, ensaiando com grande intuição do futuro quantos melhoramentos a Província mais tarde veio a considerar indispensáveis à sua civilização.”

Pelo que se sabe, tais “fundamentos do progresso moral e material” de nossa província demonstravam o anseio de um administrador que tivera a visão e o desejo de inserção do Ceará no rol dos espaços em vias de modernização por conta de necessidades oriundas do desmembramento político do Brasil, que exigia, dali por diante, pelo menos na visão de alguns, que o país trilhasse o caminho de sua autonomia.

Porém, se houve frutos em decorrência dessas medidas, possivelmente só foram colhidos a partir da segunda metade do século XIX, época em que o Estado do Ceará tem sua economia atrelada à economia internacional, passando a ser a cidade de Fortaleza o maior expoente desse progresso, onde, aliás, passa a existir uma maior centralidade de negócios e de tomadas de decisões. A cidade passa a ser o centro comercial propulsor da província cearense.

Até então, o que figurava eram os já tradicionais núcleos urbanos cearenses que ostentaram a opulência do ciclo do couro, onde despontara a indústria da salga da carne, desde o período colonial. Segundo Girão

“...tamanho foi o êxito dessas fábricas, também designados com o nome de charqueadas ou oficinas, que pelo resto do século constituiu o principal e quase exclusivo comércio da Capitania – a exportação da chamada “carne do Ceará”.

Na evolução econômica cearense bem se poderá afirmar que o tempo de duração dessa indústria formou um ciclo próprio, de alta relevância, o ciclo das oficinas, que passou ao Rio Grande do Norte e ao Piauí.

Oficinas sucederam-se nas embocaduras do Jaguaribe, do Acaraú, do Coreaú e, fora do Ceará, nas do Açú, Mossoró e ao longo do Parnaíba.”(GIRÃO, 1962,pp.120-121)

No entanto, tais núcleos simbolizavam uma ordem social que, apesar da permanência, tendia a se distanciar na linha do tempo histórico, se tomarmos por balizamentos os anseios advindos por conta de um novo ideal de progresso, cujo centro irradiador passara a ser a cidade do Rio de Janeiro, a capital do Império, ornada com pompa desde a chegada da Família Real e da comitiva que a acompanhara.

Ordem social que já se fazia obsoleta mas promotora de círculos viciosos que se arraigaram na cultura da Província, em termos de política mandonista local. Confirma tal assertiva, o recorte extraído da obra de Girão sobre o empenho que teve o Padre Alencar, presidente da província entre 1834 e 1837, em dar conta de “criminosos prepotentes e de séquitos” a serviço de grupos políticos de oposição a seu governo.

A sua primeira grande batalha foi contra o que ele próprio chamava de “criminosos prepotentes e de séquito”, destacando-se no meio deles, de princípio, o façanhudo João André Teixeira Mendes, da vila do Icó, virulento autor de muitas mortes, abertamente protegido pelo partido da oposição, mas por fim condenado a 20 anos de degredo para o Rio Negro e, depois de muitos outros, os afamados Moirões, família belicosa que se fizera o desassossego da região limítrofe entre o Ceará e o Piauí, e “cujas maldades não se podem descrever”, como os qualificava Alencar. (GIRÃO,1947,p.259)

A opulência registrada nas vilas da província do Ceará geralmente seguia a mesma natureza cíclica das condições climáticas adversas, revertidas em secas calamitosas e duradouras, que vez ou outra assolavam e desestruturavam a economia e, por

consequente, toda a vida social pelo fato de, muitas vezes, acontecer o rareamento dos recursos, bem como o esvaziamento populacional dos lugarejos e mesmo das vilas.

A seca prolongada de 1790-1792 é apontada como exemplo, por Girão (1947, p.123), como “espantosa nos seus efeitos gerais e aniquiladora da rendosa indústria” da salga da carne no Ceará, provocando o desmantelamento da sua economia.

As crônicas nordestinas estão prenes de alusão a esta seca, chamada vulgarmente **sêca grande** ou **comprida** que, matando os rebanhos quase inteiramente, liquidou em definitivo o comércio das carnes, cujos mercados compradores passaram a ser abastecidos, algum tempo ainda, pelas fábricas do Parnaíba, e depois e até hoje pelo charque do Rio Grande do Sul. (GIRÃO, 1947,p.123)

A capital da província, a cidade de Fortaleza, mesmo apresentando ou sofrendo as consequências dos fenômenos cíclicos apontados acima, foi um dos primeiros lugares, no Ceará, em que, com mais frequência, a partir da segunda metade do século XIX, iam-se pondo em evidência surtos de um novo desenvolvimento, comercial e urbano, atualizado pela roupagem do capitalismo ainda da primeira revolução industrial.

Segundo apontam alguns historiadores consagrados que se debruçaram sobre o tema, há um conjunto de fatores que permitiram Fortaleza da segunda metade do referido século experimentar tal inserção. Dentre eles, o fato da capital cearense ter se tornado um entreposto comercial extremamente importante, inserindo e ligando o Ceará, representado pelas referidas vilas mais prósperas, ao comércio internacional.

De rigor, a Capital do Ceará só depois do meado século experimenta mais positivos alentos na sua vida social, econômica e cultural. Aos poucos, recebe os integrativos de uma infraestrutura mais adequada, capazes de emparelhá-la às capitais mais adiantadas do País. Vêm os calçamentos, a iluminação a gás carbônico, o serviço de abastecimento d'água, o transporte coletivo, o telégrafo, o telefone, a via-férrea ligando-a ao sertão, trazendo passageiros e cargas, o que engorda o seu comércio, já bem favorecido com o melhor movimento das exportações marítimas, com os navios a vapor, nela tocando

regularmente.(GIRÃO,2000,p.27)

A produção algodoeira, desenvolvida comercialmente no sertão desde fins do século XVIII, cuja demanda provinha principalmente da Inglaterra, juntamente com a produção de café e açúcar das regiões serranas, que também escoavam para outras praças comerciais europeias, foram fatores econômicos importantíssimos e determinantes para o acúmulo de capitais que alavancaram as condições da Província e de sua respectiva capital a determinados patamares de desenvolvimento.

A cultura algodoeira objetivou mudança na própria estrutura política local, sendo o cultivo feito em larga escala, necessitando de escoamento da produção para o litoral, através das estradas que se abrem de Fortaleza para as zonas interioranas. Provoca assim o súbito desenvolvimento dos meios de transporte, assegurando de modo compensador o exercício da atividade agrícola; colocando pela primeira vez a sede administrativa em condições de se impor às demais vilas cearenses, como verdadeiro centro político, econômico e social da Capitania. (GIRÃO, 2011)<sup>14</sup>

Conseqüentemente, a partir da segunda metade do século XIX, diversas demandas internas se constituíram no sentido de dar uma nova roupagem à vida de uma cidade em que, há um tempo não muito distante, sequer apresentava-se como das mais importantes da província.

Aliás, a própria província sequer figurava no rol de preocupações das autoridades pois, segundo Reis (2000), quando, ao padre Antônio Alves de Carvalho, enviado pelo bispo de Olinda, em 1845, para visitas pastorais em terras cearenses, foi solicitada a ampliação do número de freguesias para o Ceará, este negou-se a fazê-lo sob a alegativa “do estado de pobreza e decréscimo da população a que ficou reduzida pela seca que hora atravessa”.<sup>15</sup>

---

<sup>14</sup>GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As Charqueadas**. Disponível em: <http://www.ceara.pro.br/Instituto-site/Rev-apresentacao/RevPorAno/1996/1996-AsCharqueadas.pdf> p. 88. Acesso em 09/11/2011

<sup>15</sup> Coleção dos Apontamentos de Leonardo Motta Para uma História da Igreja no Ceará. (Manuscrito). SHEAF. Apud REIS, Edilberto Cavalcante. *Pro Animarum Salute*: A Diocese do Ceará como “vitrine” da

Ora, se a criação de freguesias foi desaconselhada de forma tão peremptória pelo visitante de 1845, o que o mesmo pensaria sobre a possibilidade de criação canônica de uma diocese para o Ceará? Com certeza pensaria que tal proposta era absurda.

No entanto, a partir da segunda metade deste século, a situação econômica do Ceará começa a mudar e a Província entra em uma importante fase de crescimento. Especialmente para a capital, Fortaleza, este período foi decisivo para sua definitiva afirmação como centro hegemônico da região, desbancando definitivamente Aracati, que desde o início da colonização, tinha se firmado como principal núcleo urbano cearense. O crescimento da agricultura de exportação, especialmente o algodão, mas também o café e a cana foram determinantes nesse processo de crescimento de Fortaleza. (REIS, 2000,p.34)

Registre-se que, a partir de 1853, o Ceará torna-se sede de bispado, cujas instalações se dão na capital. Portanto, há de se compreender que tal feito proporcionou também que a cidade buscasse sua inserção dentre aquelas ditas importantes e de prestígio, pois, afinal de contas, àquela época, abrigar um bispado poderia bem ser motivo de orgulho e de prestígio social e político, principalmente se levarmos em conta que o referido acontecimento proporcionou a consolidação da construção da autonomia jurídica e política da província iniciada ainda na última década do século XVIII.

No entendimento de Reis (2000, p.36), “além de representar a quebra do último laço de “submissão” político-administrativo do Ceará em relação a Pernambuco, significou a entrada de Fortaleza no seleto grupo das capitais provinciais que também eram Sé Episcopal no Império Brasileiro”.

Certamente isso exigiu das autoridades locais uma postura diferenciada em relação ao passado não muito remoto e que fora aludido mais acima, nos centros urbanos interioranos e na capital da Província, em relação ao melhoramento dos espaços públicos.

A Fortaleza perdida nas dunas, por exemplo, que sequer possuía iluminação pública onde, segundo dados históricos de viajantes que estiveram por estas plagas na primeira metade do século XIX, estaria fadada ao eterno atraso, porque a impressão que

fornecia aos seus visitantes não era das melhores, ainda carente dos mais imediatos recursos, sobre a areia frouxa, com população escassa, ruas tortuosas, sem instrução pública, eram algo incompatível com o que se esperava dali por diante.

Agora, portanto, entrava em uma nova fase que forçosamente exigiria intervenções diferenciadas em muitos setores, quer sejam político, social, cultural, religioso, econômico, educacional e, emergencialmente, uma intervenção diferenciada no plano arquitetônico da cidade. Era também uma situação que exigia o aformoseamento da cidade, moldando-a de acordo com o padrão estabelecido na nova mentalidade que se firmava, e certamente se espriava por outras cidades cearenses.

Afinal, a criação da diocese representou também o anseio de uma elite local, agora classe média comercial e urbana, de inserir-se no rol dos centros civilizados do Império e de outros rincões como a França. Assim é que Reis registra o padre Tomas Pompeu, membro reconhecido dessa elite, à frente do movimento pela implantação da diocese cearense, apresentando, em seguida, as razões de sua criação:

Os argumentos levantados pelo pe. Tomaz Pompeu são os seguintes: em primeiro lugar, porque a região era grande o bastante para ser uma circunscrição. Além disso, ficava muito distante da Sé de Olinda, distava, segundo os cálculos de Pompeu, umas 200 léguas e tinha uma população em torno de “340 mil almas”, divididas entre as 33 paróquias existentes. Toda essa população, distribuída nesse vasto território, era atendida por um número insuficiente de padres. Nesse ponto ele passa para uma outra ordem de argumentos. Esses, de cunho moral e disciplinar. Segundo ele, a crescente situação de imoralidade e de criminalidade não eram nada mais que consequência dessa situação de abandono a que a Província estava submetida no campo religioso e que estava contribuindo para um enfraquecimento das práticas religiosas do povo. Este relaxamento dos costumes que o pe. Tomaz Pompeu vai enxergar “*em todas as classes sociais*” está, segundo ele, diretamente ligado ao enfraquecimento da disciplina eclesiástica, fruto da falta de inspeção superior sobre a atuação dos párocos e vigários dispersos pela província.

Neste mesmo período, o presidente da Província em correspondência ao ministro da justiça, notificando sobre um aumento da violência no Ceará atribuía este fenômeno ao estado de crescente imoralidade em que a população está abandonada, principalmente porque o clero, insipiente e mal formado, descuidava do bem estar das almas, vivendo muitas vezes de forma escandalosa e envolvendo-se demais em outros assuntos diferentes daqueles a que eram reservados os sacerdotes. (REIS, 2000,p.35)

O ideal de progresso puxa consigo novos hábitos, novos comportamentos, novos anseios, novos meios que possibilitem ir fundo nessa transformação da vida social que se avizinhava.

Ao se aproximar da segunda metade do século XIX, a capital cearense, circunstanciada pelos sopros dessa nova economia novidadeira, foi abandonando, quase sem resistência, seu jeito provinciano de ser. Um frenesi anunciava a europeização como modelo civilizatório e Fortaleza a ele aderiu, embalada pela velocidade dos ventos, permeável às ideias novas advindas do Velho Mundo, admitindo sua inserção ao ritmo do progresso mundial. (ANDRADE, 2008, p.39)

Associados ao progresso e à mudança de hábitos em vista aportaram também os anseios pelos instrumentais necessários e capazes de reformatar ou mesmo de formatar as mentalidades no intuito de garantir a concretização e o coroamento do ideal de modernização da Província. Portanto

“... ganha força a enunciação da categoria “sociedade moderna” como máxima de um discurso ideológico elaborado a partir das matrizes do pensamento europeu, com destaque, enquanto gênese, no movimento iluminista francês do final do século XVIII. Tal estado de coisas, que se traduzia em “civilização”, compunha-se de um código cultural que envolveria uma nova dinâmica socioeconômica e política, onde o Estado estaria incumbido de garantir a administração dos negócios comuns da nova ordem, afirmando-se como interventor no campo social através de ações públicas, dentre elas a educacional, como meio de construção de valores para uma sociedade democrática.” (ANDRADE, 2008, p.23)

Ao tempo em que se davam as mudanças econômicas, gestavam-se ideais, estas circulavam e precisavam de suportes úteis à sua contínua geração. Se considerarmos que as ideias, cuja matriz repousa no Iluminismo, preconizavam a educação como o instrumento mais apropriado de formatação da nova mentalidade, compreenderemos que, no Ceará, de uma forma ou de outra, tais demandas também se faziam presentes.

Se os espaços, a partir de então, estavam suscetíveis a um determinado ordenamento, condizente com as novidades modernizantes e seu consequente ritmo de vida, da mesma forma as pessoas precisavam se adequar aos novos padrões europeus ventilados pelo progresso. O ordenamento da cidade implicava igual tratamento aos cidadãos. Desta forma, pode-se falar da necessidade de educação da nova elite como forma de adequação ou enquadramento aos novos padrões de comportamentos impostos pelo ideal de progresso.

Não é de se estranhar, portanto, considerando o período em questão, a existência de diversas intervenções no campo cultural cearense e, notadamente, no campo educacional escolar, dando respaldo à inferência de que havia uma nítida preocupação de adequação dos comportamentos aos novos padrões antes referidos.

“O progresso chegara a Fortaleza também no que se referia à vida social, educacional e cultural. Datam do período o Liceu do Ceará, a Escola Normal, a Biblioteca Pública, o Instituto Histórico e Geográfico, a Academia Cearense de Letras, além dos vários periódicos que circulavam com certa frequência. A modernidade que chegara a Fortaleza possuía as cores das novas edificações, dos novos espaços de sociabilidade, dos novos serviços oferecidos.”(LIMA, 2002,p.42)

Havia necessidade do estabelecimento de uma nova sociabilidade, de novos códigos de conduta. Afinal, a Província vinha paulatinamente sendo dotada de condições necessárias, seja por parte do poder público ou por iniciativa privada, à instrução de parte de sua juventude. Exemplo disso foi a criação do Liceu, do Seminário da Prainha advindo com a criação do bispado cearense, e da abertura de diversas escolas particulares em nível secundário.

## 2.2. A Província Cearense no Contexto da Reforma da Igreja Católica

Diante do alvorecer de ideias novas tais como aquelas advindas de matrizes positivistas e evolucionistas, bem como do protestantismo, no descortinar do século XIX na Europa, a Igreja Católica posta-se, a partir do chamado Processo de Romanização<sup>16</sup>, como a guardiã da cultura tradicionalista e como força capaz de debater e dar combate à laicização do homem e do mundo.

Há uma constante preocupação em não deixar avançarem ideias que possam colocar em risco toda uma estrutura que, mesmo passando por momentos de instabilidade, pretende se manter firme no domínio político-ideológico.

Diversos foram os reveses experimentados pela Igreja Católica, tanto na Europa quanto na América. O regime Napoleônico já sinalizara talvez como tendo sido o mais duro período em que a Igreja tenha sentido as fortes perseguições, na Europa, ao longo do século XIX. Tudo estava relacionado com as diversas tentativas de nacionalizações e descentralização da referida Igreja e a preocupação desta em não se deixar dominar pelo poder secular.

No Brasil, especificamente, não foi diferente a preocupação da citada instituição eclesiástica diante de ideias e tentativas do estabelecimento de uma igreja nacional. O engajamento de muitos clérigos à causa liberal se tornou motivo de extrema preocupação por parte da hierarquia católica, o que suscitou sua reação no sentido de por fim ao quadro que se pintava.

A reforma levada a efeito pela Igreja Católica buscou apoio nas diretrizes do Concílio de Trento, que preconizavam e priorizavam, dentre outras, a obediência à hierarquia da Igreja, o que significava obediência irrestrita à figura centralizadora do papa. Além disso, como forma de assegurar a observância a essa hierarquia, acabar com a subordinação dos bispos ao poder secular e dar formação direcionada ao clero naquilo que

---

<sup>16</sup> De acordo com Josênio Parente, foi o antropólogo Roger Bastide que denominou o processo de reforma da Igreja Católica de Romanização, fazendo alusão à iniciativa da referida instituição em tornar a Igreja Católica da América Latina cada vez mais administrada por Roma. PARENTE, Francisco Josênio Camelo. **Op. Cit.**2000. p.78

deveria ser o ambiente propício destinado a tal fim, que era o seminário.

Vale ressaltar que a formação em seminários estava consonante com a ideia das vocações, representando uma forma de garantir, à Igreja, membros mais moldados e de acordo com suas diretrizes.

Tal ideia expressou bem o intuito centralizador da Igreja Católica do momento, que visava conduzir os jovens desde a mais tenra idade aos seus quadros, sob um modelo de educação vigilante, que não permitia desvios. Para isso, a responsabilidade desse modelo educacional ficou a cargo de algumas ordens europeias que desfrutavam de confiança plena dentro da Igreja Católica romanizada.

Desta forma, pode-se vislumbrar que a instituição buscava, em tudo, tomar as rédeas de seu destino, de forma a lhe garantir maior autonomia em relação aos principais assuntos que lhe diziam respeito e se configuravam como preocupações constantes. Nesta pauta é que figuravam, conforme já salientado, sua reorganização interna, a partir da disciplinarização dos clérigos, e sua sujeição aos ditames do poder secular, representado aqui pelo Império brasileiro.

Diversos foram os documentos papais destinados a dar as orientações dos passos seguros que deveriam ser trilhados pelos membros do clero, principalmente pelos bispos. Aliás, foram estes os grandes empreendedores da reforma eclesiástica referida anteriormente. Tiveram a incumbência de colocar em ação os pressupostos teóricos que compunham os conteúdos dos referidos documentos papais.

Tais documentos e, dentre eles estão bulas e encíclicas, tiveram papel fundamental na disseminação das ideias reformadoras. O Papa Gregório XVI, em 1832, já lançara o alerta e mostrara bem por onde pretendia fazer trilhar seu rebanho, em sua Carta Encíclica *Mirari Vos*.

Referimo-Nos, Veneráveis Irmãos, aos fatos que vedes com vossos próprios olhos e todos choramos com as mesmas lágrimas. A maldade rejubila alegre, a ciência se levanta atrevida, a dissolução é infrene. Menospreza-se a santidade das coisas sagradas, e o culto divino, que tanta necessidade encerra, não é somente desprezado, mas também vilipendiado e escarnecido. Por esses meios é que se corrompe a santa doutrina e se disseminam, com audácia, erros de todo gênero. Nem as leis divinas, nem os direitos, nem as instituições, nem os mais santos ensinamentos estão ao abrigo dos mestres da impiedade.(GREGÓRIO XVI)

Pelo que se pode depreender, em tais documentos, elaborados já a partir da primeira metade do século XIX, foram traçadas as chamadas Teses Ultramontanas<sup>17</sup>, que fizeram oposição ferrenha àquelas ideias seculares que buscavam se firmar e eram vistas pela Igreja como erros abomináveis e que, portanto, deveriam ser reparados.

Pelo recorte abaixo pode-se ter noção dessa preocupação eclesiástica também no governo papal de Pio IX, fazendo corresponder a uma compreensão de que a iniciativa anterior devia ter continuidade, como de fato teve pelos papas sucessores até o século XX.

“Por dever de Nosso apostólico ministério, e seguindo os passos ilustres de Nossos Predecessores, levantamos Nossa voz, e por meio de várias Cartas encíclicas divulgadas pela imprensa e com as Alocuções contidas no Consistório, assim como por outros Documentos apostólicos, condenamos os erros principais de nossa época tão desgraçada, excitamos vossa exímia vigilância episcopal, e com todo Nosso poder avisamos e exortamos a Nossos caríssimos filhos para que abominassem tão horrendas doutrinas e não se contagiassem delas. E especialmente em Nossa primeira Encíclica, de 9 de novembro de 1846 a vós dirigida, e nas Alocuções consistoriais, de 9 de dezembro de 1854 e de 9 de junho de 1862, condenamos as monstruosas opiniões que, com grande dano das almas e detrimento da própria sociedade civil, hoje em dia imperam; erros que não só tratam de arruinar a Igreja católica, com sua saudável doutrina e seus direitos sacrossantos, mas também a própria eterna lei natural gravada por Deus em todos os corações e ainda a reta razão. São esses os erros, dos quais se derivam quase todos os demais”.(PIO IX)

A reforma eclesiástica foi um movimento lento e meticuloso que perdurou por todo o século XIX e varou o século seguinte. Ao longo desse período as teses usadas como diretrizes reformistas foram constantemente reafirmadas e aprofundadas.

A província cearense, no século XIX, notadamente a partir da segunda metade, é

---

<sup>17</sup> Segundo Oliveira (2010), “... contrário às inovações propostas pelo mundo moderno, o ultramontanismo fortaleceu-se e expandiu-se mundialmente, a partir do Pontificado de Gregório XVI, procurando manter acesas as orientações religiosas do Concílio de Trento (1545-1563) durante todo o século XIX. Ainda de acordo com a autora citada, “o movimento chegou ao Brasil, ainda no século XVIII, com os padres lazaristas em seus colégios e seminários – em Minas Gerais, o Colégio Caraça – marcados por formação rigorosa, disciplinar e moral cristã, no sentido de europeizar, centralizar e uniformizar os fiéis de acordo com as diretrizes ultramontanas”. OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. **O projeto romanizador no final do século XIX: a expansão das instituições escolares confessionais**. In.: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 40, p.148.

introduzida nesse processo de reforma eclesiástica a partir da criação canônica de sua diocese que, a exemplo de Minas Gerais, serviu como uma espécie de campo experimental ao conjunto de ações que seriam impetradas pela Igreja nas mais diversas províncias brasileiras, inclusive naquelas que encontraria forte resistência e oposição aberta, como era o caso principalmente da Bahia, de Pernambuco e do Rio de Janeiro.

De acordo com Reis (2004)

[...] Enquanto os demais bispos romanizadores teriam que enfrentar uma dura oposição da parte do clero e dos leigos, os bispos do Ceará encontrariam um caminho quase que totalmente desimpedido para a implementação de seus projetos. Comparando, a título de exemplificação, o percurso de alguns bispos contemporâneos aos dois primeiros bispos do Ceará, podemos perceber claramente que as coisas foram bem menos complicadas para D. Luiz e D. Joaquim. (REIS, 2004, pp.30-31)

Pelo que se sabe até o momento, a Província do Ceará não ofereceu resistência, pelo menos declarada, ao processo de Romanização da Igreja Católica. Muito pelo contrário, muitos de seus membros, que compunham a elite cearense, até anteviram nele a possibilidade de efetivação de muitas aspirações, principalmente no campo político e educacional.

O desenvolvimento econômico que experimentava a província e um consequente e determinado desenvolvimento social de algumas cidades, como era o caso de Fortaleza, coincidindo com a criação do bispado cearense que representou possibilidades múltiplas de efetivação de aspirações no campo cultural, político, social, educacional, moral e religioso, fazem-nos inferir, de acordo com Parente (2000, p.78) que, por conta dessas circunstâncias, a Província do Ceará permaneceu estratégica nesse processo de reforma da Igreja Católica, processo esse conforme já indicado, denominado de Romanização.

Por que a Igreja Católica cearense teve um desempenho político singular em relação a outros estados da Federação brasileira? Para entender a singularidade da Igreja Católica no Ceará e seu relacionamento com a política, é essencial recuperar alguns elementos significativos e singulares de sua história, enfocando, sobretudo o momento de sua institucionalização. A chegada da hierarquia eclesiástica na

província do Ceará inicia quando o Ceará começa a ter maior expressão política, desmembrando-se de Pernambuco. É quando o estado começa a se integrar na economia nacional e internacional. Antes de 1860, a administração da Igreja era realizada pela província de Pernambuco, que tinha uma orientação mais liberal, influenciada pelo Iluminismo português. O primeiro bispo nomeado para o Ceará, em 1854, foi o baiano pe. João Quirino Gomes, que nem veio tomar posse. O fluminense d. Luís Antônio dos Santos foi o primeiro bispo a assumir efetivamente o comando da Igreja no Ceará, e o momento era rico em transformações. Ele chegou a Fortaleza em 1861, dois anos após sua nomeação, quando a economia cearense também começava a dar sinais de vitalidade com o apertamento dos ingleses para o comércio do algodão motivado pela guerra civil americana. (PARENTE,2000, p.77).

Além de uma mentalidade ainda não formatada, uma série de fatores foi propícia e fizeram do Ceará um solo fértil às ideias tradicionalistas desta romanidade. Desta forma, de acordo com o autor acima referenciado, e conforme argumentação nossa já exposta mais acima, a referida Província anteviu na criação do bispado muito mais o coroamento de suas intenções de inserir-se na modernidade, dado que, a partir dali, faria parte do então restrito conjunto de províncias de reputada importância social e cultural.

Corroborando ainda mais com tal compreensão, o estudo realizado por Vasconcelos Junior (2006) acerca da criação da diocese de Limoeiro do Norte e a ação educacional de D. Aureliano Matos já na década de trinta do século passado, na Região Jaguaribana do Estado do Ceará. Ora, aponta tal estudo o empenho dos membros da sociedade limoeirense em transformar sua cidade em sede do bispado, disputando-o com outras cidades da mesma região.

Poderíamos questionar, junto com o autor acima citado, sobre o que teria levado os mais representativos membros de uma determinada sociedade a se unir em torno de tal ideal. Mesmo em um período de afirmação e de efetivação do estado laico, que significou para os cidadãos e cidadãs da referida cidade, a sede do bispado?

Segundo ainda o autor referenciado, (VASCONCELOS JUNIOR, 2006) “essa experiência foi marcante para a história da região, porque dela participaram leigos, religiosos, padres, elite local e regional e pessoas comuns que ganharam a dimensão de sujeitos da história participando de um projeto instituído numa cidade (...) pela Igreja local...” Segundo a compreensão do referenciado autor, ser sede de bispado possibilitou o amplo desenvolvimento da referida cidade nos diversos setores essenciais, viabilizados pela união de esforços com o poder público.

“É bom lembrar que as ações da Igreja, pela influência que ela detinha e, em parte ainda detém, seriam, em muitos casos, associadas às ações do poder público, como intervenções antecipadas ou posteriores em benefício de empreendimentos. Exemplos não faltam: construção de ruas, rede de água e esgoto e iluminação pública, empreendimentos, entre outros, que só colaboram para a viabilidade de outros empreendimentos locais. Realizados por outros agentes, visando tornar viáveis várias atividades: residenciais, sociais, culturais, educativas e principalmente econômicas”.(VASCONCELOS JUNIOR, 2010, pp.498-499)

Reportando-nos ao distante século XIX, a partir das conclusões apontadas por Vasconcelos Junior em relação aos membros da comunidade limoeirense em sediar o bispado naquela cidade, é compreensível que o anúncio da criação do bispado cearense, e sua posterior implantação, tenham causado um frenesi semelhante na sociedade cearense daquela época, pois, conforme já discutido mais acima, até bem mais, porque o bispado cearense representou a ruptura do último laço que deveria ser desatado para a obtenção da autonomia definitiva da Província cearense em relação à de Pernambuco.

Afinal, além da autonomia econômica e política que já experimentava, a partir de então, abria-se um leque de possibilidades de outras autonomias tais como a religiosa, cultural e educacional.

As iniciativas dos primeiros bispos da diocese cearense corroboram para a argumentação até aqui exposta, pois, desde que assumiu o episcopado, D. Luiz Antônio dos Santos, o primeiro bispo cearense na sequência cronológica, iniciou seu governo diocesano com medidas que marcariam profundamente a vida cearense por longos anos, a começar pela reforma do prédio da Igreja da Sé, da abertura de um Seminário Episcopal em Fortaleza e outro seminário menor na cidade do Crato. Ressalte-se que o referido seminário, em Fortaleza, constituiu-se na nossa primeira instituição de ensino superior no estado. De acordo com Lima (1982, p.59), em texto memorialístico da década de 80 do século XX, “não há povo, em nenhuma parte do Ceará, a quem se conceda dizer que não teve em si os ecos do Seminário da Prainha ou que não sentiu na sua criação um marco de glória e de eterna gratidão.”

Em Fortaleza, o primeiro bispo fundou ainda o Colégio da Imaculada Conceição,

para as filhas das famílias ilustres. Além disso, foi o responsável por trazer os filhos e as filhas de São Vicente de Paula para serem seus auxiliares na formação dos padres e, conseqüentemente, da juventude cearense, de uma maneira geral, dado que tiveram uma atuação significativa no magistério cearense do período indicado e, conforme será apontado posteriormente, perdurou por mais de cinquenta anos no século XX.

Por conta dessas ações, pode-se inferir que D. Luiz Antônio dos Santos teve um papel marcante na educação cearense no século XIX, notadamente na educação confessional católica que desfrutou de amplo crédito junto à elite cearense. Portanto, diversas iniciativas da Igreja Católica vão ser fundamentais para a formatação de um novo estilo de vida, de educação e de cultura do povo cearense.

Como já salientado mais acima, havia uma nítida intenção da referida instituição no disciplinamento da sociedade brasileira como um todo e, especificamente, esse disciplinamento também se deu no Ceará a partir da fundação do bispado em 1859 através da bula *Pro Animarum Salute*.

A história e a cultura do Ceará, bem como a educação, ganharam novos contornos através dos aportes instituídos a partir da criação do bispado. A exemplo de instituições como o referido Seminário da Prainha e seu corpo de professores, os padres lazaristas que, conforme intuito de nossa pesquisa, pretende apontá-los como imprescindíveis ao processo que se desenvolveu.

Diversas outras intervenções podem ser enumeradas. Decisivas, para tanto, foram as ações romanizadoras dos bispos como D. Luiz Antônio, D. Joaquim José Vieira, D. Manoel da Silva Gomes, respectivamente primeiro, segundo e terceiro bispos da Diocese Cearense.

O terceiro bispo, D. Manoel subiu ao posto de primeiro arcebispo cearense, dado que em 1914 o bispado foi elevado a arcebispado.

### 2.3. Criação e Estruturação da Diocese Cearense

A história do Ceará, notadamente a de Fortaleza, a partir da segunda metade do século XIX, por conta dos avanços econômicos por que passou a capital cearense em decorrência do chamado ciclo do algodão, foi de intensa atividade comercial e intelectual. Portanto, alteraram-se, também, as relações cotidianas, notadamente a partir das influências europeias: francesa e inglesa.

Dentro desse contexto, dá-se a criação da Diocese do Ceará, a partir do chamado Processo de Romanização que, grosso modo, se caracterizou por novos rumos traçados e a serem seguidos pela Igreja Católica, no intuito de fazer frente às ideias seculares que lançavam influências em parte da sociedade, bem como angariavam simpatias de parte do Clero que, conforme já salientado, pela historiografia corrente, passou a ser chamado de “Clero Liberal”.

A fundação do bispado cearense, como uma das experiências nordestinas no processo de romanização do clero brasileiro representou, de forma marcante, um forte fôlego da referida instituição para o enfrentamento das forças políticas republicanas que se faziam avançar, de uma maneira bem generalizada, no amplo território brasileiro. Particularizadamente, tais avanços se davam também na Região Nordeste, uma realidade árida profundamente marcada pelas contradições socioeconômicas e políticas.

Segundo Josaphat (2004, p.83) “a romanização correspondia a um feixe de aspirações eclesiásticas e políticas que se encontravam em um denominador comum; acabar com as agitações patrióticas dentro do clero”. Porém, se as ações da Igreja Católica concentravam esforços, pelo menos iniciais, para esse combate específico, logo extrapolaram a órbita que se desenhou para atuar. Outras ações desencadeadas demonstram a intenção de um amplo processo de disciplinamento da sociedade brasileira, demarcando ações estratégicas, principalmente no campo educacional, garantindo à referida instituição o domínio espiritual pleno e, por consequência, o domínio social, de forma a permanecer detentora de certos privilégios políticos.

A construção do catolicismo romano passa pela disciplinarização do clero, do culto, das elites e da experiência religiosa popular. Cada etapa desse processo

de disciplinarização é acompanhada por um intenso movimento de catequese, conversão e expurgo dos elementos refratários ao processo. Nesse contexto, a educação católica surge como vetor privilegiado da romanização. São criados seminários, escolas católicas, pastorais de catequese, círculos assistenciais de leigos que promovem ortodoxia, entre outros.(AMARAL, 2006, p.82)

A proposta de criação da diocese do Ceará correspondia bem aos anseios de uma Igreja Católica que buscava a renovação de seus quadros, notadamente dos bispos, agora mais próximos dos ideais da romanização, para as dioceses já existentes.

Nessa vertente buscava também a abertura de novas dioceses, principalmente naquelas áreas onde certo desenvolvimento econômico promovia o aumento considerável do contingente populacional e, portanto, no entendimento da Igreja, careciam de maior vigilância espiritual, dado que tal prerrogativa passou a fazer parte das ações eclesiais a partir da referida reforma por conta também do avanço da propaganda protestante. Para a citada instituição, isso se tornou preocupação constante porque havia um risco da perda do domínio espiritual.

Ora, pelo que foi discutido mais acima, a Província do Ceará estava inserida num determinado surto desenvolvimentista. Portanto, houve bem uma preocupação em ocupar espaços estratégicos nesta sociedade por parte da autoridade espiritual constituída e reconhecida oficialmente pelo Estado, antes que alguém o fizesse, tanto que, das cinco<sup>18</sup> dioceses criadas ainda sob a tutela do Estado imperial brasileiro figurava a do Ceará, cuja permissão se deu por lei geral de nº. 693 de agosto de 1853.

O documento canônico de criação da diocese cearense foi a bula *Pro Animarum Salute*, datada de 26 de junho de 1854. Porém, por conta de entraves burocráticos entre o estado regalista brasileiro e a cúria romana, somente em 1860 foi executada.

Por decreto do Imperador Pedro II é criada a Diocese do Ceará, precisamente no ano de 1853. Seguindo-se o habitual procedimento, o Papa Pio IX expediu a Bula *Pro Animarum Salute*, em 6 de junho de 1854, criando a Diocese com a jurisdição da Igreja.

Aquela Bula só seria oficializada em 1860, após período de contenda entre o Vaticano e o Estado brasileiro. E a Diocese em questão desmembrada da de

---

<sup>18</sup>De acordo com REIS “durante o Império foram criadas mais cinco dioceses no Brasil: São Pedro do Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Diamantina e Ceará”. REIS, Edilberto Cavalcante. **Op.Cit.** 2000. p.56

Olinda. (MONTENEGRO, 2004)

De acordo com Reis, pelo recorte abaixo, havia uma razão clara que expressava os referidos entraves.

O fato é que não se tratava-se de um engano, mas de uma nova postura política e diplomática de Roma em relação ao Império do Brasil. O Vaticano estava negando sim os privilégios que Pedro II considerava seus por direito. Isto ficará bastante claro. Datada de 26 de junho de 1854 e tendo recebido o *placet regio* em 18 de agosto do mesmo ano, a bula “*Pro Animarum Salute*” somente foi executada em 1860. Isso apesar da bula estipular um prazo de apenas seis meses para que a mesma fosse executada. O que seguiu ao *placet* foi um complexo jogo de interesses políticos. Cada passo de negociação entre a burocracia vaticana e brasileira estava marcado por uma insistência da Igreja e do Estado em afirmar seu espaço de poder. Enquanto o Estado queria mostrar que era ele quem dirigia o processo por ser ele quem pagava a conta, a Igreja procurava mostrar ao monarca brasileiro qual o seu devido lugar. (REIS, 2000, p.57))

Travou-se, por décadas, um campo de forças entre o Estado imperial brasileiro e a Igreja Católica romana. Tudo por conta da instituição eclesiástica relutar em não reconhecer o padroado como direito legítimo do imperador brasileiro. Ela entendia que, se este o exercia era por benemerência sua. Conforme argumentado em seção mais acima, isto promoveu uma série de indisposições entre Estado e Igreja a ponto de ter sido forjada uma pretensa “Questão Religiosa”.

Os entraves burocráticos na verdade expressaram a capacidade política e administrativa de barganha da qual a Igreja Católica mostrou-se extremamente hábil. Tentando garantir o apoio financeiro do Estado imperial brasileiro, passa a referida instituição a fazer uma série de exigências para expedir as bulas de execuções de criação canônica das dioceses criadas pelo poder imperial.

[...] A Santa Sé aproveitava cada bula de fundação de diocese para reforçar seu posicionamento com relação às pretensões regalistas do imperador brasileiro. Nessas bulas, Roma deixava claro que se permitia que o imperador criasse dioceses e indicasse os bispos, arcando com todos os custos da criação e da manutenção das dioceses e de suas estruturas de apoio como cabidos e seminários eram por um ato seu de benemerência para com o monarca brasileiro. Em outras palavras, era a Igreja quem, graciosamente, oferecia ao imperador do Brasil esses privilégios. De forma nenhuma estava reconhecendo um direito ancestral.

(REIS,2000, p.57)

Segundo Reis (2000, p.57), dentre as exigências estavam os rendimentos para o bispo, para o cabido dos cônegos, cuja composição era de 10 membros, para a construção de prédio para seminário, e sua consequente manutenção, bem como investimentos na reforma da catedral e na construção de residência própria para o bispo e sua chancelaria episcopal.

De acordo ainda com Reis(2000, p.59), “essa novidade é advinda da nova política ultramontana da Santa Sé à qual a Igreja brasileira procura seguir fielmente. Política que procura definir as novas bases da relação entre a Igreja e o Estado.”

Foi nessa compreensão que, com a criação da Diocese do Ceará, e a consequente vinda do primeiro bispo, D. Luiz Antônio dos Santos<sup>19</sup>, em 1861, resultaram, em terras cearenses, diversas ações que influíram de maneira significativa na vida da Província, pois, D. Luiz Antônio dos Santos<sup>20</sup>, ao tomar posse do bispado cearense procura, de imediato, dar efetividade às ideias da reforma no Ceará, afinal, toda sua formação religiosa e intelectual tivera nascedouro no ultramontanismo, dado que era saído das mãos do lazarista D. Antônio Ferreira Viçoso<sup>21</sup>, bispo da cidade de Mariana, em Minas Gerais, e um dos principais bispos responsáveis pelos encaminhamentos da romanização no Brasil.

---

<sup>19</sup> De acordo com o Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará (1914), D. Luiz Antônio dos Santos tomou posse efetiva do bispado em 16 de julho de 1861, através de seu procurador, o Cônego Antônio Pinto de Mendonça. Sua chegada em Fortaleza se deu somente 26 de setembro de 1861.

<sup>20</sup> Após iniciar seus estudos no Rio de Janeiro, em 1835, D. Luiz Antônio dos Santos “Em 1838 foi continuar [...] no grande Seminário do Caraça em Minas Gerais. Em 1841, a 21 de setembro, recebeu o presbiterato [...]. No mesmo [...] ano voltou para Minas onde consagrou-se aos trabalhos [...] das missões na companhia dos Lazaristas.

Em junho de 1844 a convite [...] do seu bispo D. Ferreira Viçoso, seu mestre, seu modelo, [...], passou-se para a cidade de Mariana e foi honrado com a nomeação de Reitor do Seminário Diocesano. [...] No dia 13 de maio de 1848 seguiu para a cidade eterna [...] e allí recebeu a láurea de Doutor em Canones [...]. Em 1859 foi surpreendido com a nomeação de Bispo (para a Diocese do Ceará)”. *Jornal A Verdade*, Fortaleza, 15 de março de 1891. p. 1 apud. PINHEIRO, Francisco José. **O Processo de Romanização no Ceará**. In.: SOUZA, Simone. **História do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1989. p. 195.

<sup>21</sup> “Muito se tem escrito sobre aquele que mais tarde seria o santo bispo de Mariana, D. Antônio Ferreira Viçoso, pois a ele se prende toda a reforma da vida religiosa em Minas no século XIX. Nasceu em Portugal em 1787 e logo depois de ordenado padre, partiu para o Brasil. Foi um dos fundadores do Colégio do Caraça, Diretor, por 15 anos, do Seminário de Jacuecanga no Rio, Superior do Caraça em 1837, Superior Geral da Congregação da Missão, fundador do Colégio de Campo Belo da Farinha Podre (hoje Campina Verde), no Triângulo Mineiro. Ali recebeu, em 1843, a carta de nomeação para o Bispado de Mariana. Aos 5 de maio de 1844, foi sagrado Bispo no Mosteiro de S. Bento, no Rio de Janeiro, recebendo, depois, do Imperador a comenda da Ordem de Cristo e o título de Conde da Conceição.” ZICO, Pe. José Tobias. **Caraça: Peregrinação Cultura e Turismo(1770-1975)**. Belo Horizonte: Editora São Vicente. S/D

Lembre-se que, segundo Montenegro (2004, p. 15), a romanização consistia em um “movimento de renovação espiritual, de reafirmação dogmática e ascética e de exclusivismo eclesial nas questões de fé e de moral, a preocupação de condenar tudo que se afastasse dos cânones e corrompesse a pureza doutrinária ou que abalasse a autoridade pontifical.” Desta forma, vale salientar que a educação é aí incluída como elemento estratégico da romanização e, no Ceará, como não poderia ser diferente, estava na pauta das principais e primeiras ações a serem desencadeadas pelo governo do bispado.

Sabe-se que, ao assumir a diocese, o bispo Luiz Antônio deparou-se com um quadro nada animador dado a escassez do clero e de paróquias. O clero, além de escasso, demonstrava qualidades não muito compatíveis com o novo espírito eclesiástico expresso pelo autor acima citado.

Havia claramente uma mentalidade heterodoxa reinante e disseminada em escala nacional que, em nível local, acompanhava a mesma tendência. Muitas vezes, as funções sacerdotais do clero haviam sido negligenciadas e trocadas por outras consideradas, pela Igreja, como mundanas. O recorte abaixo é significativo para exemplificar a situação.

[...] O primeiro bispo tinha diante de si a difícil tarefa de construir a instituição eclesial do Ceará dos alicerces: não havia um seminário, ele não contava com o apoio de qualquer ordem religiosa, tinha em suas mãos um clero pequeno, pouco instruído e que não primava pela ortodoxia, principalmente no tocante à moral e mesmo as irmandades religiosas, que existiam aos montes nas outras dioceses, onde chegavam mesmo a ser um problema, só teriam seu momento de apogeu alguns anos depois de instalada a diocese. Somente depois de conseguir montar uma estrutura mínima de governo, é que ele poderia começar a pensar em moldar as diferentes manifestações religiosas existentes nos contornos do catolicismo romanizado.(REIS, 2004, p.30)

Diante do quadro encontrado pelo bispo D. Antônio dos Santos, tornou-se imprescindível a fundação do Seminário Episcopal do Ceará, cuja função primordial foi a formação dos padres que tiveram por missão disseminar as ideias romanizadas.

Tal instituição de ensino, que por sinal, conforme já salientado mais acima, constituiu-se na primeira instituição de nível superior cearense, tendo ficado a cargo dos padres da Congregação da Missão, os filhos de São Vicente, conhecidos também como Lazaristas, influenciou sobremaneira a vida educacional tanto de Fortaleza como da

província, de uma maneira mais geral, demonstrando o quanto a vida provinciana cearense passou a sentir a interferência do modelo eclesial que se assentava.

Grande parte do que precisava ser feito, principalmente no campo da educação e formação moral do clero, carecia de auxílios excepcionais e, por sua experiência e vivência com os padres membros da Congregação da Missão, atestando inclusive máxima confiança em relação a esses seus irmãos, D. Luiz Antônio tinha consciência de que deveria iniciar pela educação, daí a necessidade da sementeira, ou seja, o seminário e, seguindo nessa compreensão, de um corpo docente apto e que comungasse fielmente com as mesmas ideias.

Ao inclinar a cabeça de ante das mãos de D. Antônio Ferreira Viçoso para receber a sagrada unção, o Sr. D. Luiz Antônio dos Santos formava em seu peito apostólico o ardente desejo de fundar em Fortaleza os meios que devem coadjuvar o Bispo em sua divina missão de pastorear e Igreja.

A fundação do Seminário foi sua primeira e máxima sollicitude, pois compreendia que lhe era necessário um bom clero para levantar a Diocese ao auge da perfeição, que concebêra em sua alma iluminada pela fé.[...]

Queria o Sr. D. Luiz o seu Seminário dirigido por Religiosos como o eram os de Mariana e de S. Paulo – Alumno e particular Amigo dos Padres da Congregação da Missão, foi para os Filhos de S. Vicente de Paulo que dirigiu suas vistas, suas preferências e sua confiança. Instado pelas reiteradas cartas do Sr. Bispo do Ceará, o Rmo. Pe. João Baptista Etienne, Sup. Geral dos Lazaristas, não pode recusar o que o zeloso Prelado sollicitava para maior gloria de Deus e bem da Diocese, e prometeu, ainda que fosse pequeno o número de Lazaristas no Brasil, de mandar quatro padres para começar a direção deste novo Seminário.”(ALBUM, pp.19-20)

Por si, isso dá conta dos impactos que a criação da diocese provocou em uma província ainda carente de instituições de ensino. Extrapolando nessa compreensão, a vinculação que D. Luiz mantinha com D. Ferreira Viçoso, um dos principais bispos reformadores, dá à província cearense um destaque importante na vida eclesial e política do cenário nacional.

## 2.4. A Criação do Seminário Episcopal do Ceará

A criação da Diocese do Ceará e a consequente fundação do Seminário Episcopal do Ceará, na segunda metade do século XIX, bem poderiam inserir-se na problemática da compreensão traçada por Le Goff (1990) acerca das noções de reação e progresso. O referido contexto aponta-nos, de um lado, a Igreja Católica, de outro, as chamadas “forças do progresso”, sedimentadas nas ideias iluministas e na Revolução Francesa, fomentadoras do materialismo capitalista.

Em reação às chamadas forças do progresso, a Igreja católica reagiu apostando na ideia medieval de, segundo Le Goff (1990, p.241), progresso moral enquanto procura de uma salvação eterna e colocada fora do mundo e do tempo. Foi a partir disso que traçou os rumos a serem seguidos pelo clero e pelos fieis, através daquilo que ficou conhecido como Romanização em que o modelo de educação, sob o primado do Concílio de Trento, portanto sob os auspícios conservadores da Contra Reforma, teve nos seminários a principal fonte de irradiação.

Os seminários possuem uma importância fundamental na Igreja Católica pós Concílio de Trento. A partir dos séculos XV e XVI houve uma maior preocupação, por parte da referida instituição, em reformar os costumes gerais da Igreja, preservando do mundo os jovens vocacionados ao sacerdócio. Não haveria, portanto, lugar mais adequado para a formação do jovem, em um mundo turbilhonado pelo espírito pagão de então, do que os referidos institutos de ensino católico.

O decreto referente aos seminários tem origem na proposta apresentada pelo arcebispo de Canterbury, cardeal Reginaldo Pole, ainda em 10 de fevereiro de 1556. Pelo decreto conciliar *De Reformatione*<sup>22</sup>, aprovado em 15 de julho de 1563, estabelecia-se, em definitivo, a necessidade de os ministros católicos receberem uma formação sólida e especificamente humanizadora, intelectual, espiritual e pastoral em ambiente adequado que proporcionasse o retiro do mundo.

---

<sup>22</sup> IGREJA CATÓLICA. (1963-1978:Paulo VI). **Summi dei Verbum** - sobre os seminários: carta apostólica; Alocação II grande Rito. Petrópolis, RJ:Vozes, 1967.(Col.Documentos Pontifícios,146)

[...] o célebre decreto sobre a formação dos futuros sacerdotes 9sessão XXIII capítulo 18: “*Cum adolescentium aetas...*”. Ordena aos bispos que abram colégios que serão como que sementeiras (*seminaria*) onde os jovens pobres (por volta de doze anos) serão acolhidos gratuitamente, para aprender a gramática (ou seja, o latim) e ser formados para a vida pia clerical.

O interesse principal era sublinhar a responsabilidade dos bispos na formação de seus futuros sacerdotes, de abrir parcialmente o recrutamento as classes pobres, e sancionar o valor eclesiástico da *pietra litterata* humanista (ALBERIGO, 1995, p.345)

Além dessa formação em retiro, associa-se a essa necessidade outra de igual envergadura, que é a entrega da educação dos jovens a professores sábios e de reputação considerada no meio eclesial católico como moralmente inquestionável.

Entenda-se bem que a sapiência e a moralidade em questão significavam total sintonia com os preceitos tridentinos, ou seja, obediência declarada à Igreja Católica. Para tal tarefa foram convocadas e criadas algumas ordens religiosas por se regerem também pela sistematização e homogeneidade de pensamentos e de ações.

Desta forma, a instituição eclesiástica imprimia uma constância nos trabalhos docentes e, seguindo nesta vertente, não encontraria problemas quando necessitasse permutar, por algum motivo, um ou outro professor ou uma ou outra ordem religiosa. O ritmo dos trabalhos seguiria a ordem normal em virtude de um padre professor e congregado compartilhar os preceitos de sua ordem que, por sua vez, deviam expressar, com o máximo de fidelidade, as determinações e orientações da hierarquia eclesiástica. O mesmo pensamento poderia ser defendido em relação às ditas ordens confiáveis, assim consideradas pela Igreja Católica.

No Brasil, a fundação do primeiro seminário, denominado de Seminário São José, se deu somente em 1739, aos 5 de setembro, na cidade do Rio de Janeiro. É sabido que as diretrizes do Concílio de Trento não se fizeram implantar em nosso país conforme as recomendações do referido concílio, muito menos ao mesmo tempo em que foram implantadas na Europa.

A reforma que transcorreu por todo o século XIX, que conforme já discutido é

denominada de Romanização, é a implantação tardia, em terras brasileiras, dos preceitos tridentinos. Até então as dioceses mantinham colégios para a formação dos clérigos sem possibilitar aos alunos o desfrute de um ambiente de recolhimento conforme já salientado, como recomendava e exigia as normas tridentinas.

A existência do seminário acima referido, bem como do Seminário de Olinda, este criado em 1800, não significavam a observância e obediência dos preceitos de Trento, pois tais instituições de ensino estavam muito mais ligadas ao projeto reformista pombalino e, portanto, às ideias iluministas seguidas por Portugal, de maneira que não consideravam a condição de reclusão da vida social dos alunos e, conseqüentemente, da vida celibatária dos padres.

Pelas ações de D. Ferreira Viçoso, sagrado bispo de Mariana em 1844 que, segundo Matos (1996, p.78), “construiu ao seu redor uma verdadeira escola de reforma católica”, pode-se caracterizar o século XIX pelo esforço de melhoramento da formação sacerdotal no Brasil onde os seminários passam a ser o centro de referência da renovação do clero.

Ao lado de D. Ferreira Viçoso estavam outros prelados importantes na defesa dos referidos preceitos reformistas, tais como D. Antônio Joaquim de Melo que de acordo com Azzi (1992, p.31) foi nomeado bispo de São Paulo em 1851, D. Romualdo Seixas, na Bahia, D. Macedo Costa, no Pará e D. Vital de Oliveira, em Pernambuco.

Inclui-se ainda, na lista acima, D. Luiz Antônio dos Santos que conforme discutido mais acima, foi nomeado bispo do Ceará e seguiu de perto a esteira de D. Viçoso, ao qual admirava e manteve-se próximo, implantando em sua diocese o mesmo modelo de administração que este implantou no Seminário do Caraça, em Minas Gerais, em que, de maneira intensa verberava o novo espírito da implantação da reforma tridentina, principalmente em solo brasileiro.

Segundo ainda Azzi (1992)

a reforma do clero era encarada através de duas perspectivas distintas e complementares: em primeiro lugar, a atuação sobre os clérigos já formados, chamando-os, na medida do possível, a uma vida mais exemplar; ao mesmo tempo, porém, inicia-se sobre novos moldes a preparação do novo clero, o que exigia, por sua vez, profunda reforma nos seminários diocesanos.(AZZI, 1992, p.33).

Nesse contexto de intenções da Igreja em tomar, ou retomar, as rédeas da situação, o surgimento do Seminário Episcopal do Ceará em 1864, localizado no bairro da Prainha, em Fortaleza, possivelmente foi a arma mais poderosa da Igreja cearense no combate às ideias seculares.

Notadamente porque de lá emanou um dos projetos pedagógicos da maior relevância na história do Ceará, dado que aquela instituição de ensino representou, no nosso contexto educacional, um dos primeiros núcleos de ensino formal no Estado.

Dom Luis Antônio organiza de imediato o Seminário da Prainha ( 1864 ) para a formação do clero e de uma elite intelectual, convidando para dirigi-lo os padres lazaristas franceses. Criou também, no ano de 1865, o Colégio da Imaculada Conceição para moças, funcionando numa réplica arquitetônica de uma escola suíça, onde convida as irmãs de caridade, também francesas, para ensinar. (PARENTE, 2000, p. 81)

Cumprindo a sua missão religiosa e pedagógica, o referido seminário foi responsável pela formação de quadros intelectuais que comporiam, além da função missionária, também o corpo do exercício do magistério e das letras, tanto em Fortaleza, como nos mais recônditos rincões da terra alencarina.

Foi o respectivo seminário até bem além de suas fronteiras, porque, por ser a nossa primeira escola de nível superior, atraiu também pessoas de muitos lugares que, de acordo com Andrade (1967, p.2) “vinham nem sempre com o propósito de se consagrarem à fé, mas atraídos pelas luzes da instrução, que era a mais aprimorada e benéfica, a mais proveitosa pelos métodos, dedicação e capacidade dos seus mestres” que no caso cearense em específico foram os padres Lazaristas. Segundo Josaphat(2004, p.92), “a lucidez e a coragem criativas da Igreja e especialmente dos Lazaristas empenhados na pedagogia, na formação do clero, eram submetidos ao supremo desafio porque, após o imenso vazio educacional do Brasil colonial, os séculos XIX e XX serão movidos, agitados e sacudidos por aspirações, anseios e projetos de escola para o País”.

O Seminário da Prainha, como ficou sendo conhecida aquela instituição educacional, representou, na passagem do século XIX para o século XX, a única unidade

de ensino no Ceará a conter, na sua organização curricular, os três níveis de ensino que compunham o sistema educacional cearense: o Ensino de Primeiras Letras, o Secundário e o superior em Teologia, para os que se ordenavam padres.

A educação professada naquele Seminário, nas mãos de padres Lazaristas, funcionou como um espelho refletor que, em plena época de modernidade reproduziu lampejos de uma tradicionalidade que se reafirmava nutrida com o pensamento romanizado.

De acordo com Montenegro

O Seminário da Prainha, como passou a ser logo denominado, durante o episcopado de Dom Luis, de Dom Joaquim Vieira e de Dom Manoel da Silva Gomes, cumpriu rigorosamente o controle do pensamento católico entre nós, instituindo o uso rotineiro de práticas morais, na pauta mesma da romanização, uma crítica política tecida pelo moralismo, uma prática educacional que se comprazia no privilegiamento da memorialização, tudo na esteira da submissão completa aos conceitos procriados pelo tradicionalismo .(MONTENEGRO,2004,p.17)

Bem se sabe do papel desempenhado pelo Seminário da Prainha em terras cearenses, haja vista a gama de estudos, referências e considerações que tem merecido ao longo dos tempos.

Além de ser a primeira instituição de nível superior no estado, como relatado anteriormente, pode-se dizer também que tenha funcionado como um dos primeiros centros de formação do magistério cearense, dado que, a partir dela abriu-se um leque de possibilidades de educação formal do povo cearense através de fundações de escolas particulares propostas por padres e ex-alunos, egressos do Seminário.

Deve-se ressaltar, da mesma forma, sua influência no campo da educação informal. Sabe-se, portanto, que a referida instituição não se restringiu apenas à formação dos clérigos e que a atuação de seus mestres ultrapassou os limites dos muros do prédio de estilo clássico do Outeiro da Prainha.

Tanto que, a partir dela, abriu-se um leque de possibilidade de educação formal e informal do povo do Estado do Ceará, seja através do ensino ali professado para os filhos

da elite local ou, indiretamente, através daquele que, formado, mas não ordenado, se tornava professor ou daquele que, professor, fundava uma escola.

Seja através da ação dos padres em suas pregações, e seja ainda através das confrarias, principalmente das chamadas Conferências Vicentinas que buscaram engajar membros da sociedade civil no intuito de socorrer os mais desvalidos.

#### Para Montenegro

Há, assim, uma forte tradição de governo forte na igreja, baseada numa concepção de ordem, que perdurará por muito tempo, ainda que revista. No Ceará, ela se encaixa na missão de disciplinamento dos costumes eclesiásticos, de reavivamento da piedade, do culto, da vida religiosa, enfim, para o que se cuidou de fundar o Seminário de Fortaleza, o Colégio da Imaculada Conceição, Associações Vicentinas etc., instituições essas que recebem o selo da formação francesa, veiculada pelos padres lazaristas e pelas irmãs de caridade, todos filhos espirituais de São Vicente. A ortodoxia católica é inflexivelmente propagada e mantida na missão do ressurgimento religioso, na ânsia incontida de defesa de um legado que, em grande parte, tinha mais de eclesiástico do que de evangélico. (MONTENEGRO, 1989, p.356)

Todas as orientações pedagógicas do Seminário foram traçadas por Padre Chevalier, o primeiro reitor do referido instituto e, no decurso dos primeiros cinquenta anos de existência, de acordo com o **Álbum Histórico do Seminário**, as regras estabelecidas pelo primeiro reitor prevaleceram, sem que fossem preciso correções, atestando um procedimento eficaz na formação de um clero moralizado, ilustrado e ultramontano.

Os primeiros padres lazaristas no Ceará tinham nacionalidade francesa. Estiveram à frente da instituição até 1963. Padre Pierre Auguste Chevalier foi o primeiro reitor do Seminário, responsável pela organização do currículo e da biblioteca do referido instituto de formação católica.

**- CAPÍTULO 03 -**

**OS PADRES LAZARISTAS NO CONTEXTO  
EDUCACIONAL CEARENSE DO SÉCULO XIX**

### 3.1. Origem e Propósitos da Ordem da Congregação da Missão

Vicent de Paul foi o fundador da Ordem da Congregação da Missão. Portanto, é a França o lugar de origem da referida ordem religiosa, mas é a França da transição do século XVI ao século XVII, cenário de profundas transformações políticas e religiosas advindas de disputas entre católicos e protestantes quando da implementação das resoluções do Concílio de Trento pela Igreja Católica.

Nascido em Ranguines, na Gasconha (França), em 1576, Vicente de Paulo, de família humilde e camponesa, cresceu e se educou em ambiente cristão. Seguiu os cursos teológicos em Saragoza e depois em Toulouse e, em 23 de setembro de 1600, tornou-se sacerdote.

Após algumas experiências fora de sua terra, resolveu adotar como propósito de vida o exemplo dos primitivos cristãos. Fazendo parte do clero secular parisiense, o jovem sacerdote Vicente de Paulo, a partir da segunda década do século XVIII, tornou-se preceptor dos filhos do General das Galés de Paris, Monsieur de Gondi, em Picardia. A propósito das circunstâncias, a esposa do referido general encarregou-o da tarefa de instrução das aldeias e vilas de sua propriedade. A partir daí pode observar a miséria e a ignorância em que viviam os camponeses, absortos em todo tipo de superstição. Compreendeu que parte desta ignorância advinha de um clero mal formado e desprezado das observâncias da vida sacerdotal, muitas vezes pelas próprias condições de isolamento em que se encontravam contrastando com as condições do clero urbano que podia contar com a presença das universidades a lhe garantir uma boa formação intelectual.

As missões do padre Vicente tiveram o propósito, portanto, de reverter esse quadro de ignorância espiritual e intelectual que se abatia no campo.

A organização desta empreitada contou com a participação de outros sacerdotes seculares, sob a autorização do então Arcebispo de Paris Jean-François Paul de Gondi, irmão do general das Galés, mencionado acima.

A Organização que daí nascera, semente da Congregação da Missão, instalou-se em um velho colégio parisiense, o Collège des Bons Enfants, em 1624. A aprovação das normas e regras aconteceram em 14 de abril de 1626, pelo Arcebispo de Paris.

O propósito da congregação, “viver em comunidade para dedicar-se à salvação dos camponeses pobres”, bem cedo fora definido, de acordo com preceitos de seu fundador.

Em 1832, a Congregação tomou posse do priorado de São Lázaro, no subúrbio parisiense, de onde advém o nome dos padres Lazaristas.

### **3.2. A Congregação da Missão em Terra Brasileira**

Segundo consta nos dados da história da Congregação da Missão no Brasil (SOUZA, 1999), a primeira solicitação de padres lazaristas para o Brasil se deu ainda no século XVII, por parte da Sé Romana, através do monsenhor Ingoli<sup>23</sup>, feita diretamente ao padre Vicente de Paulo, fundador da referida congregação missionária. De acordo com Souza (1999, p.13), “a referida consulta chegou a Paris, através do Pe. Lebreton, que era Superior dos Lazaristas em Roma. Na carta do Pe. Lebreton, datada de abril de 1640, Monsenhor Ingoli propunha o estabelecimento de uma casa de Missão, no Brasil.”

Porém, a iniciativa de fundação da missão lazarista em nossas terras foi, senão frustrada, pelo menos adiada, porque o referido padre fundador da Ordem, mesmo professando a obediência à Santa Sé, (SOUZA,1999,p.13) “... pede que deixe para outra

---

<sup>23</sup> Monsenhor Ingoli à época era vice-presidente da Propaganda Fide. Segundo informações da Igreja Católica, era uma “Congregação da Santa Sé fundada em 1622 pelo Papa Gregório XV, com o duplo objectivo de espalhar o cristianismo em áreas onde a mensagem cristã ainda não tinha chegado e de defender o patrimônio de fé naqueles lugares onde a heresia questionou a autenticidade da fé. Propaganda Fide era, portanto, basicamente, a Congregação, cuja tarefa era organizar toda a actividade missionária da Igreja”.

“Através de uma disposição de João Paulo II (a fim de definir melhor as suas tarefas), desde 1988, a Propaganda Fide original passou a ser chamada de “Congregação para a Evangelização dos Povos””.  
PROPAGANDA FIDE Disponível em: [http://mv.vatican.va/3\\_EN/pages/x-Schede/METs/METs\\_Main\\_06.html](http://mv.vatican.va/3_EN/pages/x-Schede/METs/METs_Main_06.html). Acesso em: 05/12/2011

oportunidade, porque ainda não era chegada a hora da Providência Divina”.

Outras tentativas de inaugurar uma missão dos padres lazaristas em solo brasileiro aconteceu pelos idos da década de quarenta do século XVIII, quando já havia falecido Vicente de Paulo.

Após a morte do Pe. Vicente, em 30 de outubro de 1743, o bispo da Bahia, Dom Botelho Mattos, dirige novamente um apelo ao Superior Geral dos Lazaristas, em Paris, para o projeto de uma fundação dos Padres da Missão naquele estado. Ele afirmara que a oportunidade tinha chegado, porque recebera de um latifundiário uma doação de um terreno e uma capela para construir ali uma Casa de Missão. Em carta, datada de 17 de fevereiro de 1745, ele oferece aos Lazaristas esta doação, após ter recebido uma negativa ao seu primeiro pedido.”(SOUZA, 1999,p.13)

Das solicitações feitas, até então, nenhuma obteve êxito, mesmo atestando-se, através de documentos oficiais, o desejo de Vicente de Paulo em enviar missionários ao Brasil.

Desde o começo da existência da Congregação da Missão, há indícios do desejo de São Vicente de Paulo para enviar missionários a terras brasileiras: “como disse o Superior Geral, Pe. Verdier, na Circular de 1º de janeiro de 1923: 'São Vicente pensou enviar seus filhos à Babilônia, à Arábia, ao Líbano, ao Canadá, ao Brasil. Ele os tem à mão. Estão prontos para partir. Mas a Propaganda Fidei foi quem primeiramente os pediu, modificou suas determinações. Não foi o espírito apostólico que falhou, foi somente a ocasião”’.(FRENCKEN, 2006,p.14)

A entrada oficial, em missão, dos padres lazaristas no Brasil aconteceu somente a partir de 1819. Anteriormente a isso, quando da vinda da Família Real portuguesa ao solo brasileiro, em 1808, na comitiva que a acompanhara, registra-se a presença de três padres lazaristas, de origem portuguesa, que privavam da amizade do Príncipe Regente D. João VI, e que provavelmente vieram como conselheiros reais e não como missionários.

Segundo Souza (1999, p.14), “o rei de Portugal foi forçado a buscar refúgio, com toda a família real, no Rio de Janeiro. No contexto desse acontecimento registram-se três nomes destes padres que aparecem trabalhando no Seminário São José do Rio Comprido,

no Rio de Janeiro.”

Trata-se do Pe. Manuel Ribeiro de Brito, Reitor do Seminário São José, de 1810 a 1813; do Pe. José Cardoso Pinto, Reitor de 1813 a 1814, e o Pe. Alexandre de Macedo, Procurador na Corte do Rio de Janeiro. Eles Não estavam exclausurados, mas possuíam licença dos seus superiores de Portugal e Paris. Conforme testemunhos do Pe. Eugênio Pasquier, o Pe. Alexandre de Macedo ainda estaria, no Brasil, até 1827, quando a Família Real já havia retornado a Lisboa. Estes, entretanto, nunca foram incorporados à PBCM, porque não vieram em missão oficial lazarista, mas a serviço da corte, na comitiva de Dom João VI. (...) (SOUZA,1999,p.14)

Conforme insinua o padre e historiador eclesiástico Eugênio Pasquier apud Souza (1999,p.14), é bem possível que tenham vindo outros lazaristas, cujos nomes não foram registrados pela história. De qualquer forma, atesta-se que os referidos (SOUZA, 1999, p.14) “padres lazaristas (...), gozavam de grande prestígio junto à Corte Portuguesa

No recorte abaixo, Souza expõe as possíveis razões do prestígio desfrutado pelos mencionados padres vicentinos, fato que corrobora para a compreensão de que a posterior reforma católica, empreendida no século XIX, possa encontrar sua gestação na associação de intenções compartilhadas entre a Igreja Católica e a Corte portuguesa.

Dom João VI teria herdado de seu pai, Dom João V, esta estima e esta preferência pessoal por São Vicente de Paulo e seus missionários. Diversas vezes ele demonstrou este relacionamento afetivo, porque os Lazaristas não criavam obstáculos à ação colonialista da Coroa, eles não se imiscuíam em questões políticas, como diziam na Corte. Pela benevolência real receberam do Rei o terreno para a construção do Seminário de Rilhafoles, proteção e sustento para os missionários e para o Seminário de Macao, mandou celebrar com muita pompa, em Portugal, as solenidades de canonização de São Vicente. Os lazaristas tinham livre trânsito na Corte, a exemplo dos que se refugiaram com o Rei, no seu exílio, aqui no Brasil. Os Padres da Missão se portavam de forma diferente dos Jesuítas, dos Franciscanos, dos Capuchinhos, dos Mercedários, que precisaram ser expulsos do Brasil, no século anterior e no mesmo século XIX. (SOUZA,1999,p.14).

Portanto, conforme já salientado mais acima, oficialmente, o estabelecimento das missões lazaristas no Brasil se dá em 1819, quando D. João VI requisitou ao Provincial de Lisboa a vinda de missionários para a província de Mato Grosso.

Há que ser lembrado aqui que, mesmo sendo a Ordem da Congregação da Missão uma ordem religiosa francesa, são os padres lazaristas portugueses os iniciadores das referidas missões no Brasil.

Pertenciam a uma congregação religiosa, a Congregação da Missão, de origem francesa, formada de padres missionários, conhecidos também como Padres Vicentinos ou Padres Lazaristas, por causa da primeira Casa em Paris: Priorado de São Lázaro. O fundador, São Vicente de Paulo, o Apóstolo da Caridade, anos atrás, em 1640, pensou em enviar seus missionários à terra de Santa Cruz, ou mais precisamente, à Província de Pernambuco. Mas só agora, a 7 de dezembro de 1819, oficialmente ali chegavam eles, depois de 72 dias de acidentada viagem, no navio chamado “Gran-Canoa”.(ZICO,S/D,p.21)

De Paris, da chamada Casa Mãe dos Lazaristas, eram dadas todas as orientações missionárias. Mas foram os padres lazaristas lusitanos os iniciadores desta empreitada que lançou influências significativas na história eclesiástica brasileira e na história política e educacional do Império e da República no Brasil.

A escolha pelos padres lazarista e, especificamente pelos de nacionalidade portuguesa, dava-se em virtude da colonização portuguesa e, como é notório, desses padres estarem a serviço do Rei de Portugal no intuito de arrefecer os ânimos dos brasileiros contra os lusitanos, bem como barrar os movimentos pela independência que se disseminavam pela Colônia.

Com certeza, não era só bondade e piedade de coração que levaram o Rei a tratar os Lazaristas com tanta distinção. Havia interesses políticos em jogo. Precisava de uma pregação que ajudasse a acalmar o ódio dos brasileiros contra os portugueses e pacificar os movimentos pela independência. Era preciso contrapor às pregações revolucionárias das Ordens Independentes, congregações mais submissas e obedientes à Coroa, que cuidasse só de pregação da nossa santa fé católica e só ensinassem a sã doutrina. Estava sendo necessário exemplar os frades andarilhos com a pena de expulsão, porque não aceitavam recolher-se aos seus Conventos. Não é por acaso que, em 1828, são expulsos do país os Frades Mercedários; em 1831, os Carmelitas Descalços; e, em 1835, os Frades Capuchinhos.(ZICO, S/D, p.15)

É desta forma que figuram os nomes de padre Leandro Rebello Peixoto e Castro<sup>24</sup> padre da Congregação da Missão, de origem portuguesa, e seu discípulo, também congregado e de mesma origem pátria, padre Antônio José Ferreira Viçoso,<sup>25</sup> como os

---

<sup>24</sup> “**Leandro Rebello Peixoto e Castro** nasceu no norte de Portugal, na Província do Minho, em 1781”. Estudou no Seminário de Braga, onde defendeu sua tese de Filosofia em 1799 e a de Teologia em 1800. Entrou na Congregação da Missão em 1806, na Casa de Santa Cruz dos Guimarães. Após sua ordenação, foi professor de filosofia, literatura e matemática. Designado por seus superiores para o Brasil, não hesitou em atravessar o Atlântico para se enveredar pelo interior do país para o exaustivo trabalho das Missões. Tendo partido de Portugal no dia 27 de setembro de 1819, chegou ao Brasil antes da virada do ano, acompanhado de seu coirmão e ex-aluno, Padre Antônio Ferreira Viçoso, C. M. No Rio de Janeiro, quando se apresentaram a Dom João VI, que os havia chamado para o Brasil, os dois Padres ficaram sabendo que as Missões da Capitania do Mato Grosso, para onde seriam enviados, estava ocupada por um Capuchinho. Depois de algum tempo, o próprio Rei lhes ofereceu o Santuário do Caraça, no coração da Província de Minas, para que cumprissem o testamento do falecido Irmão Lourenço de Nossa Senhora(...). Depois de um tempo de arrumação e organização da Casa, Padre Leandro e Padre Viçoso se dedicaram à pregação de Missões em Catas Altas-MG, durante o mês de junho, e em Barbacena-MG, em parte do mês de julho. De Barbacena, Padre Leandro foi ao Rio de Janeiro apresentar-se ao Rei e dar seu parecer sobre as condições em que encontrou a propriedade do Irmão Lourenço. Desta visita, e como forma de ajuda, Dom João VI concedeu à Casa do Caraça o título de *Casa Real*, isentando-lhe de pagar os dízimos exigidos pela Coroa(...). Algumas famílias do Rio de Janeiro, sabedoras da fama e do prestígio de célebre educador que o Padre Leandro já trazia de Portugal, pediram-lhe, por ocasião desta sua visita à capital, que educasse seus filhos, juntamente com seu companheiro, Padre Viçoso. (...)

Do Caraça, o Padre Leandro foi superior por duas vezes, de 1820 a 1827 e de 1834 a 1837. Foi em seu primeiro mandato que a Casa do Caraça recebeu do Imperador Dom Pedro I o título de *Casa Imperial*, podendo afixar em seu frontispício o brasão do Império e usar suas armas em seus carimbos e documentos. De 1827 a 1834, esteve em Congonhas do Campo-MG, como superior do Santuário do Bom Jesus de Matozinhos. Neste tempo, fundou ali um importante Colégio, semelhante ao Colégio do Caraça e seguindo todos os seus ritmos e preceitos(...). Em 1838 foi transferido para a Corte, no Rio de Janeiro, e feito Vice-Reitor do Colégio Pedro II (1838-1839). No entanto, mesmo tendo apenas o título de Vice-Reitor, Padre Leandro assumiu todas as funções da direção do Colégio, já que o Reitor era o Bispo do Rio de Janeiro, já idoso e muito adoentado. (...) Em Ouro Preto, com pequena melhora de sua saúde, em relação ao Rio de Janeiro, pôde se dedicar ao que lhe pediam as autoridades imperiais. (...) Lúcido até o último instante, tendo recebido os Sacramentos, ali morreu santamente, no dia 28 de agosto de 1841. Faleceu com 60 anos de idade e quase 22 anos no Brasil. Em 1858, seus restos mortais foram trasladados para o Caraça e hoje repousam nas Catacumbas da Igreja.” Padre Leandro Rebello Peixoto e Castro CM. Disponível em: [http://www.santuariodocaraca.com.br/peregrinacao/pe\\_leandro.php](http://www.santuariodocaraca.com.br/peregrinacao/pe_leandro.php) Acesso:06/12/2011

<sup>25</sup> “**Antônio Ferreira Viçoso** nasceu em Peniche, Portugal, no dia 13 de maio de 1787. Dos 14 aos 21 anos esteve no Seminário de Santarém, onde chegou, nos últimos anos, a lecionar Latim. Entrando em contato com a Congregação da Missão, na cidade de Rilhafolles, pediu para ser admitido entre os filhos de São Vicente, adentrando a Pequena Companhia no dia 25 de julho de 1811 e emitindo seus votos perpétuos no dia 26 de julho de 1813. Depois de um esmerado aprofundamento dos estudos e das ciências sagradas, foi ordenado Padre no dia 07 de março de 1818 e logo foi enviado para o Seminário de Évora para lecionar Filosofia. (...) Padre Viçoso foi, no Colégio do Caraça, sua grande alma, educando a juventude, orientando os estudos e primando pela excelência acadêmica na transmissão dos conteúdos humanísticos. Associando o conhecimento teórico à vida concreta e aos valores éticos fundamentais para a vida humana, Padre Viçoso e seus Coirmãos da Congregação fizeram do Caraça o maior centro irradiador da intelectualidade do Brasil de então, sendo o mais célebre, importante e duradouro Colégio que o Brasil conheceu até seu incêndio em 1968.

Em 1822, a pedido de Dom Pedro I, foi trabalhar no Seminário de Jacuecanga. Só 15 anos depois, em 1837, Padre Viçoso voltou para o Caraça e, devido às complicações diplomáticas entre o Império do Brasil e a Corte Portuguesa, foi eleito Superior Geral da Congregação da Missão no Brasil.

Ocupado com seus trabalhos em Campo Belo da Farinha Podre, no Triângulo Mineiro, para onde transferiu o Colégio do Caraça, por medo da revolução de 1842, Padre Viçoso recebeu a nomeação de Dom Pedro II para ser Bispo de Mariana, uma imensa Diocese, que compreendia quase todo o atual Estado de Minas Gerais. Para responder positivamente a Sua Majestade e esperar a confirmação do Papa, Padre Viçoso viajou para o Rio de Janeiro. A 05 de maio de 1844 foi celebrada sua ordenação episcopal. (...)

indicados a cumprirem a tarefa para a qual foram ordenados, ou seja, fundar a missão vicentina no Brasil. O excerto abaixo nos dá as condições em que foram feitas as escolhas dos referidos quadros eclesiásticos que inauguraram tais missões.

Não é de se admirar, portanto, que Dom João VI tenha ordenado ao Provincial de Lisboa, que enviasse ao Brasil dois padres para fundar aqui uma missão no sertão do Mato Grosso. Por isto o Pe. José Rabello, Provincial dos Lazaristas, na Província de Lisboa, em 1819, escolhe um de seus melhores padres e solicita ao mesmo que aponte ele próprio o seu companheiro de viagem. Por isto ele cita o nome de seu ex-aluno, recentemente ordenado e professor em Évora, Pe. Antônio Ferreira Viçoso. O Provincial retruca e o Pe. Leandro só acrescenta: “Você não me deu o direito de escolher?” O Provincial, então, cede ao Pe. Leandro. Partem, assim, de Lisboa, no dia 27 de setembro de 1819, os Padres Leandro Rebello Peixoto e Castro e seu discípulo, Pe. Antônio Ferreira Viçoso. Um estaria destinado ao Brasil, o outro seguiria rumo ao Seminário de Macao, na China, mas trazia autorização para ficar, no Brasil, caso o Rei solicitasse. (ZICO, S/D, p.15)

Ao se apresentarem ao Rei D. João VI, foram surpreendidos com as mudanças nos planos que foram traçados inicialmente e que resultaram em seus deslocamentos de Portugal para o Brasil: não mais conduziriam a missão em Mato Grosso, dado que freis capuchinhos estariam à frente das aludidas atividades missionárias do Centro Oeste brasileiro.

Aos Lazaristas fora oferecida, então, a Ermida de Nossa Senhora Mãe dos Homens<sup>26</sup>, construída pelo eremita Irmão Lourenço<sup>27</sup> que, antes da morte, já havia

---

Para cuidar e formar um Clero renovado e verdadeiramente servidor do povo, reabriu o Seminário Diocesano, há alguns anos fechado. Junto ao Seminário, ainda abriu um Colégio Episcopal, fruto de suas preocupações com a educação da mocidade e a formação de homens de caráter e vida ética irrepreensível. O Seminário de Filosofia e Teologia (Maior) entregou aos seus Coirmãos da Congregação da Missão em 1853, e, em 1855, entregou-lhes o Colégio Episcopal (Seminário Menor), onde aplicavam-se ao ensino de Humanidades. Seu zelo pela formação do Clero, tanto dos seminaristas quanto dos já ordenados, era tão grande que, em meio a tantas ocupações, visitas pastorais e atendimento do povo, Dom Viçoso ainda tinha tempo para traduzir livros de espiritualidade, moral e teologia, tendo em vista a formação contínua de seu presbitério e o favorecimento do bom atendimento do povo.(...) Já bem doente, há anos, no dia 25 de maio de 1875 recebeu o Viático e a Extremunção. Com o agravamento final de sua saúde, e retirado em sua Cartuxa, na cidade de Mariana, entregou sua vida a Deus na noite do dia 07 de julho de 1875, entre 22h e 23h.”

Disponível em: [http://www.santuariodocaraca.com.br/peregrinacao/dom\\_vicoso.php](http://www.santuariodocaraca.com.br/peregrinacao/dom_vicoso.php) Acesso:06/12/2011

<sup>26</sup> “Tal é a Ermida de Nossa Senhora Mãe dos Homens. Essa obra não data de mais de quarenta e poucos anos. O fundador ainda vivia por ocasião de nossa viagem e contava 92 anos de idade. Este homem, nascido em Portugal, retirara-se para as montanhas de Nossa Senhora da Piedade, perto de Sabará. Fez uma viagem à serra de Nossa Senhora Mãe dos Homens, e, entusiasmado com o aspecto local, resolveu, aí, construir uma igreja. Tinha, então, mais de quarenta anos. Os oito mil cruzados que possuía não bastavam para a execução de seu projeto, mas soube comunicar o seu entusiasmo aos habitantes da região e, em breve, as esmolas foram suficientes para permitir a construção dos edifícios... O edifício adquiriu escravos e cabeças de gado; a

solicitado ao Monarca, através de ofício, (SOUZA,1999,p.15) “conseguisse os padres de Varatojo ou outros para cuidar de um Santuário, que ele próprio teria erguido à Virgem, a modo de Tebaida, na Serra do Caraça”, na Província de Minas Gerais.

Pe. Leandro objeta ao Rei: “Não temos procuração para receber esta doação, nem para fazer esta permuta”. O Rei, decidido a cumprir a vontade do Irmão Lourenço, argumenta que a missão do Mato Grosso já está preenchida pelo Frei José de Macerata, da Ordem dos Capuchinhos. Ele próprio assumia a responsabilidade e o compromisso de se comunicar com os Superiores em Lisboa, inclusive ordenando ao Visitador que mandasse ao Brasil, pelo menos, mais dois padres para suprir as necessidades do Colégio e da nova Casa de Missão. E o fez realmente. Mais uma vez o Rei pôs à prova a obediência e a fidelidade entre os Lazaristas e Sua Majestade... Mas não tardaram a chegar mais dois coirmãos: Pe. Jerônimo Gonçalves de Macedo e Pe. José Joaquim de Moura Alves.(SOUZA,1999,p.22)

Após a entrega da Carta Régia em 31 de janeiro de 1820, cedendo à Congregação da Missão a obra do Caraça, no dia 15 de abril de 1820, em presença do Ouvidor de Sabará, os referidos padres missionários tomaram posse efetiva dos bens deixados pelo Irmão Lourenço, estabelecendo, a partir de então, (SOUZA,1999,p.24)“a primeira comunidade da Congregação da Missão, no Brasil, e o Caraça se transformava em Casa-Mãe dos Padres e Irmãos de São Vicente de Paulo, de onde iam partir imediatamente para pregar as primeiras missões e onde iam receber os jovens de todo o Brasil, em busca de saber e luzes.”

---

igreja foi ornada e recebeu um órgão; a ermida foi provida de todo o necessário para alojar os peregrinos, e não se esqueceram os vasos de prata. O Fundador Lourenço submeteu-se à regra dos Irmãos Terceiros do Mosteiro e de curta duração. O Irmão Lourenço não pensara no futuro. Com exceção de dois, todos os eremitas morreram e ninguém se apresentou para substituí-los. Nenhuma tradição antiga se prendia ao Ermitério; a devoção dos habitantes do distrito esfriou, quando a idade não permitia mais a Irmão Lourenço reanimá-la; as peregrinações tornaram-se mais raras, as espórtulas cessaram, e essas construções tão modernas deixavam ver por toda parte traços de velhice. Tiveram o destino do Fundador, foram decaindo à medida que os anos pesavam sobre sua cabeça...” Descrição feita, em 1816, por Auguste de Sainte Hilaire, apud SOUZA, José Evangelista de. **Op. Cit.** p. 15

<sup>27</sup> Segundo dados apresentados por Eugênio Pasquier, apud Souza, “... o Irmão Lourenço era de Souto Maior, filho de huma família muita esclarecida, parente da caza dos Távoras. Eram três hermanos, o mais velho é leigo do Convento de Santo Antônio de Villa Real; o segundo era o Irmão Lourenço, que saiu de caza com idade ainda muito jovem; o mais novo é Sebastião de Mendonça, porque os irmãos deixaram a caza, elle tomou posse dela. O leigo chama-se Frei Luis; esta caza de Souto Maior é na Província de Beira Alta, junto a Lamego. O nascimento do Irmão Lourenço foi junto à Villa de Trancozo. Esta memória me foi dada pelo Revmo. Parocho da Ilha do Governador, onde arribei quando em novembro de 1820, vinha do Rio de Janeiro, e elle era do lugar onde nasceu o dito Irmão Lourenço e conhecia toda família.” **Id.,Ibid.** p.16

“A posse foi dada a 31 de janeiro de 1820...e a abertura do Colégio em 1821, ao mesmo tempo principiou-se a admissão de Noviços na Congregação da Missão de São Vicente de Paulo no Brasil, Província de Minas Gerais, Bispado de Mariana. Primaz Casa da Missão no Brasil.”(SOUZA,1999,p.24)<sup>28</sup>

O Santuário da Serra do Caraça, além de Casa de Missão, também comportava um colégio, fundado em 1821, que nas mãos dos padres lazaristas tornou-se uma verdadeira fortaleza de missão e formação católica. Seguindo os preceitos vicentinos de não envolvimento nas questões políticas e da dupla finalidade da Congregação da Missão de pregar missões ao povo e formar o clero, serviu, posteriormente, sob o bispado de Ferreira Viçoso, de campo irradiador das ideias ultramontanas que alimentaram o processo de Romanização da Igreja Católica no Brasil.

À frente da administração da missão lazarista portuguesa no Brasil esteve o padre Leandro Rebello Peixoto e Castro, até 1824, como Diretor da Missão. Foi, portanto, o primeiro Superior do Caraça. Porém, estava ainda a referida missão atrelada, conseqüentemente, à Ordem em Portugal e em Paris. Até por conta de observância à hierarquia, não poderia ser diferente, dado que uma das características mais marcantes da referida ordem baseava-se na obediência incondicional aos seus Superiores na Europa.

Mas, por conta das circunstâncias provocadas pela Independência em 1822, criou-se, posteriormente, entre 1824 e 1827, a Província Brasileira da Congregação da Missão. Isto porque, segundo Souza (1999,p31) “(...) os portugueses que residiam no Brasil, ficaram em situação difícil. Eles foram obrigados a reconhecer a separação de Portugal e jurar a Constituição. Os lusos estão constantemente sob suspeita de estar tramando contra a Independência...”

De acordo ainda com Souza (1999,p.31), após a promulgação da Carta Magna do Império, em 1824, a nova lei “obrigava os religiosos a se libertarem da obediência ou subordinação aos seus superiores no estrangeiro. Com a Portaria de 24 de janeiro de 1824, o Caraça estava igualmente obrigado a se considerar de todo desligado e independente da subordinação ao Superior Maior da Congregação da Missão de Lisboa.”

---

<sup>28</sup> Crônica anônima constante no dossiê elaborado por Eugênio Pasquier apud SOUZA. **Op. Cit.** p.24

(...) Esta decisão política atingiu diretamente a Casa do Caraça, numa resposta dirigida pela Câmara a uma consulta do Pe. Leandro. Este inquiria do Imperador Dom Pedro I sobre três pontos, aos quais deveria adequar o Colégio na nova Lei Civil: 1º – Se o Caraça pode continuar como Casa Real ou Imperial; 2º – Se continua isenta de impostos, como consequência dos termos de doação e 3º – Se devia considerar-se desligada de Lisboa. A resposta veio rápida: “Continua sendo Casa Imperial, isenta de impostos. Mas deverá considerar-se de todo desligada da subordinação do Superior Maior de Lisboa”.(SOUZA,1999,p.31)

Tentando dirimir os desconfortos causados por tais acontecimentos, que forçaram o estabelecimento de uma nova Província e que, portanto, poderiam caracterizar ruptura política e quebra de hierarquia, padre Leandro, mesmo sem nomeação oficial, assumiu interinamente o posto de Visitador da Nova Província, tentando se entender com o Superior Geral da Casa-Mãe, em Paris.

(...) Em 1827, então, o Superior Geral, o Pe. Walley, nomeia ao Pe. Jerônimo Gonçalves de Macedo como Visitador da Congregação da Missão no Brasil. Tudo isto foi comunicado ao Internúncio apostólico e foi solicitado ao Imperador o “*Placet Imperial*”. Pe. Jerônimo assume com todos os direitos legais a função de Visitador da Nova Província da Congregação da Missão e o Pe. Jerônimo efetivamente como primeiro Provincial nomeado. Esta seria a data da fundação da Província Brasileira da Congregação da Missão: 1827.(SOUZA,1999,p.32)

No período posterior, que abrange a abdicação de D. Pedro I e o estabelecimento da Regência, sob liderança do padre Antônio Diogo Feijó, houve forte pressão para anular a influência romana sobre a Igreja Católica no Brasil. De uma maneira geral, as ordens religiosas europeias passaram sempre a ser vistas, por esses opositores ligados ao referido regente, com bastante desconfiança, notadamente os lazaristas, que foram chamados, segundo Souza (1999,p.25) de “jesuítas disfarçados.”<sup>29</sup>

---

<sup>29</sup> Confirma a desconfiança de alguns brasileiros, ou grupos de brasileiros, em relação aos lazaristas, um pronunciamento feito por um parlamentar do Império, chamado Pedro Luiz, em Sessão realizada em 16 de Março de 1864, acerca de um projeto de lei que concedia a um padre lazarista francês, denominado de Padre Jamrad, a concessão de terras no Morro de Santo Antônio para a construção de um estabelecimento religioso. De acordo com os anais da Câmara Imperial, pode-se ler do pronunciamento do referido deputado, o seguinte:

- “Os lazaristas, senhores, são exatamente os jesuítas”
- “Napoleão I, Senhor Presidente, scismava muitas vezes na dominação cossaca na Europa, e dizia: - *Grattez le Russe, vous trouverez le Tartare*. E eu digo: - Arranhem o lazarista, que acharão o jesuíta.

Havia no Brasil, há algum tempo, um movimento para acabar com a dependência de Roma, por parte da Igreja Católica, formando uma Igreja brasileira, independente, com clero casado. Esta corrente era liderada pelo Pe. Antônio Diogo Feijó, Regente durante a menoridade de D. Pedro II. Depois da Carta Magna de 1824, o Monsenhor Francisco Corrêa Vidigal recebeu o seguinte aviso para comunicar à Santa Sé, na sua missão junto ao Papa Leão XII:

I – “Não aceitava o Imperador ingerência da Santa Sé nos negócios do Estado, em matéria de jurisdição;

II – Recomendava a obtenção de providências para desligar as Ordens Religiosas de seus Superiores residentes em Portugal;

III – Finalmente queria que não se facultasse mais aos Capuchinhos e quaisquer cogulados regulares o estabelecimento no Brasil, que não tinha necessidade de frades estrangeiros e nem de aumentar as suas profissões.”(SOUZA,1999,p.32)

No bojo dessa polêmica, em 1834, padre Jerônimo, que havia sido elevado a Superior da Província Brasileira da Congregação da Missão, renuncia e, enquanto padre Leandro assume como Visitador interino, a nomeação definitiva recai sobre o padre Ferreira Viçoso, em 1837, de acordo com determinação do Superior Geral, em Paris, padre Salhorgne.

Em 1837, o Pe. Viçoso, como Visitador efetivo, escreve sua Primeira Circular para comunicar o seu entusiasmo aos coirmãos pela autonomia: “Pequena é presentemente a Província, contendo apenas vinte e tantos sujeitos, mas como são grandes os desígnios da Providência sobre ela! Para que altos fins nos conserva e vai aumentando neste país... No meio dos escândalos públicos, todo o Império tem sobre nós as suas vistas: os pais de família...os senhores bispos e vigários. Os pobres das aldeias...cartuxos em casa e apóstolos nas Aldeias, etc. (SOUZA,1999,p.34)

Padre Ferreira Viçoso permanece à frente do Superiorado Geral até 1843, quando acontece sua nomeação ao bispado de Mariana. Sua sagração aconteceu no Mosteiro de São Bento, a 5 de junho de 1844, assistida pelo bispo do Pará, seu ex-aluno e ex-coirmão de congregação, Dom José Affonso de Moraes Torres.

Com a renúncia de Ferreira Viçoso, assumiu as funções de Superior Geral da

“Escute o meu collega. Os estatutos da Ordem de S. Lázaro são exatamente os estatutos da Ordem da Companhia de Jesus. Vou ler à Camara alguns artigos desses estatutos: “Obediência passiva”; “abstenção completa de sí mesmo”.

CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS. ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. Primeiro Anno da Duodécima Legislatura. Sessão de 1864. Tomo 3. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J.C. Villeneuve.1864. p.185

Província Brasileira da Congregação da Missão o padre Antônio Affonso de Moraes Torres que concentrou esforços para desfazer o engodo da suposta separação com a Casa-Mãe em Paris. Suposta separação, pois, de acordo com padre Ferreirinha apud Souza (1999, p.34) “... isto era só aparentemente, a verdade he que sempre estivemos em relação com o Superior Geral.”

Há que se ressaltar que o suposto cisma nada mais foi do que um jogo político para fazer a Congregação sair incólume de oposições políticas expressas em determinados artigos em leis do Império brasileiro. Tanto que, dentre as providências iniciais de padre Antônio Affonso estava o pedido a D. Pedro II de uma nova interpretação do artigo 79 do Código Penal, permitindo, com autorização legal prévia, (SOUZA, 1999, p.35) de “recorrer a uma autoridade estrangeira para dela obter graças espirituais, distinções, ou privilégios na hierarquia eclesiástica ou autorização de qualquer ato de religião.”

Com despacho favorável poderia, então, o Superior Geral de Paris nomear o visitador da Província Brasileira da Congregação da Missão, restabelecendo-se, formalmente, a união com Paris, sob o Governo Provincial do padre Jean Baptiste Etienne, (SOUZA,1999,p.57) “apontado na história da Congregação da Missão como restaurador da disciplina, da regularidade e da fidelidade às Regras Comuns e Constituição da Congregação,” cujas ações serão decisivas no chamado processo de Romanização da Igreja Católica.

Talvez que um demasiado escrúpulo tenha sido a verdadeira causa da nossa infeliz separação e de nos vermos hoje reduzidos ao deplorável estado em que nos achamos. Esperamos que nos mandeis a patente de confirmação para o Superior que deve ocupar o lugar de Visitador, cuja autoridade já ia perdendo toda a sua força moral, principalmente depois de vossa declaração a respeito da inconstitucionalidade de nossa separação. Suspiramos também pela vinda, ao menos de dois padres e um Irmão Coadjutor, e que tragam consigo as instruções que ainda nos faltam, quais são as regras: 1º – Do Visitador, 2º – Do Procurador Particular, 3º – Do Seminário Interno, 4º – Do Diretor do Seminário Interno, 5º – Todas as instruções para os Seminários externos chamados menores. (TORRES apud SOUZA, 1999, p.35)

Portanto, a partir destes fatos, de uma hegemonia portuguesa, que representou uma primeira fase da Congregação da Missão no Brasil de 1820 a 1848, passa-se à chamada hegemonia francesa que caracterizou um segundo período compreendido entre

1849 a 1900.

### **3.3. Os Padres Lazaristas e os Antecedentes na Criação e Administração de Escolas e Seminários no Brasil**

Conforme salientado na seção anterior, os primeiros lazaristas no Brasil, mesmo em missão não oficial por parte da Congregação a que estavam atrelados, estiveram à frente da direção do Seminário São José do Rio Comprido, no Rio de Janeiro. Se a referida Ordem dos Padres Lazaristas, dentro da igreja Católica, já trazia estreita relação com a educação e, notadamente com a educação do clero, perceberemos que os referidos padres não estavam desligados de uma de suas atividades principais, a educação. Portanto, mesmo a serviço da Coroa no Brasil, já apareciam desempenhando ações educativas em território brasileiro, nesse primeiro momento, à frente da administração do referido seminário.

Com a chegada, em 1819, agora com a incumbência oficial e o intuito de formar a missão brasileira, os padres Ferreira Viçoso e Leandro Castro foram designados e requisitados para a direção de diversos colégios e seminários já à época de D. João VI e, de maneira semelhante, em muitos outros momentos do período imperial. Ao que parece, havia uma expectativa da Coroa e de setores da própria aristocracia referente à formação de seus filhos. Talvez provocada pela fama e prestígio de destacados professores que possuíam os padres lazaristas dentro da Igreja Católica, à frente de um modelo de formação considerada pela referida instituição, bem como pelo poder monárquico, como adequada e nos moldes católico e europeu.

Parafraseando Silva (2011), havia, na escolha dos referidos padres, o anseio da retomada sistemática da formação das classes dominantes brasileiras, considerada negligenciada desde o período pombalino. Talvez o poder público monárquico vislumbrasse já a possibilidade de dar certa sistematicidade ao ensino secundário brasileiro, para os filhos da elite aristocrata, formulando, indiretamente, uma política educacional a ser seguida pelos estabelecimentos de ensino que se propagariam sob a orientação dos padres lazaristas.

Tanto que, na então recente inauguração do Colégio do Caraça, em 1821, imediatamente abriram-se as matrículas, dando-se sustentação, de acordo com o recorte exposto logo em seguida, à interpretação acima exposta.

O Colégio abriu-se oficialmente no começo de 1821, com 14 alunos. Quando, em 1824, D. Pedro I conferia o título de Imperial à Casa do Caraça, o número já subira a 85. No ano seguinte passou a 113 e logo depois a 150. De 1821 a 1835 estudaram no Caraça, mais de mil alunos. Neste período, fez o Pe. Leandro melhoramentos e acréscimos no edifício, elevando de 6 para 11 o número das janelas da frente, na ala esquerda.(ZICO,S/D,p.30)

Conforme já salientado em outras seções, os referidos padres, que se destacaram na profusão da educação católica, notadamente no Brasil, por todo o período imperial estiveram à frente dos seminários e dos colégios católicos, quer administrando-os, quer constituindo-se como corpo docente das referidas casas educacionais.

Ressalte-se que, em muitos casos, constituíram-se como administradores e docentes até com exclusividade, como foi o caso de Minas Gerais e do Seminário da Prainha em Fortaleza. O historiador Riolando Azzi destacou muito bem a atuação dos padres vicentinos quando os associou ao êxito, por exemplo, da romanização da Igreja Católica, empreendida pelo episcopado brasileiro no século XIX. De acordo com o referido autor, (AZZI,1992,p.32) foram “os mais representativos colaboradores do episcopado, por terem assumido a direção da maioria dos seminários.”

Seguindo a compreensão exposta acima, não seria exagero dizer que, ao assumirem o projeto educacional da reforma mencionada, conforme também já analisado, assumiram também, de certa forma, um determinado papel de condutores da educação no Império, dado que o poder civil imperial demonstrava profundas ligações e declarados interesses e preferências pelo referido projeto escolar disciplinador da Congregação da Missão.

Se tal foi, na fundação da Missão do Brasil, a influência do poder real, ficaremos surpresos de vê-lo, depois, intervir frequentemente nos negócios da Província que nascia. Veremos sucessivamente D. João VI, depois o Príncipe Regente, o Imperador Dom Pedro I, e enfim o Imperador Dom Pedro II, ocupar-se muito com os lazaristas.(PASQUIER,S/D,p.27)

Em 1821, após pregação do Padre Jerônimo Gonçalves de Macedo no Triângulo Mineiro, um proprietário de terras, denominado João Batista, (PASQUIER, p.27) “resolveu doar suas terras à Congregação da Missão dos Padres do Caraça, para que eles pudessem construir uma capela, onde pudessem celebrar missa com frequência para os fiéis e também, se possível, construir uma escola para educar os meninos da região.”

Vejamos que nas solicitações encaminhadas havia sempre a preocupação com a educação dos jovens. Apesar do número reduzido de padres lazaristas, a demanda era grande e sempre crescente tanto que

...Somente em 1834 vão chegar os três primeiros Padres Lazaristas para tomarem posse definitiva das suas terras e cumprir a vontade dos doadores: construir uma capela, naquelas terras, para celebrar missa, com frequência para os fiéis, e um Seminário para os meninos do Triângulo e pregar missões para catequizar os índios. A Casa Lazarista de Campo Belo nascia, pois, como uma sucursal do Caraça. Os três primeiros desbravadores dos sertões, no Triângulo, foram os Padres Leandro Rebello Peixoto e Castro, Jerônimo Gonçalves de Macedo e Antônio Affonso de Moraes Torres. A nomeação do Pe. Viçoso para bispo de Mariana o encontra aí em C. Belo. (PASQUIER, S/D, p.28)

Pelo recorte acima, atesta-se novamente o já salientado interesse em ter os padres lazaristas na condução da educação da juventude aristocrata do reino e, posteriormente, do Império. Percebe-se que, já em 1822, o Padre Ferreira Viçoso, que havia chegado há pouco ao Santuário do Caraça, fora prontamente solicitado por Frei Joaquim do Livramento, amigo do Príncipe Regente, D. Pedro I, para assumir a reforma do Seminário de Jacuecanga, no Rio de Janeiro.

Uma ordem do Imperador Dom Pedro I, ainda em 1822, dá início à dispersão. O Irmão Joaquim do Livramento construíra, a exemplo do Irmão Lourenço, um Seminário para meninos, em Jacuecanga, na Ilha Grande, Rio de Janeiro. Ele vai ao Imperador e lhe pede a nomeação de um Reitor para o seu Seminário da Santíssima Trindade, sua mais nova fundação, e sugere o nome do Pe. Viçoso. Já em 1822, portanto, quando o Caraça mal começara a engatinhar, a Sua Alteza Imperial remove do Caraça para Jacuecanga uma peça fundamental. Lá ele irá ficar até 1837, em nome da santa obediência ao Imperador. Inicia-se aqui a

“dedicação sem limites”, de que fala Riolando Azzi, dos Lazaristas à obra dos Seminários, no Brasil. E o Pe. Viçoso registrou uma dedicação sem limites aos Seminaristas, em Jacuecanga, até que foi eleito Superior Maior da recém criada “Congregação da Missão Brasileira”, em 1839. Foram quase dezesseis anos como Superior, Disciplinatório, Diretor Espiritual e professor dos Seminaristas do Seminário Santíssima Trindade.(SOUZA,1999,pp.25-26)

Por volta ainda de 1827 fora solicitado, pela Mesa Administrativa da Irmandade do Bom Jesus, em Congonhas do Campo, ao mesmo Imperador Pedro I, o envio dos padres lazarietas para a administração do Santuário Feliciano Mendes, para que se empregassem na educação da mocidade.

...Por Portaria de 09 de junho de 1827 o Imperador determina que a administração do Santuário de Bom Jesus do Matosinhos seja entregue aos Padres Lazaristas do Caraça. Estes deverão fundar, ali, também, um colégio para instruir a juventude... O Pe. Leandro consegue organizar o colégio, nos moldes do Caraça. Enquanto conseguiu sobreviver, cresceu até com grande rapidez e sua duração se estendeu até 1855. durante exatamente 28 anos. Em 1834, de acordo com as informações do Pe. Pedro Sarneel, havia passado por este estabelecimento de ensino perto de mil alunos. Sobressaem-se entre eles os nomes do historiador mineiro, Diogo de Vasconcelos, e do primeiro Arcebispo de Mariana, Dom Silvério Gomes Pimenta... Mesmo depois de se retirarem da direção do Santuário e da Irmandade, os padres permaneceram em Congonhas até 1860, agora dedicados somente às missões e ao colégio. Foram 33 anos de presença profícua da Congregação da Missão na cidade de Congonhas do Campo.(SOUZA,1999,pp.26-27)

De outra parte, no período das Regências, o Padre Leandro de Castro, que juntamente com o Padre Viçoso assumira o Caraça, fora designado ao Rio de Janeiro, em 1837, pelo Regente Araújo Lima e o Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos, para ali exercer o cargo de vice-reitor do Colégio Pedro II, tendo sido o responsável, inclusive, pela elaboração dos estatutos do referido estabelecimento de ensino, bem como de seu currículo.

Desde 1822, Pe. Ferreira Viçoso deixa o Caraça, porque um amigo do Príncipe Regente, o Fr. Joaquim do Sacramento, o pediu para o seminário de Jacuecanga, Ilha Grande, no Rio de Janeiro. Permaneceu ali por 15 anos, cuidando do seminário, enquanto o Pe. Leandro de Castro foi chamado ao Rio para exercer o cargo de vice-diretor do Colégio Pedro II; cargo para o qual não era precisamente indicado, naquele momento, devido às condições em que se

encontrava a Província naquela época. Com efeito, desta forma o Pe. Leandro estava perdido para a Província, pois só deixou o Colégio Pedro II para assumir a direção do Colégio Assunção em Ouro Preto, onde morreu. (PASQUIER, S/D. p.26)

Mesmo com o título de Vice-Reitor da referida casa de educação, no Rio de Janeiro, o Padre Leandro de Castro assumiu a função com obrigações além do cargo, dado que assumira, de acordo com Penna (2008), a direção do Colégio, administrando-o por quase dois anos.

O Bispo recebeu uma licença de seis meses para cuidar de sua saúde e entregou a administração do colégio para o vice-reitor em 10 de outubro (ofício enviado desta data). O Bispo de Anemúria não retornaria ao seu cargo no fim destes seis meses – em 19 de março de 1839, ele enviou um ofício ao ministro informando que, quase finda a sua licença, sua saúde ainda não estava recuperada e renunciava ao seu cargo (ofício enviado de 19 de março de 1839). O decreto de desoneração do Bispo é de 25 de junho de 1839 (anexo ao ofício recebido de 2 de julho de 1839).

Quem administrou o colégio de 10 de outubro de 1838 até a entrada em exercício do próximo reitor no dia 4 de julho de 1839 (...) foi o vice-reitor Padre Leandro Rebello Peixoto e Castro. Ele foi nomeado, em 30 de julho de 1838, professor de religião e capelão; ele já vinha servindo de vice-reitor desde agosto, mas em 22 de outubro foi nomeado vice-reitor e desonerado da cadeira de professor de religião; e retirou-se do CPS em 22 de outubro de 1839. (PENNA, 2008)

O reitorado era do Bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei Antônio de Arrabida que, debilitado por motivos de doença, afastou-se das funções, cabendo, portanto, ao referido padre lazarista, que, aliás, já vinha auxiliando o referido bispo nas funções administrativas, a incumbência da administração da referida instituição de ensino imperial que, aliás, foi referência em termos de currículo e ensino para todas as instituições educacionais secundárias oficiais e particulares no Império.

O Imperial Colégio, fundado no dia 2 de dezembro de 1837, iniciou suas atividades apenas em março de 1838, depois da chegada do Padre Leandro. Durante os dois anos que lá trabalhou, Padre Leandro elaborou o estatuto do Colégio, promoveu espetáculos no Teatro São Januário, obtendo recursos, com os quais fez a calçada e adquiriu novos terrenos para o recreio dos alunos e para o Jardim de História Natural. Ademais, pôs ordem e disciplina na Casa, colocou

um sino na torre, para avisar o horário das aulas, e uma sineta para se tocar à chegada do professor. E no dia 2 de dezembro, dia do aniversário do futuro Imperador Dom Pedro II, o próprio Padre Leandro levou pessoalmente os alunos do Colégio para tributar ao jovem herdeiro do trono suas considerações e honras.(PENNA, 2008)

Além dessas referências, diversos outros exemplos há em que os padres lazaristas foram ampliando, pouco a pouco, sua influência sobre o ensino em Minas Gerais e Rio de Janeiro, bem como, posteriormente e ao mesmo tempo, em diversas outras províncias do vasto Império brasileiro, como foi depois o caso da Bahia e, logo em seguida o Ceará, a ponto de lançar sua influência em todo o território nacional.

A província da Bahia recebeu os padres lazaristas por intermédio do governo arquiépiscopal de D. Romualdo Seixas que os solicitou num esforço de reforma moral do clero baiano.

Os lazaristas franceses ou padres da Missão estabeleceram-se na arquidiocese de Salvador com a finalidade imediata de atuarem como capelães das comunidades religiosas das Filhas de Caridade, o ramo feminino fundado por São Vicente de Paulo.

Mas assumiram também, durante o governo episcopal de D. Romualdo Seixas, duas atividades específicas: a direção do seminário e as missões populares. (AZZI,2001,p.127)

O referido arcebispo primaz da Bahia, após reabrir o seminário episcopal, em 1834, requisitou os esforços dos lazaristas para assumir a direção do referido instituto de formação católica.

...quando os lazaristas assumiram a direção do seminário, este se tornou exclusivo para candidatos ao sacerdócio. Aliás, essa segregação dos seminaristas correspondia melhor ao novo modelo de Igreja proposto pela mentalidade tridentina, visando uma separação completa entre mundo espiritual e material, entre corpo e alma, entre clérigos e leigos. Nessa concepção tridentina, os padres deviam ser formados para serem exclusivamente os “curas de almas”.

Após a morte de D. Romualdo os lazaristas deixaram a direção do seminário, e só voltaram em 1888, chamados novamente pelo arcebispo D. Luís Antônio dos Santos (AZZI, 2001, p.106).

Ainda na primeira metade do século XIX, o internúncio apostólico Ambrósio Capadônico enviava um Breve, datado de 25 de Novembro de 1843, designando o padre lazarista Antônio Ferreira Viçoso, recém-indicado como bispo de Mariana, como reformador do Convento da Ordem do Carmo, em Salvador.

Justificava-se a referida designação pelas constantes denúncias de desregramento moral dentro do convento. Segundo Azzi (2001, p.119) o referido documento eclesiástico fora enviado ao provincial dos Carmelitas da Bahia, padre Tomás de Aquino e, através de um trecho desse documento destacam-se e justificam-se, fortemente, as razões da preferência pelos padres lazaristas, especificamente pelo padre Ferreira Viçoso.

“Pois quem quer que por vocação divina abraça os conselhos evangélicos, cumpre se persuada bem, que está posto como candeeiro aceso em lugar escuro, a efeito de despertar os irmãos que vivem nas trevas do século, dilatando-lhes o coração, para cumprirem sequer os preceitos de obrigação. Sendo isto assim, não é fácil conceber com que dor e mágoa soubemos, já pela voz pública, já por cartas de pessoas graves, que alguns membros da ordem carmelitana na província da Bahia, deslembados de seu santo propósito, em que tanto descaram a própria perfeição, longe de servir de edificação e saúde, servem de escândalo e ruína aos próximos; havendo lavrado tanto o mal nascido desta fonte que, a não se acudir com algum remédio novo e extraordinário, não há mais esperar se restitua essa província ao antigo estado. Julgamos por isso necessário nomear um varão prudente e ornado das mais virtudes cristãs que, armado da palavra divina, não de sabedoria mundana, com força e suavidade tentasse levar a cabo esta tão santa empresa. Esta varão, com fervor de Deus, o achamos na pessoas do Revmo Padre Antônio Ferreira Viçoso, bispo eleito de Mariana, cujos louvores, por andarem na boca de todos, escusamos tecer neste lugar”.(CAPADONICO apud AZZI, 2001pp.119-120)

Da mesma forma é possível inferir que o clima gerado pela preferência e confiança nos lazaristas não era dos mais amistosos afinal, atingia padres que estiveram envolvidos em acontecimentos políticos relevantes na Bahia, como era o caso do prior do Convento do Carmo, frei Custódio de São José Bonfim, que segundo Azzi (2001, p.120), “era veterano das lutas pela independência na Bahia”.

Segundo padre Silvério Gomes Pimenta citado por Azzi (2001), em relação à difícil e conflituosa missão dos padres lazaristas e, em especial do padre Ferreira Viçoso na Bahia.

Não faltou quem lhe quisesse meter medo de se ir aos frades, e servir-se de sua mesa, receando lhe acontecesse tentarem atalhar com a morte do visitador a correção e castigo que esperavam, e a reformação que se supunha aborrecerem. O padre Antônio não se acobardou a esses temores, e se não se hospedou com eles, foi para ficar mais desembaraçado no que houvesse de determinar para a desejada reformação, e não por medo que lhe fizessem alguma. Significada a razão de sua vinda, começou a entender na comissão a que viera, estudando as queixas e os remédios, que as podiam sanar, com a diligência que requeria o caso. Destituíu o prior, indigno de ocupar tal dignidade e cargo pelos desmandos escandalosos de seu viver, e procedendo-se à eleição, saiu outro, que dava bons penhores de manter a disciplina restabelecida pelo visitador. Empregou os remédios, se não os mais enérgicos, os que comportavam as forças dos enfermos.

Feito o que estava em suas mão para o concerto dos religiosos, e deixando as coisas em ponto de se poderem conservar, tratou de fazer vela para o Rio, a cuidar e aparelhar-se de mais perto para a sua consagração.(PIMENTA apud AZZI. 2001 p.120)

Percebe-se que os padres lazaristas não foram meros coadjuvantes no processo de reforma da Igreja Católica, foram bem mais que meros instrumentos. A Igreja Católica ao levar a cabo sua reforma administrativa incumbiu os Padres da Missão da reforma educacional católica institucional.

Se levarmos em conta que, à época imperial a Igreja estava atrelada ao próprio Estado imperial, a missão reformista da educação do clero também se estenderia ao todo da sociedade. Não haveria, portanto, dissociação entre as ações da Igreja e as do Estado. Muito menos entre a reforma espiritual e moral do clero e da sociedade. Seriam condicionantes e dependentes umas das outras. Não à toa o editorial do Jornal A Folha Nova, de 31 de julho de 1883, citado por Azzi (1992), comentava o Artigo 5º da Constituição Imperial

A nossa constituição política, outorgada em nome da Santíssima Trindade, tendo marcado no seu artigo 5º que a religião católica, apostólica, romana será a religião do Império e que as outras religiões gozarão apenas de tolerância no seu culto doméstico ou particular, com a condição que as casas para isso destinadas não tenham forma alguma exterior de templo: não há nada de singular em ver o governo favorecer a missão da onda negra que, expulsa de diversos países da Europa, vem aportar às nossas plagas. Desde que há entre nós uma religião do Estado, e de que esta é a católica romana, é claro que o Estado tem a obrigação de nos impor, para educar constitucionalmente a mocidade, os mestres que obedecem ao Vaticano, e cujas doutrinas de ensino são conformes ao

Syllabus.(AZZI,1992,pp.87-88)

Vejam os que, pelo recorte acima, ao se justificar a ação obrigatória do Estado em impor os mestres obedientes como requisito constitucional para educar a mocidade, existe a defesa explícita do referido modelo educacional tradicional. Se a Igreja Católica tinha essa intenção clara, o poder civil, da mesma forma, investiu nessa empreitada.

A província do Ceará recebeu os padres lazaristas por intermédio do primeiro bispo D. Luiz Antônio dos Santos que lhes confiou a administração do seminário diocesano bem como a exclusividade do corpo docente da referida casa de formação católica.

Não à toa foi feita essa delegação dado que o referido prelado fora formado no espírito tridentino da reforma católica, que então se processava, e fora um dos principais discípulos de D. Ferreira Viçoso.

### **3.4 O Bispo D. Luís Como a Primeira Influência dos Lazaristas no Ceará**

Ao que consta na história da Congregação da Missão no Brasil, a vida de Luís Antônio dos Santos situa-se em estreita relação com a referida Ordem a partir do momento em que o então futuro bispo do Ceará e Conde de Monte Pascoal, e também futuro Arcebispo da Bahia, Primaz do Brasil, nascido no Rio de Janeiro, na Cidade de Angra dos Reis, aos quinze anos se fez aluno da Casa Pia da Santíssima Trindade da Ilha Grande, do Seminário de Jacuecanga, onde o padre lazarista Antônio Ferreira Viços servia como diretor e professor.

O referido estabelecimento de ensino destinado a jovens pobres, fundado pelo Irmão Joaquim do Livramento, o mesmo que havia solicitado, por intervenção de D. Pedro I, a colaboração dos padres lazaristas para a reforma do referido seminário, conforme visto

na seção anterior, servira como ponto de encontro entre o futuro bispo de Mariana e o futuro bispo da Província do Ceará, então candidato ao sacerdócio Luís Antônio dos Santos. Segundo Câmara (1981), a partir desse momento, o padre Ferreira Viçoso tornou-se o “guia espiritual e o responsável pela vocação eclesiástica do nosso futuro primeiro bispo.”

Segundo consta no Álbum Histórico do Seminário Episcopal do Ceará, D. Luís Antônio, que era filho do Sr. Salvador dos Santos Reis e de D. Maria Antônia dos Santos Reis, dali por diante ligava-se mais e mais ao padre Viçoso e aos padres Lazaristas.

É sabido que, após o encontro mencionado acima, (ÁLBUM, p.2) “não mais largou o Pe. Viçoso ao jovem Luiz...” dado que encontrara nele a figura do aluno vocacionado às funções sacerdotais de acordo com as novas exigências da Igreja romanizada.

Após o padre Ferreira Viçoso ter sido designado para a direção do Seminário do Caraça, em Minas Gerais, levou consigo o jovem Luís Antônio, (ÁLBUM, p.2) “desejoso de ser um padre perfeito, e já se mostrando tal pela inocência de sua vida e gravidade de seus costumes”.

No Seminário do Caraça, o jovem Luís Antônio, sentindo-se atraído por uma vida eclesiástica mais austera, a exemplo da que era a vida sacerdotal dos padres lazaristas, decidira entrar para o noviciado da Congregação da Missão, possivelmente na pretensão de seguir os passos de seu mestre. Segundo o referenciado Álbum, “como, porém lhe sobreviesse uma grave molestia, foi forçado a sahir do Noviciado e do clima frio da serra, em busca de clima mais favorável à sua saúde. Não logrou a enfermidade desviá-lo de seu propósito de consagrar-se a Deus”.

Vejamos que o propósito de Luís Antônio dos Santos era tornar-se membro da Congregação da Missão, ser padre lazarista, porém, um problema de saúde o desviara dos propósitos iniciais, mas não do propósito de sagrar-se padre, pois, (ÁLBUM, p.2) “... curado que foi dos achaques da doença, voltou ao Caraça, onde prosseguiu até o termo os estudos teológicos, não mais como Lazarista, mas como clérigo diocesano”.

Apesar desse contratempo, há que ser levado em conta que sua formação se deu em moldes de padre congregado e possivelmente sua mentalidade já teria sido formatada nos padrões vicentinos, pois, segundo Castelo (1964), “os seus contatos com o Colégio de Caraça, exemplo de disciplina e de orientação firmes, criado pelos Lazaristas desde 1820, influenciaram de modo edificante o seu apostolado. E as ideias de Vicente de Paulo, o Santo, teriam na sua pessoa discípulo de grande mérito.”

Das mãos do sábio D. Manoel do Monte Rodrigues de Araújo, Conde de Irajá, Bispo do Rio de Janeiro, recebeu o presbyterato na Capella do Paço Episcopal da Conceição a 21 de Setembro de 1841. Pouco depois, na 1ª Dominga de Outubro, solenidade de Nª Sª do Rosario celebrou a 1ª Missa.(ALBUM,p.2)

Após a sua ordenação, conforme o recorte acima retornou ao Caraça para o exercício do magistério e para colaborar com seu mestre nas missões pelas paróquias de Minas Gerais. Atesta-se, aqui, o quanto de influência o padre Ferreira Viçoso exercera sobre seu discípulo. A inclinação para o magistério possivelmente tenha sido por conta de sua convivência com os padres lazaristas do Seminário do Caraça.

Quando ocorreu a vacância da Mitra de Mariana e o padre Ferreira Viçoso fora nomeado bispo diocesano, uma de suas primeiras providências foi nomear o padre Luís Antônio como reitor do Seminário de Mariana e exclusivo professor de Moral. Pouco depois, nomeia-o cônego de sua catedral.

Nesse tempo aprouve a Deus eleger à integridade do sacerdócio para a sede de Mariana o Pe. Antônio Ferreira Viçoso. Não quis porém separar-se de seu discípulo amado, antes de preferenciaio chamou para a sede do Bispado, confiou-lhe a direção de seu Seminario, fel-o professor de Moral e seguidamente Conego de sua Cathedral.(ALBUM, p.2)

Nas funções de cônego da Catedral de Mariana o padre Luís Antônio dos Santos fora designado para aprimoramento de sua formação no Colégio Pio Latino de Roma onde obteve o doutoramento em Direito Canônico. De acordo com Câmara (1981,p.4),

“concluído os estudos, o Cônego Luís Antônio dos Santos retornou a Mariana, permanecendo ali como um dos mais eficientes colaboradores de Dom Antônio Viçoso”, recebendo, em seguida, a nomeação episcopal.

Laureado que foi em Canones, voltou a ocupar o seu antigo posto, continuando a ser um dos mais activos cooperadores do zeloso e sábio D. Viçoso. Foi nesse posto que o veio encontrar o Decreto Imperial de 31 de Janeiro de 1859, nomeando-o Bispo do Ceará. (ALBUM, p.2)

Aos 14 de abril de 1861, um ano após a confirmação de Pio IX no Consistório de 28 de setembro, recebeu o Cônego Luís Antônio dos Santos a sagração episcopal das mãos de seu venerando mestre, D. Antônio Ferreira Viçoso.

Tal feito certamente não consistiu em coincidência, houve possivelmente a intenção da formação e elevação de promissores quadros dentro da Igreja Católica, como era o caso do cônego Luís Antônio dos Santos, futuro bispo do Ceará, do padre Pedro Maria de Lacerda, futuro bispo do Rio de Janeiro e do padre João Antônio dos Santos, futuro bispo de Diamantina, ambos formados pelas mãos dos lazaristas e que foram os primeiros brasileiros a receber a formação doutoral em Roma.

Nesse conjunto de possíveis intenções, ao assumir o bispado cearense, conservou o bispo D. Luís toda a fidelidade a seu antigo mestre e a seus professores do Caraça. Suas ações demonstram e reforçam tal assertiva. Não à toa, ao abrir o Seminário Episcopal do Ceará concentrou todos os esforços para trazer os padres lazaristas para assumir o magistério da referida casa de educação.

Aliás, deve-se ressaltar, numa tentativa de ilustração dessa estreita relação de confiança com os membros da Congregação da Missão Vicentina que, mesmo após sua nomeação ao arcebispado baiano, fez a convocação aos padres da referida Ordem para reassumirem, em Salvador, a direção de seu seminário, dado que após a morte de D. Romualdo Seixas haviam deixado a direção do seminário baiano.

Em carta datada de 24 de novembro de 1824, padre Chevalier, da Congregação da

Missão, primeiro reitor do Seminário da Prainha, confirma a plena confiança de D. Luís Antônio dos Santos em seus coirmãos ao afirmar que “o Senhor Bispo nos manifestou e continua a manifestar a mais tenra confiança. Deixa-nos extremamente à vontade na direção de seu seminário, e deseja o que desejamos. Não é apenas o seminário maior que nos confia, mas, da mesma forma, o maior e o menor...”<sup>30</sup>

Em trecho de outra carta datada de 12 de abril de 1865, padre Chevalier expressa clara sintonia de pensamento com o bispo cearense ao refutar conselho do superior dos lazaristas em empregar na docência do Seminário padres diocesanos. O mesmo desejo era manifestado por D. Luís que, resignadamente aguardou a vinda dos padres vicentinos até tê-los em número suficiente para assumir a docência de seu seminário.

Vós me aconselhais a procurar alguns padres locais: não os há e, mesmo na possibilidade de haver, eu não os aceitaria dado que eles não tem nenhuma ideia do que seja um seminário e, de parte a parte, é coisa bastante difícil, para não dizer impossível, submeter a uma vida regulada a quem jamais se submeteu a uma regra.<sup>31</sup>

Segundo o supracitado Álbum Episcopal, buscou o referido bispo criar um seminário nos moldes do Seminário de Mariana, criado por D. Viçoso e onde fora reitor e professor. Como não poderia ser diferente, “discípulo dos Lazaristas desde a meninice, foi para os filhos de S. Vicente de Paulo que o 1º Bispo do Ceará lançára seus olhos...” como os eleitos para formar o clero cearense.

Começaram então as instancias junto aos Superiores da Congregação da Missão. Repetidas cartas enviava D. Luiz ao Visitador, Pe. Pedro Benit, no Rio de Janeiro, e ao Superior Geral, Pe. João Baptista Etienne, em Paris, solicitando e insistindo que viessem os Lazaristas. Dois annos decorreram nessa expectativa penosa para o zeloso Prelado, que anciava por abrir o Seminário. Um dia porém chegou a carta do Pe. Benit, transmitindo o contracto celebrado entre o Bispo do Ceará e o Superior Geral dos Padres da Missão, e annunciando a próxima partida dos primeiros Lazaristas, destinados a dirigir o Seminário do Ceará. (ALBUM, p.4)

---

<sup>30</sup> Lettre de M. Chevalier à M. Étienne, 1864 Supérieur general. (Tradução Nossa) Annales de la Congregation de la Mission.

<sup>31</sup> Lettre de M. Chevalier à M. Étienne, 1865 Supérieur general. (Tradução Nossa) Annales de la Congregation de la Mission.

Desta forma, D. Luís Antônio dos Santos contribuiu na promoção de significativas mudanças na educação da Província cearense, pois, abrindo o Seminário Episcopal em Fortaleza, disseminou um modelo de educação austero e de caráter humanista.

Ao mesmo tempo abria o Colégio da Imaculada Conceição, em Fortaleza, entregue às Irmãs da Caridade, filhas também de Vicente de Paulo.

O mesmo impulso generoso que obrigava S. Excia. A chamar os Lazaristas, constrangia-o a apressar a vinda das Filhas de S. Vicente de Paulo, pois reservava-lhes outro ramo de obras igualmente importantes para o desenvolvimento da religião no Ceará; a formação de boas mães de família e o amparo das orphans. Tão unido esteve ao Seminário o Collegio das Irmãs da Caridade por ser regido por esta outra família do Fundador dos Lazaristas e pelo mutuo amor do Sr. Bispo, que devemos ocupar-nos também da fundação deste novo centro de educação. As duas fundações seguiram de perto uma a outra e completaram o intento do preclaro Prelado, que quis cercar-se destes dois Institutos: o Seminário, dando Padres à Diocese; e o Collegio, formando moças piedosas, para depois constituírem famílias christãs. (ALBUM, p.24)

No ano de 1874 D. Luís Antônio abriu ainda um seminário menor na cidade do Crato, o Seminário São José, ligado ao de Fortaleza, pois segundo suas palavras, transcritas no Álbum Episcopal (p.48) advertia ele “que este Seminário do Crato não constitue nova fundação, sendo apenas um suplementar ao Seminário Episcopal da Capital...” e, da mesma forma, fora confiado aos padres lazaristas.

A Congregação da Missão, a rogos de tão apostólico Pastor, não se pôde negar ao compromisso de tomar a direção do Collegio nascente por bem que a obra fosse inçada de dificuldades. O Pe. Lourenço Enrile que tanta estima grangeára em Fortaleza como professor de moral e de filosofia, tinha sido nomeado Superior. Pouco depois foram mandados para seu lado dois optimos coirmãos os Padres Antonio Richoux e Brayde. (ALBUM, p.49)

Segundo o padre Enrile, lazarista que assumira a direção do Seminário do Crato,

em carta datada de 28 de março de 1876<sup>32</sup>, a intervenção de D. Luís se dera porque desde muito tempo os habitantes da cidade tinham o desejo de terem uma instituição de ensino semelhante e já a haviam requisitado ao Bispo no intuito de favorecer uma enorme demanda por vocações sacerdotais dos jovens que nem sempre dispunham de recursos suficientes para se dirigirem ao seminário da capital.

“...tudo leva a crer que a Providência, tendo chamado os filhos de São Vicente a assumir a direção desta nova casa, quer por este meio prover a saúde de um grande número de almas, seja contribuindo para a formação de bons padres, seja dando uma educação cristã aos filhos das principais famílias desta região, seja ainda evangelizando tantas pobres almas abandonadas.”<sup>33</sup>

Em recente reportagem do Diário do Nordeste de janeiro de 2010 sobre a preservação da memória do Seminário São José do Crato, de acordo com depoimentos colhidos por ex-seminaristas e representantes da sociedade cratense, atesta-se ter sido o referido e secular instituto “uma modelar escola eclesiástica... que durante 100 anos, atraiu, com sua luminosidade, jovens não só do Ceará, mas de todos os Estados vizinhos. Foi o primeiro estabelecimento de ensino religioso e superior do interior do Nordeste, embrião da Universidade Regional do Cariri (Urca).”<sup>34</sup>

D. Luís Antônio dos Santos, portanto, em claras intenções procurou sempre a disseminação da educação que recebera e da qual sabia a eficácia na disciplinarização do clero, de uma maneira bem particular e, de uma maneira geral, da sociedade.

---

<sup>32</sup> Lettre de M. Enrile, Supérieur du Seminaire de Crato, à M. Boré, Superieur General. (Tradução Nossa) In: Annales de la Congregation de la Mission.

<sup>33</sup> Idem, Ibid.

<sup>34</sup> ENCONTRÃO NO CARIRI: Para preservar o Seminário. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=716970> Acesso em: 9/1/2010

### 3.5. Os Primeiros Padres Lazaristas no Ceará e O Corpo Docente Lazarista do Seminário Episcopal do Ceará

Ao fundar o seminário de sua diocese com o intuito de oferecer uma educação sintonizada com a romanização, o bispo D. Luís Antônio dos Santos solicitou, junto aos superiores da Congregação da Missão, os padres lazaristas para assumirem a exclusiva tarefa de formar o clero cearense.

Segundo consta no Álbum Episcopal, diversas cartas foram enviadas ao padre Visitador, padre Pedro Benit, no Rio de Janeiro, e ao Superior Geral, padre Jean Baptiste Etienne, em Paris, insistindo para que fossem enviados, ao Ceará, os Lazaristas. Ao mesmo tempo, solicitava o bispo a vinda das filhas de São Vicente, as Irmãs de Caridade, responsáveis pela educação das moças.

(...) Dois anos decorreram nessa expectativa penosa para o zeloso Prelado, que ansiava por abrir o Seminário. Um dia porém chegou a carta do Pe. Benit, transmitindo o contracto celebrado entre o Bispo do Ceará e o Superior Geral dos Padres da Missão, e anunciando a próxima partida dos primeiros Lazaristas, destinados a dirigir o Seminário do Ceará. (ALBUM,p.4)

Dentre os designados para assumir a nova missão na província do Ceará estavam o padre Pierre Auguste Chevalier, natural da cidade francesa de Saint-Riquier, pertencente à diocese de Amiens, e o padre Lourenço Vicente Enrile, natural de Finalborgo, da diocese de Savona, na Itália.

Segundo o supracitado Álbum Histórico do Seminário (p.22), “ambos, logo depois de ordenados em Paris, tinham recebido ordem de virem para o Brasil e foram colocados no Seminário Archiepiscopal da Bahia, onde deixaram imperecível memória.” O padre Chevalier permaneceu em solo baiano de 1857 a 1864, quando, então, junto com o padre Enrile<sup>35</sup>, foi designado para o Seminário de Fortaleza. Este último encontrava-se no

---

<sup>35</sup> “Já conhecemos o prestimoso e incansável primeiro companheiro do Padre Chevalier, mais tarde fundador do Seminário do Crato. Nascêra o Padre Lourenço Vicente Enrile em Finalborgo, diocese de Savona, na

seminário baiano como professor desde 1858.

Em carta de 24 de novembro de 1864 ao Superior de Paris padre Etienne, é o padre Chevalier quem comenta as circunstâncias de sua nomeação para assumir o Seminário Episcopal de Fortaleza, juntamente com o coirmão padre Enrile.

Na carta que tive a honra de vos escrever da Bahia no início de outubro, eu vos agradecia de ter pensado em mim para dar início à nova missão do Ceará: manifestei-vos o desejo de ir o quanto antes dar início à obra a qual o bom Deus me chamou, apesar de minha indignidade. O Senhor Visitador satisfez esse desejo em uma carta datada do dia 21 de outubro, na qual me comunicava, assim como ao Senhor Enrile, então na Bahia, de seguir ao Ceará no primeiro vapor brasileiro, o que fizemos. Aos 12 de novembro, deixamos a Bahia e, após uma feliz travessia, chegamos a Fortaleza na sexta feira dia 18.<sup>36</sup>

Portanto, aos 18 de novembro aportavam ao Ceará os dois primeiros padres lazaristas com a incumbência de estar à frente da educação dos padres cearenses. O bispo, D. Luis Antônio, segundo consta em carta supracitada, com grande ansiedade aguardava os referidos padres da missão que, conforme contrato celebrado com a Congregação deveria ser em número de quatro mais as Irmãs da Caridade.<sup>37</sup> Porém, para o momento, somente os dois anteriormente referidos haviam chegado, causando certo desapontamento ao prelado.

Dizer-vos, Senhor e honorabilíssimo Pai, a alegria que nossa chegada provocou no Senhor Bispo não será coisa fácil: desde muito ele aguardava os missionários! Entretanto, essa alegria aos poucos foi mitigada ao ver que éramos apenas dois e, sobretudo porque as Filhas da Caridade não puderam vir ainda para dar início às

---

Itália, aos 28 de Fevereiro de 1833. Ordenado padre em Paris na Casa Mãe dos Lazaristas, veio logo depois, em 1858 para o Brasil, sendo colocado como professor no Seminário da Bahia.

Vindo para o Ceará com o Padre Chevalier, durante dezannos o Padre Enrile foi o braço direito de seu confrade. Enquanto o Superior lidava com o numeroso pessoal que construía o Seminário, era seu companheiro quem velava pela disciplina e aperfeiçoamento espiritual dos moços.(...)

Obrigado a procurar clima mais propicio à sua saúde foi para o Crato a 31 de Maio de 1874, onde reservou-lhe Deus a bela corôa de fundador do Seminário dessa cidade. Não logrou clima do Cariry rebater o mal de que sofria o pranteado Padre Enrile e a 13 de Novembro de 1876 rendeu sua bela alma a Deus.” **Id. Ibid.** p.

68

<sup>36</sup> **Lettre de M. Chevalier à M. Étienne, 1864 Supérieur general. Annales de la Congregation de la Mission.(Tradução Nossa)**

<sup>37</sup> Somente aos 24 de julho de 1865 chegariam os padres João Batista Ribeiro, natural de Lisboa, e Beltrão Maria Prat natural de Palmiers na França como auxiliares de Padre Chevalier nas lides docentes no Seminário da Prainha.

atividades da casa de educação que ele quer lhes confiar. Tomamos a tarefa de tranquilizá-lo e fazê-lo esperançoso de que em breve seus desejos serão satisfeitos.<sup>38</sup>

Conforme consta no Álbum Episcopal já referenciado acima, no mesmo dia em que chegaram sob festiva recepção, em que membros destacados da sociedade faziam parte da comitiva junto ao Bispo, como era o caso do Barão de Aratanha, ao padre Chevalier fora entregue a direção do Seminário da Prainha e, ao padre Enrile, auxiliar de padre Chevalier, a disciplina de Moral.

Desta feita, tratou logo o novo diretor em traçar as diretrizes dos cursos que seriam ministrados, conforme Orientação de Paris, baseadas no *Directorium Seminariorum*, código de preceitos, avisos e praxes que deveriam adotar os seminários dirigidos pelos Lazaristas.

O Diretório dos Seminários fora amplamente utilizado pelos padres da Congregação da Missão. Desta forma, padre Chevalier, com toda observância que devia, traçou o regulamento da casa de instrução e formação católicas em apreço, com a rigidez que fundamentava toda a dinâmica da vida em um seminário, com uma rotina, em dias normais, que iniciava às cinco da manhã e findava às vinte e uma horas e quinze minutos. Tal rotina era composta regularmente por orações, missa, estudos, confissões semanais, retiros e exames.

De acordo com o Álbum Episcopal, nos primeiros cinquenta anos de existência do Seminário, as regras estabelecidas por padre Chevalier permaneceram sem que fossem alteradas, funcionando como um procedimento eficaz na formação de um clero moralizado, ilustrado e ultramontano.

De certa forma tal regularidade está estreitamente relacionada com o fato do seminário ser dirigido por uma congregação. Notadamente uma congregação que havia abraçado incondicionalmente a causa ultramontana, como era o caso da Companhia dos Filhos de São Vicente de Paulo. Além do mais, deve-se ressaltar que no Ceará encontraram ainda uma situação mais favorável do que em qualquer outra diocese, conforme relato do

---

<sup>38</sup> **Lettre de M. Chevalier à M. Étienne, 1864 Supérieur general. Annales de la Congregation de la Mission.(Tradução Nossa)**

próprio padre Chevalier, na carta citada de 24 de novembro de 1864.

(...) Mais venturoso que o da Bahia, não temos o que rechar aqui nem a ambição dos outros padres, aliás, harmoniosos, nem a intriga dos antigos professores. O seminário se forma neste momento. Da mesma forma, refletindo sobre o futuro que se vislumbra para a Companhia nesta vasta diocese e julgando pelo bem pelo qual fora chamada, lamento que a mãos ainda inábeis como as minhas tenha sido confiada uma obra importantíssima.

(...)os seminários do Ceará foram confiados à Congregação da Missão em circunstâncias talvez mais favoráveis do em que qualquer outro lugar, em uma diocese nova onde são desconhecidos tais estabelecimentos, em uma região onde as boas famílias tem a honra de ter por padre um de seus filhos.<sup>39</sup>

Dadas essas circunstâncias, os padres lazaristas estiveram à frente da direção e docência do Seminário Episcopal do Ceará por quase um século, entregando a direção aos padres diocesanos em 1963. Até então, todos os reitores foram membros da Congregação da Missão. A maioria do corpo docente era sempre composta pelos padres da Congregação da Missão.

Segundo Castelo, em levantamento acerca dos reitores desta instituição de ensino religioso nesse período referido, após Padre Chevalier (1864-1891), sucederam-lhe no reitorado do seminário o Padre Júlio Simon (1891-1909); Padre Vicente Perroneille (1909-1914); Padre Guilherme Vaessen (1914-1927); Padre Tobias Dequit (1927-1933); Padre Manuel dos Santos Ferreira (1933-1941); Padre Josefino Cabral (1941-1949); Padre Luís de Gonzaga Negreiros (1950-1954); Padre Dermival José Mont'Alvão(1954-1957); Padre Belchior Joaquim da Silva Neto (1957-1960); Padre Vicente Joaquim Zico (1960-1963); Padre Sebastião Agatão Dias (1963). A partir de 1964 a direção do seminário foi entregue aos padres diocesanos.

De acordo com a temporalidade traçada em nossa proposta de trabalho, nosso interesse abrange o período dos três primeiros reitorados porque corresponde à fase propriamente francesa da Congregação da Missão no Brasil.

---

<sup>39</sup> **Lettre de M. Chevalier à M. Étienne, 1864 Supérieur general. Annales de la Congregation de la Mission.(Tradução Nossa)**

### 3.5.1 - Docentes Lazaristas Sob o Reitorado do Padre Pierre Auguste Chevalier

Conforme já mencionado, foi o Padre Pierre Auguste Chevalier o primeiro reitor do Seminário Episcopal do Ceará. Seu reitorado durou algo em torno de 17 anos. Desde sua chegada ao seminário voltou todos os esforços para seu aperfeiçoamento, desde o término das obras da estrutura física do edifício até a elaboração do regulamento e do currículo escolar. Dentre estas obras realizadas também inclui-se a biblioteca do Seminário da Prainha.

Junto ao Bispo foi responsável pela vinda de outros seus coirmãos lazaristas, bem como das Irmãs de Caridade. Sendo assim, passou a ser o responsável espiritual do Colégio das Irmãs. De acordo com os Apontamentos Biográficos do Padre Chevalier (1903), o Seminário da Prainha e o Colégio da Imaculada Conceição constituíram-se no “vasto campo de operação do Padre Chevalier.”

Do período em que esteve à frente do referido seminário, consta no Álbum Episcopal que foram os seguintes os padres lazaristas componentes do corpo docente: Padre João Batista Ribeiro, português, natural de Lisboa. Por dois anos lecionou História Eclesiástica no Seminário Maior e Retórica e História do Brasil aos preparatoristas no Seminário Menor; Padre Beltrão Maria Prat, professor de Direito Canônico, Hermenêutica, Cantochão e Cerimônias. Segundo o referido Álbum, por ter habilidade em música, formara uma orquestra; Em 1867 viera da Bahia, de onde era natural, o Padre Claudio José Gonçalves Ponce de Leão. Por oito anos dedicou-se à docência do Seminário, tendo sido prefeito de disciplina. Ensinou as matérias do quarto e quinto anos. Retirou-se para o Seminário do Rio Comprido em 1875, onde o Imperador o nomeou bispo de Goiás; No mesmo ano de 1867 chegara ao Seminário de Fortaleza o Padre Trucco Bartolomeu, onde permaneceu até 1869; Este fora substituído, no mesmo ano, por Padre José de Maria, natural de Santa Croce, na Itália. Segundo o Álbum Episcopal “por três vezes abordara às plagas cearenses, tendo passado a 1ª vez nove annos e da última cinco. Bem preparado e estudioso, em todo o tempo que aqui esteve foi professor no Seminário Maior...” Ensinou Dogma, Moral e Eloquência; “No cemeterio de Fortaleza repousa o Padre Michel Pazienza, natural de Bitonto, na Itália. Segundo consta no Álbum, faleceu, em 1873, vítima

de febre tifoide, apenas dois anos após ter chegado a Fortaleza. Era professor de Filosofia; Em 1873 chegava ao Seminário cearense o Padre Godofredo Heck. Versado em várias ciências, lecionou Dogma, Moral, Hermenêutica e Escritura Sagrada. De acordo com o mesmo e citado Álbum(p.71), “gozava de da estima não só de seus alunos como de muitos homens de letras da cidade”.<sup>40</sup>; Padre Emmanuel Ladislau Baptista Vieira, natural de Saboeiro e constando como o primeiro cearense a entrar para a Congregação da Missão, ensinou no Seminário da Prainha por um curto período de um ano; Padre Achille de Paolo, natural de Atina, na Itália que pelo período de 30 de outubro de 1876 a 10 de dezembro de 1881 ensinou a Filosofia, a Física, o Latim e as demais matérias do quinto ano; Também fez parte do corpo docente do Seminário da Prainha o naturalista Padre Arcadio Dorme, natural de Fontaine-Denis (Marne), na França. Segundo dados da fonte acima referenciada, após breve passagem pelo Ceará, fora colocado no Seminário do Caraça e ali pode se entregar aos estudos de História Natural<sup>41</sup>, tendo sido responsável pela classificação científica de mais de 200 espécies de insetos, sendo tal trabalho reconhecido e aceito pela Academia de História Natural de Paris. Da mesma forma, muitas plantas desconhecidas do mundo científico foram descobertas e classificadas por ele; Padre Luiz Dinet, natural de Angoulême, na França, foi professor do seminário cearense de 21 de outubro de 1881 a 1º de janeiro de 1891, ensinando no curso Teológico a disciplina de História Eclesiástica e, no curso de preparatórios História Universal e mais algumas disciplinas do terceiro ano; Padre Aphonso Maria Ferrigno, natural de Nápolis, Itália, filósofo, também esteve de 1882 a 1888 compondo o corpo docente do seminário cearense. Nesse período ensinara Dogma no seminário maior e filosofia no seminário menor. A partir de 1888 fora encaminhado à Bahia e depois ao Seminário de Mariana. Em 1892 retorna à Bahia como Superior do Seminário Arquiepiscopal; Padre Aphonso Maria Castaldo, natural de Nápoles, iniciou sua vida laboriosa no Seminário da prainha, chegando em 31 de outubro de 1883, onde lecionou as matérias do quinto ano; Em março de 1882 o Seminário recebeu dois Irmão Coadjuutores da Congregação da Missão, Padre Antônio Pedro de Moura, natural de Villa Flores, e o Padre Manuel Duarte Mendes, natural de Vilha de Cavilhau, ambos portugueses. A função desses era dirigir e zelar pelo material do referido instituto religioso;

---

<sup>40</sup> Tal dado pode ser de extrema importância para testemunhar certa influência dos intelectuais padres professores da Prainha na vida da cidade.

<sup>41</sup> Este é outro dado interessante porque estamos falando de tradicionalidade, de religião, no entanto, um extraordinário exemplo de um padre versado em ciência natural, comprovando, de certa forma, que não havia um alheamento da Igreja às coisas do mundo.

Ainda consta na lista daqueles lazaristas que auxiliaram o Primeiro Reitor do Seminário de Fortaleza, os padres Henrique Rigal e Alberto Angelo Bruno. O primeiro, de Albi?, chegou ao seminário em 1887 dedicando-se com ardor a seu cargo de professor. O segundo, o Padre Bruno, natural de Turim, veio para o Ceará em dezembro de 1889. Por dois anos lecionou Filosofia e Física, depois foi enviado ao Seminário da Bahia, onde exerceu, por alguns anos, o cargo de Superior.

### 3.5.2 Docentes Lazaristas Sob o Reitorado do Padre Júlio Simon

Tendo o Seminário Episcopal do Ceará e seus professores, os padres lazaristas, a incumbência de disciplinar o clero cearense e, mesmo sob a rigidez das regras traçadas em moldes europeus pelo primeiro reitor, não significa dizer que tudo tenha transcorrido conforme a linha tracejada.

Sabe-se que a substituição do reitor padre Chevalier foi forçada devido aos ânimos inflamados de alunos descontentes com as exigências e a rigidez impostas. Segundo o já citado *Álbum Episcopal* (p.57), cujo autor recusa-se a “pintar os pormenores d’essa irregularidade tramada por alguns espíritos exaltados”, o fato, que ocorreu no dia 13 de maio de 1890, e que exigiu a intervenção do bispo D. Joaquim José Vieira, “foi uma das causas (...) que o levou a pedir a sua demissão”.

Portanto, ainda de acordo com o *Álbum*, a respeito da atitude de Padre Chevalier diante do mencionado incidente, “culpando-se a si próprio pediu a sua demissão, e no dia 21 de janeiro de 1891, o Visitador da Província, Pe. Sipolis, vinha dar posse ao novo Reitor” que tratava-se de Padre Júlio Simon.

Pedira o Snr. Bispo D. Joaquim José Vieira ao Pe. Visitador Bartholomeu Sipolis um homem capaz de levar avante a obra também encaminhada do Seminário de Fortaleza; o Pe. Visitador respondeu afirmativamente prometendo ‘um homem’. De sorte que no Ceará já se esperava com anciãs esse homem digno e capaz de substituir ao bom Pe. Chevalier. Quando chegou o Pe. Julio Simon, seu renome

estavafeito, e foi recebido entre as sympathias geraes do Snr. Bispo, do Clero e dos Seminaristas. Sympathias que foram sempre em aumento e cercaram o novo Reitor de uma como aureola, que lhe facilitou a gestão de seu elevado múnus. (ALBUM, p. 113)

O Padre Júlio Simon era originário da cidade de Moulons, na França. Entrara para o noviciado da Congregação de São Vicente de Paulo, em Paris, em 4 de Setembro de 1879. Após a conclusão do curso teológico e a consequente ordenação, recebeu a incumbência de vir ao Brasil para lecionar no Seminário do Caraça.

Veio a faltar professor de filosofia no Semináriode Marianna, e o Visitador viu no jovem Pe. Simon o lente abalisado, próprio para ir ocupar esta cadeira naquele velho e importante Seminário. Três annos mais tarde abria-se no Caraça um Seminário menor, com o nome de “Escola Apostolica” e carecia-se de um padre que soubesse lançar os primeiros alicerces Moraes dessa tão útil quão delicada Instituição, e o futuro Reitor do Ceará foi o escolhido para Diretor desse nascente e futuroso grêmio de levitas. (ALBUM, p.116)

Foi nos afazeres educacional e administrativo do Seminário menor do Caraça que o Padre Júlio Simon recebeu a missão dirigir o Seminário de Fortaleza, chegando, portanto, nesta cidade aos 21 de Janeiro de 1891 junto ao Padre Visitador que o daria posse como reitor.

(...) Esperava-se um homem superior e extraordinário como o renome o havia pintado; a curiosidade incutia em todos o desejo fortíssimo de ver esse homem, tão encomiado que acabava de chegar.

E a sensação geral foi agradabilíssima, acima de toda expectativa. A lhaneza de trato, a fineza de espírito, a bela presença physica do recém-chegado, suas maneiras graves mas atenciosas e captivantes despertavam em cada um, que levinha falar, a mais intima satisfação.

S. Excia. o Snr. Bispo Diocesano ao abraçal-o sentiu o regozijo de ver o seu grande auxiliar na formação do clero. O que o 1º Reitor tinha sido para o 1º Bispo desta amada Diocese, o 2º Reitor vinha ser para o 2º Bispo, isto é, o amigo íntegro de cada momento, o conselheiro providente, o inteligente colaborador nas grandes obras. (ALBUM p. 118)

No dia 29 de janeiro do mesmo ano, durante os festejos de São João Chrysostomo Padre Júlio Simon foi investido no cargo de reitor. De acordo com o autor do

supramencionado *Álbum Episcopal* (p.118), “grandes são as vantagens que dão preferencia às Congregações religiosas sobre as corporações civis ou quaisquer. Dentre estas vantagens há uma de verdadeiro realce: é a uniformidade de espírito. Mudam-se os religiosos sem prejuízo ou mudança do bom andamento da casa.” Com a posse do novo reitor todo o corpo docente do Seminário foi substituído por novos lazaristas. De imediato foram designados como coadjutores de Padre Júlio Simon, os padres lazaristas Manuel Maria de Albuquerque Mello Mattos, Leopoldo Roux e João Marques de Oliveira.

Em relação à rotina e às regras do seminário, à exceção do horário de atividades, que se tornou mais flexível, nada foi alterado. Segundo o já exaustivamente referenciado *Álbum* (p. 118) “... continuou o Seminário a ser governado pela mesma disciplina e regulamento, sem quebra de uma tradição, de uma regra, de um costume. Nada foi inovado.”

Salta aos olhos que as horas das refeições eram por demais dilatadas, sendo o almoço às 7h. ½ o jantar às 12h ½ e a ceia às 8h.; poz fim a este inconveniente o hábil Reitor e estabeleceu as seguintes horas: café às 7h 10, almoço às 9h ½ , merenda às 12h ½ e jantar às 3h ½ . À noite, antes da oração final há o cha, às 8h.

As aulas de duas horas seguidas, velho costume em vigor em múltiplos Estabelecimentos escolares da Europa são para o Brazil e mormente para o Norte, devido ao solque escalda a atmophesra assaz penosas. Este ponto foi previsto e mudado. D’alli em diante a 1ª e a 3ª aula duram hora e meia e a 2ª aula apenas uma hora, sendo precedidas por um estudo preparatório. (*ÁLBUM* p. 118)

Em relação ao corpo docente composto no reitorado do Padre Júlio Simon, encabeça a lista o próprio reitor, pois, versado em ciências eclesiásticas e humanidades, e contando com a larga experiência docente, de 1891 até 1909, época em que foi transferido para Petrópolis, foi regente das classes de Dogma e História Eclesiástica no Curso Teológico, bem como ensinou Eloquência e as Epístolas de São Paulo.

...São duas aulas assaz difíceis, porque dependem tanto do saber como da arte. Claro está que pouco ou nada pode ensinar de eloquência, quem não é eloquente. Ora, quem na Fortaleza, não ouviu com summo prazer ao Padre Júlio Simon em seus arroubos de oratória? Dizia-se comumente que era ele o 1º pregador daquele tempo. (*ÁLBUM* p. 135)

No período referente ao segundo reitorado foram os seguintes os professores lazaristas que atuaram no Seminário de Fortaleza: Padre João Luís Dumolard, francês, natural de Marseille, substituiu Padre Bruno na Prefeitura de disciplinas do Seminário. Lecionou Filosofia, Línguas Francesa e Inglesa. Foi designado, em 1894 para ser diretor da Escola Apostólica do Seminário do Caraça; Vieram ocupar o posto de Coadjuutores do reitor Padre Júlio Simon os Padres Vicente Perroneille, que ocupou a reitoria em seguida e Alfredo Ottoni de Carvalho. Este último, segundo o Álbum (p.140), mineiro da cidade de Teophilo Ottoni. Iniciado no Caraça entrou no noviciado dos Lazaristas em 10 de setembro de 1888, obtendo o presbiterato em 24 de janeiro de 1894, na Casa-Mãe em Paris. No seminário cearense, de acordo com o Álbum (p.140), padre Ottoni “dava muitas aulas, de preferência as de Portuguez, latim, arithmetica e álgebra, para os preparatoristas, e Liturgia para os Cursistas.”; os padres Pascal Défert e Júlio Bastos estiveram também no Ceará no ano de 1897. O primeiro faleceu por conta de problemas pulmonares no mesmo ano. Quanto ao segundo, que era natural do Icó, após estudos no seminário de Fortaleza, no curso preparatório, seguiu para o noviciado da Congregação da Missão em Petrópolis, em 1892; Padres Henrique Combe, Emílio Diverchy e Gustavo Dehaese, com curta estadia em Fortaleza; Por duas vezes esteve em Fortaleza o Padre Francisco Terlizzi, natural de Bitonto, diocese de Bari, Itália. Em sua primeira vinda à capital cearense permaneceu por seis meses, e, em numa outra, por dois anos. Foi professor de Filosofia; Os seminaristas cearenses conheceram também o Padre João Camilo de Almeida, natural de Diamantina, em Minas Gerais. Vítima de beribéri, mudou-se para o Colégio de Petrópolis; Segundo o citado Álbum (p.144), “há no Brasil dois Missionários irmãos, ambos oriundos da fria Holanda, escolhidos pela Providência de Deus para serem Apostolos do Novo Mundo, os prototypos de seus coirmãos, os Superiores de nossas casas: Padre Guilherme Vaessen e Padre João Vaessen. Ambos recém chegados de França, aqui abordaram em ... 1898.” A respeito desses dois sacerdotes, que no século XX tiveram atuação importante no catolicismo, é digno de nota o que destaca o autor do Álbum. Primeiramente em relação ao Padre Guilherme Vaessen

Dois annos apenas gozamos da estadia do Padre Guilherme conosco, porque seu zelo acendrado queria maior campo de acção, e lá foi ele tangido pela obediência e pelo fogo do apostolado a evangelizar os tórridos sertões bahianos, distribuindo aos pobres sertanejos os inefáveis tesouros da Religião. Percorrida a Bahia, foi Minas-Geraes que lhe destinou a Providência. Como Diretor das Missões do Caraça, Padre Guilherme durante dez annos percorreu a Diocese de Marianna colhendo por toda parte copiosíssimos fructos de salvação.

Bem a contra-gosto foi arrancado de seus intentos de missionar, emquanto lhe durasse a vida, para ser o Superior da Residência e dos trabalhos que occupam os Lazaristas de Recife, em Pernambuco.

Ali se tem extendido a diversos ramos a actividade incansável do grande Missionario, sendo muito considerado pelo Exmo Sr. Arcebispo D. Luiz Britto, que o chama “seu braço direito” e lhe confiou a Assistencia do “Círculo Caholico”.(ALBUM, pp.144-145)

Depois, em relação ao Padre João Vaessen, foi registrado o que segue

Padre João Vaessen representa o anjo da piedade e da paz entre seus coirmãos. Um dia em Paris o Superior Geral mandou chamal-o no noviciado e pediu-lhe um sacrificio heroico: o de vir para o Brasil no dia seguinte, sem despedir-se dos parentes, sem ainda ter feito os votos, sem ter recebido nenhuma das ordenações. Imediatamente curvou a cabeça, comprimiu o coração e disse que sim. Dias depois fazia parte da comitiva que sulcava as ondas do Atlantico. Foi no Ceará que fez seus estudos ecclesiásticos, nas horas que lhe sobravam de suas aulas diárias. Desde a tonsura até o sacerdócio foi ordenado em Fortaleza por D. Joaquim José Vieira, em 1902. Padre Joãozinho era o emulo dos Seminaristas. Edificavam-se deante deste jovem Lazarista tão disposto a tudo e tão exemplar. Das bocas de muitos Vigarios ouvimos referências a esse tempo, em que o Padre Joãozinho fazia o retiro espiritual com eles com angelical piedade e com aquella naturalidade, que confundia.(ALBUM, pp.144-145)

Também foi digno de registro o Padre Simon Lumesi, natural da cidade de Zumbi, na Albânia, nascido em 1850.

Depois de vários annos de vigário na catholica Albania, o Padre Lumesi conseguiu entrar para a Congregação em Paris em 1892. Mandado para o Brasil foi colocado em Petrópolis, professor dos Theologos Lazaristas, até 1898. Chamado à França e destinado à ilha de Santorin na Grécia, o Padre Lumesi

chorava de saudades do Brasil, até que voltou. Foi então que Deus nol-o deu, porque tinha de fazer entre nós um grande bem. No Ceará o Padre Lumesi, durante 12 annos, dedicou-se com amor de natural da terra; fez-se Cearense de coração. Veio para ensinar a Theologia moral, na qual era formado por seus fortes estudos e grande pratica.

Mais da metade do Clero Cearense passou por suas mãos e recebeu de seus lábios a formação difficil do bom Moralista. Estimadíssimo dos Seminaristas, que lhe devotavam plena confiança, o Padre Lumesi fez maravilhas quer nas aulas quer na formação espiritual dos Theologos e dos Preparatoristas.

Era o conselheiro e o Casuísta do Sr. Bispo D. Joaquim, que em muito o tinha. (...) Foi o successor do Padre Ottoni no ministério da Prainha, captando as sympathias de toda a cidade de Fortaleza. Com a morte do Padre Chevalier coube ao Padre Lumesi a directoria das Filhas de Maria. (ÁLBUM, P146)

Para o período em questão, ainda foram professores do Seminário da prainha: Padre João Kremer, professor de Filosofia e Ciências entre outubro de 1903 e dezembro de 1906; o Padre Antônio Pessoa, natural de Minas Gerais. Chegando ao Ceará em 1904, em 1906 partiu para a Bahia; o Padre Fernando Van Pelt, holandês. Ensinou aqui por um ano e, por motivo de saúde, em 1906, foi transferido para o Caraça; Padre Thiago Palaysi, francês, chegou ao Ceará em 1906. Tinha fama de grande orador, bom filósofo e bem preparado lente; Padre Emmanuel Dupis, natural de Mont de Marsan, na França. “Espírito pensador e transcendente, vivia em estudos elevados sobre as altas questões de teologia, debatidas actualmente”. Faleceu em Fortaleza vítima de meningite.

### **3.5.3 Docentes Lazaristas Sob o Reitorado do Padre Vincent Perroneille**

O Padre Vincent Perroneille, conforme visto na seção anterior, exercia a função docente no Seminário Episcopal do Ceará desde 1892, ano em que aqui chegou, ministrando aulas de latim, francês e ciências. Tornara-se lente do referido seminário antes de sua formação, pois, foi em Fortaleza que concluiu seu curso Teológico, e, por consequência, a ordenação recebeu-a das mãos de D. Joaquim José Vieira, na Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Prainha, em 24 de março de 1894.

Ao jovem sacerdote estava reservada uma longa e brilhante carreira. Já não era só o professorado, que preencheria seus cuidados; desde o anno de 1895 foi nomeado Prefeito de Disciplina, cargo entre todos o mais trabalhoso e delicado em uma casa de educação.

Como Disciplinário o Pe. Perroneille procurou conseguir a pratica dessa regularidade séria, que constitue a base do bom andamento de um Instituto como este. (ÁLBUM, p.176)

Por sete anos o Padre Perroneille esteve à frente do cargo de prefeito de disciplina, cargo equivalente ao de coordenador escolar da atualidade. Após doze anos de trabalho e convivência no Seminário da Prainha, partiu de Fortaleza em 1904 como Superior do Seminário de São Luís, no Maranhão. À frente da diocese estava D. Xisto Albano, filho do Barão de Aratanha.

Motivos tinha portanto o Pe. Visitador de lançar os olhos sobre ele, quando deveu procurar, entre os Padres da Congregação aquelle que seria capaz de ir começar a direção do Seminário do Maranhão. Em 1903, após vários mezes de insistência da parte do Prelado Maranhense, o Pe. Pedro Dehaene, Visitador dos Lazaristas, viu-se constringido a aceitar aquelle Seminario para satisfazer ao Exmo. Snr. D. Antonio Xisto Albano, Bispo daquela Diocese, ao qual a Congregação devia favores na pessoas donunca assaz pranteado Barão de Aratanha. O Pe. Perroneille foi então, em Dezembro de 1903, nomeado Superior do Seminário do Maranhão. (ÁLBUM, p.176)

O recorte acima é exemplo da exigência de mais um bispo reformador, que fora aluno dos padres Lazaristas, notadamente em Lisboa e Paris, em ter seus mestres formadores à frente da educação do clero de sua respectiva diocese. Na verdade era a Igreja Católica, em moldes romanizados, ampliando suas fronteiras através da ação pedagógica dos padres da Missão, pois, segundo consta no Álbum (p.177), “no Maranhão tudo estava por organizar. D. Xisto tinha reunido vários Seminaristas, vindo de estados diversos, mas faltava um corpo docente adequado, pelo que começou o novo Superior a ir assentando as bases da boa disciplina e a transformar o velho convento dos antigos Frades Capuchinhos no actual Seminário de Santo Antonio.” Assim, portanto, os respectivos padres estariam à frente de mais um seminário brasileiro.

Segundo é relatado no Álbum (p.p. 177-178), após cinco anos de árduo trabalho à frente do Seminário do Maranhão, “quando este começava a produzir os rebentos viçosos das vocações sacerdotais”, por ordem do Padre Visitador retornou Padre Perroneille a Fortaleza, em 6 de fevereiro de 1909, para assumir a função de reitor do Seminário de Fortaleza substituindo ao Padre Júlio Simon.

Em relação ao corpo docente lazarista do período correspondente ao reitorado do Padre Perroneille, além dele mesmo que associava às tarefas de reitor as de professor de Moral, Dogma e Eloquência no Curso Teológico, listam-se: o Padre Pedro Zingerlé, natural de Vallerange, na Lorena Alemã. Chegou ao Ceará em 30 de janeiro de 1903. Ensinou variadas matérias no Seminário menor, dentre as quais Latim, Francês e Aritmética. No curso Teológico ensinou Direito Canônico. Em 1912 o Padre Visitado o nomeou Vice Reitor do Seminário; Padre Luiz Van Gestel, nascido em Wuestwezel, província de Antuérpia, na Bélgica. “Depois de fazer seus estudos em Paris e ter recebido o presbyterato em Dax, foi mandado para o Brasil em 1906. A primeira casa em que prestou seus serviços, foi o Collegio de S. Vicente de Paulo, em Petrópolis.”(ÁLBUM p. 193). Em 1907 veio para Fortaleza, onde ensinou Filosofia e História Universal. Em 1912 substituiu padre Perroneille nas cadeiras de Dogma e Eloquência; Padre Francisco Couturier que nasceu em S. Julião de Bibost, próximo a Lyon, na França, em 1874. Depois de ordenado no Seminário de Meaux, entrou para a Congregação da Missão, em Paris, em 1898. Em 1900 aportou em solo cearense. “Desde que chegou foi empregado no professorado do Seminário menor, lecionando sciencias, francez e outras matérias.”<sup>42</sup>; Padre Jeronymo Pedreira de Castro, da cidade do Rio de Janeiro, onde nasceu em 1881. Estudou em Petrópolis, entrando para a Ordem da Congregação da Missão em 1900. Ordenou-se em Paris em 1907, após concluir o curso Teológico. Ao voltar ao Brasil foi empregado como professor, por cinco anos, no Seminário do Caraça. Após este período, foi designado para o Seminário da Prainha, chegando em 2 de fevereiro de 1912. Aqui ensinou latim, literatura e matemática. Segundo dados do Album (p. 194), “S. Excia. Revma. O Snr. Bispo do Ceará,

---

<sup>42</sup> “Foi como Procurador que o Padre Couturier desenvolveu toda a sua atividade em introduzir neste Seminário todos os melhoramentos... Foi ele quem mandou vir o relógio da torre, quem instalou a electricidade, mandou construir os banheiros e concertou todo o edificio. A este cargo já por sí tão pesado, o Pe. Couturier, durante nove annos, uniu o de Prefeito de Disciplina. Sua severidade sabia tornar os Seminaristas esmerados no cumprimento das regras.” (ÁLBUM p.194)

D. Manoel da Silva Gomes, encarregou-o de redigir a revista diocesana “Correio Ecclesiastico” e nomeiou-o Assistente Ecclesiastico do Círculo Catholico de Fortaleza.”; Padre Pio de Freitas Silveira, mineiro de Campo Belo, no Triângulo Mineiro. Nascido em 1885. Estudou em Petrópolis, onde entrou para o noviciado da Congregação da Missão. Em Dax, na França, fez os estudos teológicos, onde foi ordenado padre em 1908. No mesmo ano foi indicado para o Seminário do Ceará, chegando em Fortaleza aos 25 de julho. Foi professor no Curso de Preparatórios, responsável pelas disciplinas de Ciências, Português e Matemática; Padre Leão Peyré, francês da cidade de Bayonne. Nasceu em 1884. Estudou humanidades e Teologia em Dax, onde foi ordenado em 1909. Colocado primeiramente no Seminário da Bahia, onde lecionou Filosofia e Direito Canônico, em 1913 foi transferido para o Ceará, quando chegou aos 2 de fevereiro. No Seminário da Prainha lecionou Filosofia, Geografia, Aritmética e Catolicismo. Segundo o Àlbum (p. 196), “Espírito apostólico, o Pe. Leão tem-se dedicado a este bom povo do Outeiro, administrando aos doentes os socorros da Religião, e pregado varias missões nos arredores de Fortaleza.”; Padre Ignacio do Patrocínio, cujo nascimento se deu em 1881, em Portugal, na aldeia de Fontelos, na Província de Trás-os-Montes, com três anos veio para o Brasil. Entrou para a Congregação da Missão enquanto estudava o curso Preparatório, em Petrópolis. Depois seguiu para Dax, na França, onde fez o curso Teológico, de onde voltou ordenado em 1907. Desde então, fora designado para o Seminário do Ceará, com a incumbência de lecionar todas as matérias do primeiro ano. De acordo com o Àlbum (p.196), o referido Padre Ignacio soube “...se fazer estimar de todos os numerosos meninos que enchiam sua aula.” E ainda, “muito conhecido pelas pessoas que frequentam a Prainha, ele era o mais procurado para o ministério de confessor, passando horas e horas, com sua inabalável paciência a ouvir-as em confissão.” Em 1911 foi transferido para a Bahia a fim de se dedicar aos trabalhos das missões.; Outro que ainda mereceu registro no já citado Àlbum foi o Padre Victor Boullard, natural de Paris. Jovem ainda havia sido transferido para a Ilha da Madeira, onde exercia o cargo de Capelão do Hospício Rainha D. Amélia. Em seguida veio para o Brasil, colocado no Seminário de Diamantina, onde consta que fez “brilhante carreira no magistério.” Veio ao Ceará por intervenção do Padre Visitador, que o enviou para substituir provisoriamente ao Padre Perroneille no reitorado do Seminário, enquanto este esteve em viagem à França, em 1912. Neste seminário ensinou Moral no Curso Teológico.

### 3.6. Os Lazaristas e a Educação Confessional no Ceará

A história da instrução pública no Brasil, desde seu nascedouro, foi pautada por diversos momentos de rupturas e descontinuidades que provocaram impactos negativos significativos naquilo que seria o projeto de maior consistência a ser levado a efeito pelas nações desenvolvidas, a educação. As razões históricas para tais fenômenos são muitas, enraizadas pelo passado colonial de nossa nação, tais como políticas públicas, às vezes desconexas, impetradas pela Metrópole. Muitos são os historiadores que as apontam e as sustentam. Em seu relatório de 1889, Almeida (1989, p.29), por exemplo, já afirmava que, mesmo em Portugal, “... a instrução pública era tão negligenciada que (...) extensos distritos não possuíam um único instituto para o ensino elementar.”

Ao seguirmos o curso da obra do autor pontuado acima, o primeiro momento a ser considerado para sustentar a tese acima exposta, refere-se ao ato real impeditivo<sup>43</sup>, por Marquês de Pombal, ainda no século XVIII, da permanência dos padres da Companhia de Jesus à frente da educação luso-brasileira.

Ora, com o referido ato, que se deu em 1759, retirando os referidos sacerdotes da cena educacional nas possessões lusitanas, de uma maneira geral, configurou-se uma lacuna que dificilmente foi preenchida, principalmente se levarmos em conta a ampla continentalidade das terras do Brasil Colônia.

Minimamente, meio século talvez tenha sido necessário, pelo menos, para dirimirem-se os efeitos provocados, e amenizarem-se os danos deixados por ruptura tão abrupta, especialmente considerando-se as disparidades existentes à época, nos espaços e na cultura colonial. Afinal de contas, segundo Beaulieu et all (1966, p.30), “os padres jesuítas tomaram sobre si a responsabilidade, quase exclusiva, da educação e da formação da mentalidade das dispersas e rarefeitas populações brasileiras,” quando por mais de dois séculos, de acordo com Azevedo (1964) “... mais precisamente, em 210 anos, que tantos se estendem desde a chegada dos primeiros jesuítas até a expulsão da Ordem pelo Marquês de Pombal, em 1759, foram eles quase os únicos educadores do Brasil...”

---

<sup>43</sup> Referente ao Alvará de 28 de junho de 1759, que determinou o fechamento dos colégios jesuítas e que posteriormente introduziu as Aulas Régias sob os auspícios da Coroa portuguesa.

De acordo com dados e a interpretação de Beaulieu et all. (1966), acerca do tema exposto acima, as medidas pombalinas não tiveram o alcance que pretensamente se propuseram alcançar. Ou, de uma maneira mais contundente, como afirmou Saviani, essas medidas não passaram

...de um esboço que não chegou propriamente a se efetivar, por diversas razões, entre as quais podemos mencionar: a escassez de mestres em condições de imprimir a nova orientação às aulas régias, uma vez que sua formação estava marcada pela ação pedagógica dos próprios jesuítas; a insuficiência de recursos dado que a Colônia não contava com uma estrutura arrecadadora capaz de garantir a obtenção do “subsídio literário” para financiar as “aulas régias”; o retrocesso conhecido como “viradeira de Dona Maria I” que sobreveio a Portugal após a morte de D. José I em 1777; e, principalmente, o isolamento cultural da Colônia motivado pelo temor de que, através do ensino, se difundissem na Colônia ideias emancipacionistas. (SAVIANI, 2004, p.128)

Aliás, o alvo pretendido era a inserção do Reino português no conjunto das nações modernas pós-renascentistas, dado que, de acordo com Azevedo,

Quando o Marquês de Pombal proibiu a presença da Companhia de Jesus, em terras da Coroa portuguesa, os jesuítas possuíam 17 colégios e seminários maiores, 25 residências e 36 missões no Brasil, afóra ao seminários menores e as escolas “de ler e escrever”, existentes, de um modo geral, onde quer que houvesse uma Casa da Sociedade. Tôda esta semente de uma futura organização educacional ruiu por terra, sem que nada, praticamente, viesse tomar o seu lugar. Os 49 anos, que medeiam entre o banimento da Ordem e a vinda do futuro Dom João VI, cobrem um período de retrocesso e abandono da instrução pública colonial. Na melhor das hipóteses, poder-se-ia dizer, com o prof. Hélio Viana, que houve um “*moderado interesse por parte do governo português*”. Além de ter sido projetada com vistas tão só à Metrópole, sem levar em conta as dificuldades e as condições gerais da Colônia, a reforma pombalina não alcançou o Brasil, que assim não foi atingido pelos ambiciosos planos de modernização, acalentados pelo Marquês. Mesmo em Portugal, ela não chegou a ser posta realmente em prática. Faltava-lhe adequação à realidade lusitana. (AZEVEDO, 1964)

Segundo Almeida (1989), após tais medidas, mesmo com os investimentos e com a instituição das Aulas Régias e a criação do Subsídio Literário, em 1772, a instrução

pública<sup>44</sup>, portanto, a expensas do governo colonial português, ficou muito aquém do que supostamente se desejava.

As “escolas régias” e as “aulas régias”, dispersas e inorgânicas, só começaram a surgir, no Brasil, 13 anos após a expulsão dos jesuítas, quando uma ordem régia mandou que aqui fossem instaladas. Mas eram insignificantes em número, em qualidade e em resultados. Funcionaram mal, com professores ineptos, na sua esmagadora maioria, sem currículo regular, com lições apenas de uma ou outra disciplina avulsa.(BEAULIEU et all, 1966, pp.36-37)

Seguindo ainda a compreensão de Beaulieu et all (1966, p.37), “a herança que este período legou foi a ilusão de que se pode adquirir uma educação fundamental com aulas isoladas, avulsas, independentemente de um currículo estruturado com organicidade e de uma adequada seriação das disciplinas.” Apesar desse quadro pintado para a educação brasileira, o autor salienta que a iniciativa digna de nota, para o período, foi a fundação do Seminário de Olinda, fundado por Dom Azeredo Coutinho.

A iniciativa digna de nota, nesta época, não é oficial, é privada: o Seminário de Olinda, fundado pelo bispo Dom Azeredo Coutinho, em 1798, instituição que deve figurar entre as realizações mais altas da educação brasileira, em todos os tempos. Destinava-se a clérigos e leigos e fugia aos padrões tradicionais, pela introdução do grego, do francês, da história, da geometria, da física, da história natural, da cronologia e do desenho, ao lado das antigas disciplinas (gramática, latim, retórica, poética, filosofia, teologia). Gilberto Freyre descobriu-lhe mesmo uma atenção voltada diretamente para as peculiaridades brasileiras: “*começou a ensinar as ciências úteis, que tornassem o rapaz mais apto a corresponder às necessidades do meio brasileiro*”. O Seminário de Olinda foi, sem dúvida, o mais fecundo foco de irradiação das ideias liberais, que se espraiavam pelo Brasil, no início do século XIX. Segundo Lauro de Oliveira Lima, preparou a Independência.(BEAULIEU et al., p.37)

Com a vinda da Família Real portuguesa, em 1808 para terras americanas e, por conseguinte, com os investimentos do monarca D. João VI dotando a colônia com certa

---

<sup>44</sup>O **subsídio literário** foi estabelecido por Marques de Pombal através da reforma do ensino acadêmico e escolar em Carta Régia de 10 de novembro de 1772, especialmente destinado à manutenção das escolas primárias.

infraestrutura, abrindo institutos, bibliotecas, jardins, aformoseamento urbano, dentre outras intervenções, as perdas provocadas pelo momento anterior puderam, pelo menos em parte, ser sanadas, porque o monarca procurou mudar, de acordo com as conveniências, (ALMEIDA,1989, p.41), “... completamente as condições do país sob todos os aspectos e, com a abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional, começa verdadeiramente a constituição da nacionalidade brasileira, nacionalidade proclamada em dezembro de 1815 e reconhecida, pouco tempo depois, por todas as potências da Europa”

A transferência da sede da monarquia portuguesa, para o Brasil, em 1808, marca o início de um novo período na história do ensino. Novo e dos mais fecundos. Dom João VI representou “*ruptura completa com o programa escolástico e literário do período colonial*”(Fernando de Azevedo). Lançou as bases de um ensino técnico-profissional, infelizmente não continuado após o Ato Adicional, criou as primeiras escolas superiores do país e incentivou a educação de primeiro grau. O ensino fundamental, secundário, entretanto, não mereceu do Príncipe os mesmos cuidados. Quase nada foi feito em seu favor. (BEAULIEU et all, pp.37-38)

Os efeitos de tais realizações seriam sentidos, da mesma forma, nos investimentos referentes à instrução pública<sup>45</sup>, pois, segundo também aponta Almeida (1989, p.44), “dos relatos de 1809 a 1920 deduz-se um verdadeiro movimento em favor do aperfeiçoamento da instrução”.

Segundo Saviani,

Do ponto de vista educacional, a transformação do Brasil em sede do império português teve como resultado a criação de cursos superiores, antes vetados pela política metropolitana. Surgiram, assim, os cursos de engenharia da Academia Real da Marinha (1808) e da Academia Real Militar (1810), o Curso de Cirurgia da Bahia (1808), de Cirurgia e Anatomia do Rio de Janeiro (1808), de Medicina (1809), também no Rio de Janeiro, de Economia (1808), de Agricultura (1812), de Química (química industrial, geologia e mineralogia), em 1817, e o Curso de Desenho Técnico (1818). (SAVIANI, 2004, pp.128-129)

---

<sup>45</sup> Segundo Ricardo Pires de Almeida, “Um fato digno de ser meditado e cujos resultados devem ser tomados em consideração pelos historiadores dos acontecimentos pósteros: a fundação e manutenção das escolas, sob o reinado de D. João VI, não diminuíram até a sua partida... A instrução pública era objeto de uma especial atenção de D. João VI. A centralização do serviço estava sob sua direção, por intermédio do Desembargador do Paço, espécie de inspetor geral deste ramo da administração pública, sob cuja orientação eram tomadas as decisões.” ALMEIDA, Ricardo Pires de. **Op. Cit.**, p.46

Porém, após 1821, ano de regresso de D. João VI a Portugal, dá-se o início de um novo ponto de ruptura e, portanto, de descontinuidade, na instrução pública, pois, seu filho, o Príncipe Regente, D. Pedro, haveria de experimentar diversas revoltas em seu governo, de forma que os investimentos antes propostos e experimentados no governo anterior foram paulatinamente sendo negligenciados.

O Primeiro Reinado, assim, na História do Brasil, seria um período de dormência em relação à instrução pública e, mesmo assim, com a abdicação de D. Pedro I, dá-se outro momento que aprofunda o ponto anterior e que perpassa por toda a Regência. Segundo Almeida (1989, p.46), “chegávamos a um período onde os fatos políticos e os acontecimentos sucediam-se rapidamente, e não deixavam mais tempo aos poderes públicos de se ocuparem com a questão da instrução pública”.

Pedro I e as Regências Trinas, que administraram o país depois do regresso da Corte portuguesa para Lisboa, até o Ato Adicional, seguiram, em suas linhas gerais, a política educacional de D. João. Instalaram-se os Cursos Jurídicos de São Paulo e de Olinda e se promulgou uma legislação destinada a incrementar um ensino primário, popular e gratuito (lei de 29/X/1823; Constituição de 1824, art. 179, § 32; lei de 15/X/1827), a qual, todavia, não produziu os frutos almejados, porquanto não previu os necessários meios técnicos e financeiros para sua execução. O curso secundário continuou esquecido. Neste setor, registrou-se apenas uma tímida tentativa de reunir em liceus as esparsas aulas e escolas régias, vindas do regime pombalino. (BEAULIEU et all, p.38)

Pelo recorte acima fica patente o privilégio dado aos cursos superiores. Se compreendermos que as políticas públicas do Poder Central não se empenharam em criar um sistema que desse uma forte organicidade ao ensino brasileiro, a educação primária e a educação secundária acabaram sendo pelo menos, postergadas.

É o que se depreende da ação que desencadeou a assinatura do Ato Adicional de 1834, dado que este

(...) vibrou novo golpe na principiante organização educacional brasileira. Ao entregar às Províncias tanto o ensino primário quanto o secundário, reservando tão só o ensino superior ao governo central, fragmentou a estrutura da educação nacional e fêz cessar as tentativas de criação de um sistema escolar, superior e primário, iniciadas com Dom João e continuadas após a Independência. As Províncias nem estavam preparadas para o encargo, nem dispunham de recursos financeiros, técnicos e humanos para assumi-lo. Cada uma foi fazendo o que pôde, isto é, quase nada, sem qualquer método, sem qualquer diretriz segura, na mais heterogênea diversidade de orientações, esforços e resultados..( BEAULIEU et all, pp.38-39)

O Ato Adicional de 1834 à Constituição do Império, ao entregar a responsabilidade do ensino às províncias, deflagrou duro golpe na potencial e nascente organização educacional brasileira, dado que não havia recursos financeiros, técnicos e humanos para dar conta de tão grandioso projeto.

Várias Províncias tentaram manter escolas secundárias oficiais – os liceus, moldados no Colégio Pedro II – mas não lograram êxito. Tiveram eles duração efêmera. Nasciam e rapidamente desapareciam por falta de instalações, ou de verbas, ou de professores, ou de tudo isso junto e... até mesmo de alunos! Umhas poucas escolas-normais oficiais, de grau médio, tiveram sorte pouco menos ingrata: Niterói (1835), Bahia (1836), São Paulo (1846), Ceará (1854).em pouco tempo a sua reduzida clientela se tornava feminina, em proporção crescente, até converter-se em semi-monopólio das moças, durante a República..( BEAULIEU et all, p.40).

Atesta-se aqui, um equívoco das políticas públicas no tocante à educação pública e, mais uma vez, apresenta-se mais um exemplo que corrobora com a tese da ruptura e descontinuidade da instrução pública brasileira, notadamente a educação secundária.

Tal equívoco deixou marcas profundas e constantes a ponto de Gonçalves Dias, em relatório oficial de 1852, propor a urgente necessidade do estabelecimento de “um centro de unidade de ação e de formalização do ensino em todo o Império.”.

Segundo Beaulieu et all (p.39), “o que houve de educação secundária se deveu à iniciativa particular, que alcançou sua fase áurea entre 1860 e 1890” pois, no âmbito da iniciativa pública, apenas “uma iniciativa oficial se fez assinalar – esta realmente notável, mas do governo central e circunscrita ao Município Neutro: a fundação do Colégio Pedro

II, em 1837, por lei assinada pelo Regente Araújo Lima e devido à diligência de Bernardo Pereira de Vasconcelos.”

Se excetuarmos o Pedro II, que desfrutou de uma posição ímpar durante todo o período, o que salvou de um completo naufrágio a instrução secundária do Império foram os colégios particulares, confessionais, ou não. Todos eles procuraram seguir, de um modo geral, o Pedro II e, uns mais de perto, outros de mais longe, reeditaram, no espírito e nos programas, os antigos colégios dos jesuítas. De qualquer forma, constituíram o campo em que se ensaiaram os primeiros progressos e em que se fizeram as primeiras experiências renovadoras dos estudos secundários do Brasil. Alguns desses colégios particulares deixaram nome imperecível, na história da educação nacional, já pela excelência do seu ensino, à altura dos mais altos padrões, em que pese ao seu cunho excessivamente abstrato, retórico, literário e clássico, orientado para a preparação intelectual das classes dirigentes, consoante os costumes generalizados da época, inclusive na Europa, já pela validade das medidas renovadoras, que tomaram aqui e ali. (BEAULIEU et al, pp.40-41)

Talvez a razão de como tenha se dado a permanência da Igreja Católica, inclusive na busca pela manutenção do monopólio do ensino, firmando-se nas esferas de uma sociedade que tendia à laicização, resida exatamente na esteira dessas descontinuidades, característica marcante da temporalidade que por ora se discute.

No Ceará da segunda metade do século XIX, registra-se também essa tendência da iniciativa privada, de cunho religioso católico, agindo sobre a educação, de acordo com o que foi apontado pelos autores referenciados acima. E aqui enfatizamos que o Seminário da Prainha e seu corpo docente, os padres Lazaristas, tiveram papel destacado impulsionando essa tendência e influenciando a educação secundária das escolas confessionais católicas. Segundo Oliveira (2002, p. 20), “no que se refere aos intelectuais que passaram pelos cursos secundários nos anos 1870 no Ceará, foi o ensino particular o primeiro universo cultural em que mergulharam, excetuando, evidentemente, alguns casos.”

De acordo com Andrade (1967, pp.8-9), “longa é a lista dos que, tendo recebido no Seminário da Prainha as luzes das letras clássicas, deram a sua contribuição aos novos institutos, colégios, escolas.” Essa tendência, conforme salientado acima, foi robustecida por conta da criação do Seminário da Prainha e da ação de seus mestres, os padres

Lazaristas. A partir deles, diversos colégios foram abertos por ex-alunos do Seminário. Os professores solicitados a essas escolas eram geralmente egressos da mesma casa de formação clerical e, portanto, alunos dos referidos padres.

Onde, porém, a influência mais amplamente sucede é no setor do ensino secundário e nas escolas de nível superior, cuja docência tem sido procurada por antigos seminaristas.

Antes do Seminário existia, preludiando o trabalho educativo, em Fortaleza, o velho Liceu do Ceará. A 8 de janeiro de 1863 era fundado o Ateneu Cearense, em cujos estatutos figuram, como fins do colégio, firmar a juventude em sólidas bases de instrução literária, a fim de poder a seu tempo aplicar-se com proveito aos estudos maiores nas Academias e Seminários do Império.

A cadeira de Filosofia do velho Ateneu estava entregue ao Dr. Teófilo Rufino Bezerra de Menezes, pouco mais tarde saído do Seminário de Fortaleza, onde recebera clássicos ensinamentos. (ANDRADE, 1967, p.8)

Certamente essa tendência se repetia e se espalhava pelas principais e mais destacas cidades da Província tais como Sobral, Aracati, Icó, Crato, dentre outras. Porém, foi a Capital que concentrou o maior número de estabelecimentos de ensino secundário privado de cunho religioso católico. Segundo Andrade (1967, p.8), diversos “estabelecimentos, fundados naqueles remotos tempos, iam-se difundindo graças à mão-de-obra docente de padres e ex-seminaristas.”

Não há tempo para aqui qualificar o copioso acervo de ginásios, colégios e casas de educação, disseminados pelos que tiveram a sua formação no secular estabelecimento de educação. Convém não esquecer que o jovem estudante pobre, que deixava a batina, não podendo continuar os seus estudos, entregava-se ao magistério, onde muitos encontraram a sua definitiva vocação. (ANDRADE, 1967, p.9)

Dentre os colégios criados a partir da fundação do Seminário da Prainha, listados por Andrade (1967, pp.8-9) figuram: O Panteão Cearense, instalado em 1870; o antigo Colégio Cearense, instalado em 1872 sob a responsabilidade do Padre Luís Vieira da Costa Perdigão; o Colégio São José, do Padre Dr. Ananias Correia do Amaral; o Instituto Cearense de Humanidades, do padre Bruno da Silva Figueiredo; o Colégio Universal, aberto em 4 de fevereiro de 1875, onde se destacavam como professores ex-seminaristas

como Teófilo Rufino Bezerra; o Ginásio Cearense do professor Anacleto de Queiroz do qual foram professores Agapito dos Santos, da primeira turma do Seminário, Padre Frota, professor do mesmo Seminário e Godofredo Maciel; o Colégio Cearense do Sagrado Coração de Jesus, “instalado pelos nobres, virtuosos e cultos” sacerdotes cearenses Climério Chaves, José Quinderé, Otávio de Castro e o padre Misael Gomes.

De acordo com dados apresentados por Oliveira (2002, pp.23-24) a respeito da movimentação de matrículas nas escolas particulares da década de 1870, o número de alunos matriculados mais que dobrou em relação à década anterior, representando uma taxa média que só seria superada “após a implantação da reforma escolar promovida pelos governos republicanos nos anos de 1890.”

Segundo o autor acima citado, as famílias cearenses passaram a dar preferência ao ensino particular. As razões que apontam essa preferência presumimos que repousem no que foi exposto ao longo do presente capítulo.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na obra **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**, Pierre Bourdieu(1975) e Jean-Claude Passeron (1975) fazem uma análise do sistema de ensino como instituição forjada para disseminar e garantir a perpetuação da cultura dominante. Especificamente compreendem a escola como instrumento ideológico e legitimador de uma determinada cultura, difusor, portanto, do que chamam de arbitrário cultural, pois, certamente uma cultura que se fez hegemônica não pretende abrir mão de tal situação.

Como instrumento ideológico então, e um dos elementos difusores do arbitrário cultural, a escola é violência simbólica e, desta feita, precisa mascarar as relações de poder e dominação subjacentes, ou seja, busca dissimular as relações de força, relações de poder, que alimentam o “imperativo impositivo” de uma cultura sobre outras ou, invertendo-se a ordem dos dizeres, busca dissimular as relações de força que acabam provocando também um “imperativo receptivo” das culturas dominadas em relação à dominante.

Assim, há uma busca ininterrupta pela manutenção do monopólio da violência simbólica.

Sendo o poder arbitrário, há uma necessidade de mostrá-lo como algo natural, longe da situação conflitiva de relação de forças. Daí porque o grupo que impõe o arbitrário cultural lança mão de certos artifícios no sentido de garantir o curso “normal” das coisas. Segundo os autores supracitados, todo poder de violência simbólica, ao impor suas significações como legítimas, dissimula as relações de força que estão em sua base.

Assim, estampa-se a função legitimadora da ação pedagógica como necessariamente implicando uma autoridade pedagógica. Esta será tanto mais eficiente quanto mais credibilidade possuir ou se fizer acreditar que a possui junto à sociedade. Afirmam os autores que um sistema de ensino deve, para preencher sua função social de legitimação da cultura dominante, obter o reconhecimento da legitimidade de sua ação, ao menos sob a forma do reconhecimento da autoridade dos mestres encarregados de inculcar essa cultura.

Aliás, é através da autoridade pedagógica, efetivamente, que se dá a dissimulação de forças, no momento em que a ação pedagógica se distancia, de modo a poder provocar o seu desconhecimento como condição de seu próprio exercício.

A ação pedagógica, portanto, é violência simbólica e, segundo os autores em

questão, caracteriza-se por produzir e reproduzir a cultura dominante, nesse duplo aspecto, contribuindo da mesma forma para a reprodução da estrutura das relações de força, numa formação social onde o sistema de ensino dominante tende a assegurar-se do monopólio da violência simbólica legítima. Assim, a ação pedagógica, ao tempo em que tende à reprodução cultural, tende à reprodução social.

A Igreja Católica no Brasil da segunda metade do século XIX, em situação conflitiva com o Liberalismo e outras matrizes ideológicas, buscou assenhorear-se do monopólio do exercício legítimo de poder, montando pontos estratégicos na sociedade. Os embates ideológicos que se travaram no campo educacional, a partir do período acima aludido, demonstram o forte interesse da referida instituição na busca pelo domínio do ensino. Havia uma nítida preocupação da Igreja em dar perpetuidade à ordem social da qual era defensora. Mas, para tal intento, era necessário antes infundir nas mentalidades os pressupostos que lhe dariam sustentação.

Desta forma nos foi possível dar início à recomposição da memória dos padres Lazaristas no contexto educacional cearense no século XIX, eles que foram os professores do Seminário Episcopal do Ceará, designados pela Igreja Católica com o intuito de formar padres e, no referido ofício e à frente da instituição, onde permaneceram de 1864, ano de fundação do Seminário, até 1963, compreendendo que a atuação dos mesmos lançou raízes das mais diferentes formas na educação cearense, seja no âmbito da educação escolar ou da educação não escolar, dado que a designação a eles conferida pela Igreja fazia parte de um propósito que consistiu em um árduo processo de reforma eclesial caracterizada por um período de intenso embate ideológico que se travou entre a “tradicionalidade” e as chamadas “forças do progresso”.

Embasada no temor da laicização do mundo, a Igreja Católica postou-se como guardiã da tradicionalidade, oferecendo resistências ao avanço de “ideias novas” cujas matrizes teóricas repousavam no Iluminismo, no cientificismo, no liberalismo, no protestantismo, ventiladas aos mais distantes lugares da Terra, propondo a expectativa de liberdade e de progresso.

A principal resistência se deu através da reforma eclesial empreendida pela hierarquia, liderada pelos bispos obedientes à Santa Sé, ou seja, fielmente ligados ao Pontífice Romano, que pretendeu remodelar a vida moral dos clérigos, bem como

redirecionar a vida do povo, de acordo com princípios tridentinos. No Brasil, notadamente, significou também varrer do próprio clero a influência liberal e o tradicionalismo luso-brasileiro. Este último porque havia formatado as mentalidades de acordo com um cristianismo devocional cheio de superstições.

A Igreja Católica alimentou a consciência de que a obtenção do êxito de seus propósitos necessariamente passaria por um projeto de educação. Desta forma, lançou mão de um preceito básico traçado ainda na Contra Reforma, a partir do Concílio de Trento, que era a promoção da educação e formação de seus quadros em ambientes apropriados para esse fim, os seminários.

Pretendia-se restabelecer a hierarquia eclesiástica e social. Portanto, a Igreja tinha a convicção de que a função da instrução religiosa e da educação católica era fazer com que a obediência à hierarquia fosse cumprida por razões de consciência. Assim, a Igreja antevê a educação como instrumento ético de manutenção da sociedade tradicional e da ordem estabelecida.

Nesse contexto de intenções da Igreja em tomar, ou retomar, as rédeas da situação, a então província do Ceará passa a fazer parte ativa do referido processo devido à criação, em 1854, de sua Diocese e, a partir da iniciativa de seu primeiro bispo, do surgimento do Seminário Episcopal do Ceará em 1864, localizado no bairro da Prainha, em Fortaleza. Possivelmente, em terras alencarinhas, o seminário foi a arma mais poderosa da Igreja cearense no combate às ideias seculares. Notadamente porque de lá emanou um dos projetos pedagógicos da maior relevância na história do Ceará, dado que aquela instituição de ensino representou, no nosso contexto educacional, um dos primeiros núcleos de ensino formal no Estado.

Cumprindo a sua missão religiosa e pedagógica, o referido seminário foi responsável pela formação de quadros intelectuais que comporiam, além da função missionária, também o corpo do exercício do magistério e das letras, tanto em Fortaleza, como nas mais afastadas cidades e vilas da terra alencarina; ou bem além de suas fronteiras, porque, por ser a nossa primeira escola de nível superior, atraiu também pessoas de muitos lugares, pois, conforme é relatado, vinham nem sempre com o propósito de se consagrarem à fé, mas atraídos pelas luzes da instrução.

A escolha pelos citados professores, padres Lazaristas, não se deu ao acaso. A

instituição educacional referida, ou seja, o Seminário da Prainha, para adquirir credibilidade junto à elite, que vislumbrou certamente a possibilidade de instrução a seus filhos, precisava de um corpo docente capacitado e moralmente de acordo com os preceitos da reforma que se desenrolava.

Se compreendermos desta forma, havia nesse processo de reforma que a Igreja Católica desencadeou, um arbitrário cultural moralizante e os padres professores da Prainha tiveram por missão o cultivo e a disseminação de um determinado hábito que expressasse os valores morais da romanização que, conforme visto, ultrapassou os limites do meramente religioso para influenciar ações nas diversas vertentes sociais, dentre elas no campo da educação e, principalmente, nas ações docentes.

Há certas evidências que nos levam à compreensão acima exposta porque, após a fundação do Seminário, houve uma disseminação de escolas, principalmente secundárias, em Fortaleza, cujos fundadores eram egressos da referida instituição de ensino religioso, padres ou não padres, que saíam instruídos para o mundo não religioso, em vias de laicização e, por isso mesmo, na visão da Igreja, necessitado de reformulação moral, de educação religiosa católica. De certa forma, esses fundadores de escolas estavam atrelados à Igreja, dela participavam de uma maneira ou de outra.

Se isso nos dá indícios da influência dos padres Lazaristas sobre o cenário educacional cearense da segunda metade do século XIX. É forçoso compreendermos que a Igreja Católica montava trincheiras na sociedade no intuito de garantir o monopólio da violência simbólica, estendendo seu poder e disseminando-o através da educação da juventude. Compreenderemos que, com a abertura de escolas, é possível acreditarmos numa demanda por mestres, moldados e modeladores dos princípios da reforma então em curso.

## **FONTES CONSULTADAS**

## ARQUIVOS

- BIBLIOTECA PADRES LUÍS GONZAGA (FACULDADE CATÓLICA DE FORTALEZA) /SETOR DE HISTÓRIA ECLESIAÍSTICA
- BIBLIOTECA PÚBLICA MENEZES PIMENTEL
- INSTITUTO DO CEARÁ / <http://www.institutodoceara.org.br/asp/>
- VIA SAPIENTIAE: The Institutional Repository at De Paul University/  
<http://via.library.depaul.edu/do/search/advanced?q=corpora>

## DOCUMENTOS

- **ÁLBUM HISTÓRICO DO SEMINÁRIO EPISCOPAL DO CEARÁ.** Em comemoração das “Bodas de Ouro” de sua fundação. 18 de outubro de 1864 – 18 de outubro de 1814. Fortaleza: s.n., ( mimeografado ).
- APONTAMENTOS BIOGRÁFICOS do Padre A. Chevalier. **Revista do Instituto do Ceará.** Fortaleza, Ce: Imprensa Oficial do Ceará. T.17, p.251-290, 1903.
- CAMARA DOS SENHORES DEPUTADOS. ANNAES DO PARLAMENTO BRASILEIRO. Primeiro Anno da Duodécima Legislatura. Sessão de 1864. Tomo 3. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Constitucional de J.C. Villeneuve.1864
- GREGÓRIO XVI, Papa– "*Mirari Vos*" MONTFORTA Associação Cultural. Disponível em:<http://www.montfort.org.br/index.php?acao=documentos&subacao=enciclicas&artigo=quantacura> Acesso: 20/10/2012 às 20:06h.
- **Lettre de M. Chevalier à M. Étienne, Supérieur general.**(Tradução Nossa).1864.In: Annales de la Congregation de la Mission. Disponível em: <http://via.library.depaul.edu/do/search/advanced?q=corpora> Acesso: 20/03/2011 às 14:00h.
- **Lettre de M. Enrile, Supérieur du Seminaire de Crato, à M. Boré, Supérieur General.**(Tradução Nossa). In: Annales de la Congregation de la Mission. Disponível em: <http://via.library.depaul.edu/do/search/advanced?q=corpora> Acesso: 20/03/2011 às 14:00h

- IGREJA CATÓLICA. (1963-1978:Paulo VI). **Summi dei Verbum - sobre os seminários**: carta apostólica; Alocução II grande Rito. Petrópolis, RJ:Vozes, 1967.(Col.Documentos Pontifícios,146)
- Padre Antônio José Ferreira Viçoso. CM Disponível em: [http://www.santuariodocaraca.com.br/peregrinacao/pe\\_leandro.php](http://www.santuariodocaraca.com.br/peregrinacao/pe_leandro.php)  
Acesso:06/12/2011
- Padre Leandro Rebello Peixoto e Castro CM. Disponível em: [http://www.santuariodocaraca.com.br/peregrinacao/pe\\_leandro.php](http://www.santuariodocaraca.com.br/peregrinacao/pe_leandro.php)  
Acesso:06/12/2011
- PIO IX , Papa -"*Quanta Cura*". MONTFORT Associação Cultural.<http://www.montfort.org.br/index.phpsecao=documentos&subsecao=enciclicas&artigo=quantacura> Online, 17/08/2011 às 11:16h p.01
- PROPAGANDAFIDE. Disponível em:  
[http://mv.vatican.va/3\\_EN/pages/xSchede/METs/METs\\_Main\\_06.html](http://mv.vatican.va/3_EN/pages/xSchede/METs/METs_Main_06.html) Acesso em 05/12/2011

## JORNAIS

- Tribuna Católica (Jornal Católico): Fortaleza, 1866 - 1875.
- A Verdade (Jornal Católico). Fortaleza,1890
- Diário do Nordeste. Fortaleza, 2010

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano de. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ALBERIGO, Giuseppe. (Org.). **História dos Concílios Ecumênicos**. Trad. José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 1995.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da instrução pública no Brasil (1500-1889)**. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.

ALVES, Joaquim. **História das Secas. Séculos XVII a XIX**. Fortaleza, CE: Fundação Waldemar Alcântara, 2003.

AMARAL, Eduardo Lúcio Guilherme. **Educação para a disciplina da fé: a construção do catolicismo romano no Ceará (1867 - 1920 )** In.: Rev. Humanidades, Fortaleza, v. 21, n. 1, p. 79-86, jan./jun. 2006

ANDRADE, F. Alves de. **O seminário de Fortaleza e a cultura cearense**. Fortaleza: Editora do Instituto do Ceará, 1967. Separata de : Revista do Instituto do Ceara. Fortaleza, v.39, 1967.

ANDRADE, Francisco Ari de. **Luzes e sombras na educação: o Aciolismo e a Criação da Faculdade Livre de Direito do Ceará (1903-1912)**. Fortaleza: INESP, 2008.

ARAÚJO, José Carlos Souza. **A Igreja Católica no Brasil: um estudo de mentalidade ideológica**. São Paulo: Paulinas, 1986.

AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira**. Introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

AZZI, Riolando. **A Crise da Cristandade e o Projeto Liberal**. São Paulo: Paulinas, 1991.

\_\_\_\_\_. **A Cristandade Colonial: Um Projeto Autoritário**. São Paulo: Paulinas, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Sé Primacial de Salvador: A Igreja Católica na Bahia (1551-2001)**. Vol. II – Período Imperial e Republicano. Petrópolis: Vozes, 2001

\_\_\_\_\_. **O Trono é Unido ao Altar: Um Projeto Conservador**. São Paulo: Paulinas, 1992.

BEAULIEU, G., CHARBONNEAU, P. E. MARTINS, L. Arrôbas. **Educação Brasileira e Colégios de Padres**. São Paulo: Herder, 1966.

BERNARDES, Denis. **Um Império entre Repúblicas**: Brasil, século XIX. São Paulo: Global, 1983

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1975

BURKE, Peter. **Uma história social do conhecimento**: de Gutemberg a Diderot - Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CÂMARA, Fernando. **Dom Luís Antônio dos Santos** – o Apóstolo do Ceará. In.: Revista do Instituto do Ceará, Fortaleza, 95: 52-59, 1981.

CÂMARA, José Aurélio Saraiva. **Capistrano de Abreu**: tentativa biobibliográfica. Rio de Janeiro: José Olympio. 1969.

CAMPOS, Eduardo. **Capítulos de História de Fortaleza no século XIX**. Fortaleza: EDUFC, 1985.

CASTELO, Placido de Aderaldo. **História do Ensino no Ceará**. Coleção Instituto do Ceará, Monografia Nº 22. Fortaleza: Departamento de Imprensa Oficial, 1970

\_\_\_\_\_. **O Seminário da Prainha** – in: Revista do Instituto do Ceará, Tomo 78, 1964.

CAVALCANTE, Maria Juraci Maia. Org. Biografia, instituições, ideias, experiências e políticas educacionais. Fortaleza : UFC, 2003.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Ideologia e educação brasileira**: Católicos e liberais. 3.ed - São Paulo: Cortez – Autores Associados, 1986.

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Rio de Janeiro: LTC, 1987

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2009.

\_\_\_\_\_. **Evolução pedagógica**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1995.

DUSSEL, Henrique. ( org.). **500 Anos de história da Igreja na América Latina**. São Paulo: Paulinas, 1992.

ENCONTRÃO NO CARIRI: **Para preservar o Seminário**. Disponível em: <http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=716970> Acesso em: 9/1/2010

FRENCKEN, Gerald. Enviados para Evangelizar os Pobres: 40 anos de história da Província de Fortaleza da Congregação da Missão. (Mimeog.) Fortaleza:2006

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: EDUNESP, 1991.

GIRÃO, Raimundo. **Fortaleza e a crônica histórica**. Fortaleza: UFC – Casa de José de Alencar, 2000.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. **As Charqueadas**. Disponível em:  
<http://www.ceara.pro.br/Instituto-site/Rev-apresentacao/VerPorAno/1996/1996-AsCharqueadas.pdf>  
Acesso em 09/11/2011

\_\_\_\_\_. **História econômica do Ceará**. Monografia Nº 12, Fortaleza: Editora “Instituto do Ceará”, 1947.

\_\_\_\_\_. **Pequena história do Ceará**. 2. ed. Fortaleza: Editora Instituto do Ceará. 1962

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

HAUCK, João Fagundes et.al. **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo/Segunda época – século XIX**. 2008 – 4.ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. **A invenção das tradições** – São Paulo: Paz e Terra, 2008.

\_\_\_\_\_. **A era dos extremos: o breve século XX; 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **A era das revoluções: 1789-1848**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

HOONAERT, Eduardo. **História da Igreja no Brasil** – tomo II. Petrópolis: Paulinas/Vozes, 1992.

JOSAPHAT, Carlos. **Seminário da Prainha, traço de luz na história da Igreja e da cultura**. Kairós, Revista Acadêmica da Prainha, Ano I – Nº 1-2 Janeiro/Dezembro Fortaleza, 2004. p.77-101

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. Ed. Campinas: UNICAMP.1996.

\_\_\_\_\_. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

\_\_\_\_\_. **Em busca da Idade Média: Conversas com Jean-Maurice de Montremy**. Tradução de Marcos de Castro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMA, Francisco. **O Seminário da Prainha**. Fortaleza: BNB, 1982.

LIMA, Lauro de Oliveira. **Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho**. Rio de Janeiro: Editora Brasília, S/D.

LIMA, Zilda Maria de Menezes. **A cidade de Fortaleza na literatura do século XIX**. In: SOUZA, Simone de e NEVES, Frederico de Castro (Org.) **Comportamentos**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

- LUSTOSA, Oscar F. **A Igreja Católica no Brasil república**. São Paulo: Paulinas, 1991.
- MAINWARING, Scott. **A Igreja Católica e a política no Brasil ( 1816 - 1885)**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- MARIA, Pe. Júlio. **O catolicismo no Brasil, memória histórica**. Rio de Janeiro: Agir, 1950.
- MATOS, Henrique Cristiano José. **Caminhando pela história da Igreja**. Belo Horizonte: O Lutador, 1996.
- MONTENEGRO, João Alfredo de Sousa. **Integralismo e Catolicismo**. Souza, Simone. **História do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1989.
- \_\_\_\_\_. **O Contexto histórico da criação da diocese do Ceará**. Kairós, Revista Acadêmica da Prainha, Ano I – Nº 1-2 Janeiro/Dezembro Fortaleza, 2004.
- \_\_\_\_\_. **Evolução do catolicismo no Brasil**. Petrópolis: VOZES, 1972.
- MOREIRA, J. Roberto. **Educação e Desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: CLICS/CLAPCS, 1960.
- MOTA, Leonardo. **Notas para a história eclesiástica do Ceará**. In: Revista do Instituto do Ceará. Tomo LX, 1946
- NAGLE, Jorge. A importância da pesquisa histórica no campo educacional. Palestra de abertura do I Encontro de Historiadores da Educação Cearense. In. CAVALCANTE, Maria Jurací Maia et. al.- **História e Memória da educação no Ceará**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2002. p.9-23.
- \_\_\_\_\_ A educação na Primeira República. In: FAUSTO, B. **História geral da civilização brasileira**. V.II, t.III, São Paulo: Difel, 1978.
- OLINDA, Ercília Maria Braga de. **Tinta, papel e palmatória: a escola no Ceará do Século XIX – Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004.**
- OLIVEIRA, Almir Leal de. **Universo letrado em Fortaleza na década de 1870**. In: Intelectuais/ Simone Sousa; Frederico de Castro Neves (org.). Fortaleza: ed. Demócrito Rocha, 2002.
- OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. **O projeto romanizador no final do século XIX: a expansão das instituições escolares confessionais**. In.: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, nº 40.
- PARENTE, Francisco Josênio Camelo. **Anauê: os camisas verdes no poder**. Fortaleza: EDUFC, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A fé e a razão na política: Conservadorismo e modernidade das elites cearenses**. Fortaleza: EDUFC, 2000.

PASQUIER, Eugênio. **Os Primórdios da Congregação da Missão no Brasil e a Companhia das Filhas da Caridade (1819-1849)**. Petrópolis: Vozes, [s.d].

PENNA, Fernando de Araújo. **Sob o Nome e a Capa do Imperador: a Criação do Colégio de Pedro Segundo e a Construção do seu Currículo**. Rio de Janeiro, 2008. (Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação/Universidade Federal do Rio de Janeiro). Disponível em:  
[http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/dissertacao\\_fernando\\_de\\_araujo\\_penna.pdf](http://www.educacao.ufrj.br/ppge/dissertacoes/dissertacao_fernando_de_araujo_penna.pdf)  
 Acesso em: 15/12/2011

PIMENTA, Joaquim. **Retalhos do Passado**. Rio de Janeiro: Dep. de Imprensa Nacional, 1948.

PINHEIRO, Francisco José. **O processo de romanização no Ceará**. In.: SOUZA, Simone. **História do Ceará**. Fortaleza: UFC, 1989.

QUINDERÉ, Monsenhor. **Reminiscências**. Fortaleza: A. Batista Fontenelle, 1957.

REIS, Edilberto Cavalcante. **Pro Animarum Salute: A Diocese do Ceará como “vitrine” da romanização no Brasil (1853 – 1912)**. Rio de Janeiro, 2000, p. 130. (Dissertação de Mestrado - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/ Universidade Federal do Rio de Janeiro)

\_\_\_\_\_. **Diocese do Ceará como vitrine da romanização (1853 – 1912)** Kairós, Revista Acadêmica da Prainha, Ano I – Nº 1-2 Janeiro/Dezembro Fortaleza, 2004. p.21-39.

RICHARD, Pablo. **A morte da cristandade e nascimento da igreja**. São Paulo: Paulinas, 1982.

\_\_\_\_\_. **Historia de la teología en America Latina: VIII encuentro latinoamericano de CEHILA**. Lima: Departamento Ecumenico de Investigaciones/ CEHILA, 1980.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROUANET, S.P. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

SAVIANI, Dermeval. **Educação e Colonização: As Ideias Pedagógicas no Brasil**. In.: STEPHANOU, Maria e BASTOS, Maria Helena C.(Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. I – Século XVI – XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. p.121-130.

\_\_\_\_\_. **História e história da educação: o debate metodológico atual**. 3.ed.- Campinas, SP: Autores Associados:HISTEDBR, 2006.

\_\_\_\_\_. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores

Associados, 2007.

SILVA, Mariza Vieira da. **Uma Criatura do Caraça**. Disponível em: <http://www.ucb.br/sites/100/165/ArtigoseComunicacoes/18UmacriaturadoCaraca.pdf>  
**Acesso:15/12/2011**

SOUZA, José Evangelista de. **Província Brasileira da Congregação da Missão: 180 anos dos Lazaristas no Brasil**. Belo Horizonte: Santa Clara, 1999.

SOUZA, Simone et al. **Comportamentos**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

STEPHANOU, Maria e BASTOS, Ma Helena C.(Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Vol. I – Século XVI – XVIII. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004

VASCONCELOS JUNIOR, Raimundo Elmo de Paula. **Ação educacional da Igreja Católica na produção espacial de Limoeiro do Norte – Ceará**. In.: VASCONCELOS et. al.(org.). Tempo, Espaço e Memória da Educação: pressupostos teóricos, metodológicos e seus objetos de estudo. Fortaleza: Edições UFC, 2010. p.493-507.

\_\_\_\_\_ **O Limoeiro da Educação: A história da criação da diocese e a ação educacional de Dom Aureliano Matos em Limoeiro do Norte(1938-1968)**. Tese (doutorado) – UFC, Fortaleza, 31/03/2006.

XAVIER, Maria Elizabete Sampaio Prado. **A educação na literatura do século XIX**. Campinas,SP: Editora Alinea, 2008.

ZICO, Pe. José Tobias. **Caraça: Peregrinação Cultura e Turismo (1770-1975)**. Belo Horizonte: Editora São Vicente. S/D

